



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 704

Quinta-feira - 24 de Março de 2011

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	2
Biguaçu	5
Caçador.....	5
Campo Alegre	8
Canoinhas.....	9
Capinzal	11
Concórdia	38
Cordilheira Alta	53
Coronel Martins.....	56
Corupá	57
Curitibanos	60
Eral Velho	61
Forquilha.....	65
Fraiburgo.....	68
Garopaba.....	71
Gaspar	73
Governador Celso Ramos	73
Herval do Oeste	74
Imbituba	75
Irineópolis	75
Joaçaba.....	78
Lages	88
Luzerna	88
Massaranduba.....	89
Meleiro	89
Monte Carlo	90
Morro da Fumaça	91
Nova Trento	92
Novo Horizonte	92
Pinheiro Preto	92
Rio do Sul.....	93
Salto Veloso	118
São Lourenço do Oeste.....	119
São Pedro de Alcântara.....	123
Timbó	124
Três Barras	142
Tunápolis.....	142
Videira.....	143

Consórcios

CIMVI.....	145
CINCO.....	146
CISAM	146

Alto Bela Vista

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 1.350, de 21 de março de 2011.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de utilização dos recursos provenientes do superávit financeiro de exercícios anteriores, segundo as respectivas vinculações orçamentárias;

Considerando a existência de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2010;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.321,38 (nove mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), para utilizar recursos de exercícios anteriores na seguinte ação orçamentária:

06.00 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

06.02 Fundo Mun. De Assistência Social - FMAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

08.243.0022 Perservação dos Direitos das Crianças e Adolescentes

08.243.0022.2.040 Serviços de Assistência à Crianças e Adolescentes

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.3.0119 Aplicações Diretas

R\$ 9.821,38

Art. 2º a abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldos remanescentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2010, exclusivamente na vinculação "0.1.0119 - Recursos Vinculados à Assistência Social Civil"

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 21 de março de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH

Responsável pelas publicações

Portaria Nº 035 de 22 de Março de 2011.

CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora Pública Municipal, em cargo efetivo de Professora -20 horas de Artes.

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
ANDREIA ROSANA AULER	05/01/2010 a	22/03/2011 a
RAIZER	04/01/2011	20/04/2011

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 22 de Março de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações

Portaria Nº 036 de 22 de Março de 2011.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art.100, Parág.1º,2º,3ºe 4º da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005; que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Licença para tratar de Assuntos particulares ao Servidor Público Municipal, ONEIDE KRUGER, ocupante do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, por um ano (12 meses), sem remuneração á partir de 22 de Março de 2011, conforme requerimento datado de 21 de fevereiro de 2011, e deferido pelo prefeito municipal na mesma data.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 22 de Março de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável pelas publicações.

Antônio Carlos

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei NO 1.317/2011

LEI NO 1.317/2011

Autoriza a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual de 2011 e a transferência de recursos financeiros ao Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional especial na Lei Orçamentária Anual para 2011, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício de 2010 na fonte 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários, conforme especificação abaixo:

0601. SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
0601.15	Urbanismo	10.000,00
0601.15.452	Serviços Urbanos	10.000,00
0601.15.452.0007	Antônio Carlos mais Bela	10.000,00
0601.15.452.0007.2032	Manutenção de Serviços Urbanos	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.40.00	Transferências a Municípios	10.000,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários	10.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu, destinado à participação do Município nas despesas com a adaptação de um veículo tipo furgão em ambulância para melhorar o atendimento das ocorrências nos Municípios de Biguaçu, Antônio Carlos e Governador Celso Ramos.

Art. 3º A despesa decorrente desta lei correrá por conta de recursos fixados na Lei Orçamentária Anual para 2011 através do crédito adicional especial autorizado pelo artigo 1º desta lei.

Art. 4º O Fundo de Reaparelhamento do Corpo de Bombeiros do Município de Biguaçu deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos transferidos e autorizados por esta lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da data do pagamento.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 22 de março de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 025/2011

DECRETO Nº 025/2011.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2011.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 1.287/2010 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo de forma a preservar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais estabelecidas, conforme Demonstrativo do Cumprimento das Metas de Arrecadação até o primeiro bimestre de 2011 em anexo a este Decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.54.000000 – Melhoria do Trânsito – Polícia Militar – R\$ 1.040,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0007.2031	Melhoria do Trânsito – Polícia Militar	1.040,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.040,00

FONTE 0.1.55.000000 – Melhoria do Trânsito – Polícia Civil – R\$ 1.080,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0007.2031	Melhoria do Trânsito – Polícia Civil	1.080,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.080,00

FONTE 0.1.56.000000 – Melhoria do Trânsito – Prefeitura – R\$ 1.120,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0601.06.181.0007.2031	Melhoria do Trânsito – Prefeitura	1.120,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.120,00

FONTE 0.1.18.000000 – Remuneração Profissional do Magistério – R\$ 350,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0002.2008	Remuneração Profissional do Magistério	350,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	350,00

FONTE 0.1.58.000000 – MDEB – R\$ 400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.361.0002.2008	Remuneração Profissional do Magistério	400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	400,00

FONTE 0.1.47.000000 – FNAS - API – R\$ 20,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0503.08.241.0006.2028	FNAS - API	20,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20,00

FONTE 0.1.62.000000 – Outras Transferências do FNDE – R\$ 40,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0401.12.366.0002.2013	Outras Transferências do FNDE	40,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	40,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.64.000032 – ASPS/PAB – R\$ 460,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2020	ASPS/PAB	460,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	460,00

FONTE 0.2.66.000035 – Epidemiologia e Controle de Doenças – R\$ 1.270,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.305.0005.2027	Epidemiologia e Controle de Doenças	1.270,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.270,00

FONTE 0.2.64.000037 – ASPS/PSF– R\$ 1.750,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2022	ASPS/PSF	1.750,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.750,00

FONTE 0.2.67.000040 – ASPS/Farmácia Básica – R\$ 1.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2024	ASPS/ Farmácia Básica	1.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.900,00

FONTE 0.2.66.000033 – ASPS/Vigilância Sanitária – R\$ 80,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.304.0005.2026	ASPS/Vigilância Sanitária	80,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	80,00

FONTE 0.2.64.000036 – ASPS/PACS – R\$ 90,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.10.301.0005.2023	ASPS/PACS	90,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	90,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Ipreancarlos que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, sendo que o déficit apurado até o bimestre de referência está coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurado no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 22 de Março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 198/2011

PORTARIA Nº 198/2011
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ERIC SILVEIRA ITO, do Cargo

temporario de MEDICO GINECOLOGISTA, a partir de 22 de março de 2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 22 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 22 de Março de 2011.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - PL Nº 049/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 049/2011; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: Aquisição de equipamentos para academia da Terceira Idade destinados a Rua São Francisco, do Município de Antonio Carlos, conforme previsto no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 08/04/2011 às 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 23 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 064/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 064/2011; Origem: Licitação nº. 046/2011 - Dispensa de Licitação; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Biblioshop Comercio e Serviços de Informática Ltda; Objeto: Locação, do Sistema da Biblioteca Pública de Antonio Carlos - SC, incluindo-se os serviços de hospedagem, manutenção e suporte técnico do software webmarc para a rede de bibliotecas do município; Valor: R\$ 3.896,40 (oito mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos); Prazo: 12 (doze) meses.

Antônio Carlos, 17 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 065/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 065/2011; Origem: Licitação nº. 041/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Fabio Sebastião da Silveira; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção, limpeza dos pátios, jardins e entorno das unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antonio Carlos; Valor: R\$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais); Prazo: 10 (dez) meses.

Antônio Carlos, 18 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 066/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 066/2011; Origem: Licitação nº. 042/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Gráfica Guaramirim Ltda - ME; Objeto: Aquisição de material gráfico para Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 3.600,00 (treis mil e seiscentos reais);

Antônio Carlos, 18 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 067/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 067/2011; Origem: Licitação nº. 042/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Gráfica Mirage Ltda - ME; Objeto: Aquisição de material gráfico para Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 1.595,00 (um mil e quinhentos e noventa e cinco reais).

Antônio Carlos, 18 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 068/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 068/2011; Origem: Licitação nº. 042/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Albgraf Formulários Contínuos Ltda - EPP; Objeto: Aquisição de material gráfico para Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).

Antônio Carlos, 18 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 069/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 069/2011; Origem: Licitação nº. 042/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Selo Soluções Gráficas; Objeto: Aquisição de material gráfico para Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 1.586,00 (um mil e quinhentos e oitenta e seis reais).

Antônio Carlos, 18 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 070/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 070/2011; Origem: Licitação nº. 043/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Fabio Antonio dos Santos; Objeto: Aquisição de Materiais de Construção para famílias carentes do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 1.142,17 (um mil cento e quarenta e dois reais e dezessete centavos).

Antônio Carlos, 21 de Março de 2011.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 071/2011

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 071/2011; Origem: Licitação nº. 043/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: JMC Materiais de Construção Ltda; Objeto: Aquisição de Materiais de Construção para famílias carentes do município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 2.167,30 (dois mil cento e sessenta e sete reais e trinta centavos).

Antônio Carlos, 21 de Março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 072/2011

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 072/2011; Origem: Licitação nº. 028/2011 - Pregão Presencial; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Consultorio de Fisioterapia Antonio Carlos Ltda; Objeto: Prestação/fornecimento de serviços de fisioterapia; Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais); Prazo: 21/03/2011 - 21/03/2012.

Antônio Carlos, 21 de Março de 2011.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA MUNICIPAL****Publicação de Licitação PP 013 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2011- FMS

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, materiais de consumo, materiais gráficos e materiais permanentes para divulgação de campanhas da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Data da abertura da documentação e propostas de preços: 05/04/2011 às 14h00min.

Local para obtenção do edital: Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48- 3243-1040.

Biguaçu 22 de março de 2011.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal de Biguaçu

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde

Caçador**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº 20.107**

PORTARIA Nº 20.107, de 31 de janeiro de 2011.
NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.108

PORTARIA Nº 20.108, de 31 de janeiro de 2011.
NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.123

PORTARIA Nº 20.123, de 31 de janeiro de 2011.
NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de Janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Portaria Nº 20.165

PORTARIA Nº 20.165, de 31 de janeiro de 2011.
NÃO UTILIZADA

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de janeiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Administração e Fazenda.

Aviso Inexigibilidade 07-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 07/2011

O Município de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 07/2011 para aquisição de 266 ingressos destinados aos professores da rede publica municipal para participar do XIII Congresso de Educação, "o ser professor na atualidade", junto a Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, com sede nesta cidade de Caçador, SC, pelo valor total de R\$ 23.940,00, nos dias 29, 30 e 31 de março de 2011, nos termos do Artigo 25, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador-SC, 18 de março de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

Inexigibilidade 04-2011 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2011

O Município de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 04/2011, para aquisição de vales transporte destinados aos alunos da rede municipal e estadual de educação básica, residentes no interior do município, através da empresa Auto Coletivo Caçador Ltda, com sede na cidade de Caçador, SC, pelo valor total de R\$ 924.000,00, com prazo de validade para o exercício de 2011, nos termos do artigo 25, inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Caçador-SC, 22 de fevereiro de 2011.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

CÂMARA DE VEREADORES

Decreto Legislativo Nº 164, de 22 de Março de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 22 DE MARÇO DE 2011.
Concede o Título de Cidadão Honorário de Caçador ao Senhor RENO LUIZ CARAMORI.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 21 de março de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido o Título de CIDADÃO HONORÁRIO DE CAÇADOR, ao Senhor RENO LUIZ CARAMORI, pelos relevantes serviços prestados à comunidade caçadorenses e pela sua atuação exemplar na vida pública e particular.

Parágrafo único. A entrega do Diploma será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal em data e hora previamente designadas, com a presença do homenageado e convidados especiais.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 165, de 22 de Março de 2011

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Homologa o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 41/08, celebrado entre o Município de Caçador e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CI-DASC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 21 de março de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o 2º Termo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 41/08, celebrado entre o Município de Caçador e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.807.586/0001-28, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis - SC, objetivando a colocação a disposição do Município o veículo da marca FIAT, modelo Palio EX, placa MAY 9985, ano de fabricação 2000, que será utilizado exclusivamente para cumprimento do objeto do presente convênio, conforme Termo de Aditivo que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 166, de 22 de Março de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Homologa o 2º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 138/08, celebrado entre o Município de Caçador e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CI-DASC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 21 de março de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o 2º Termo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 138/08, celebrado entre o Município de Caçador e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.807.586/0001-28, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 1.588, Bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis - SC, objetivando a colocação a disposição do Município o veículo da marca General Motors, placa MBY 3781, ano de fabricação 2001, que será utilizado exclusivamente para cumprimento do objeto do presente convênio, conforme Termo de Aditivo que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 167, de 22 de Março de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 22 DE MARÇO DE 2011.
Concede o Título de Cidadão Honorário de Caçador ao Senhor IMAR ROCHA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 21 de março de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido o Título de CIDADÃO HONORÁRIO DE CAÇADOR, ao Senhor IMAR ROCHA, pelos relevantes serviços prestados à comunidade caçadorenses e pela sua atuação exemplar na vida pública e particular.

Parágrafo único. A entrega do Diploma será feita em Sessão Solene da Câmara Municipal em data e hora previamente designadas, com a presença do homenageado e convidados especiais.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo, correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Decreto Legislativo Nº 168, de 22 de Março de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

Homologa o Termo Convênio nº 18/UNOESC/11, celebrado entre o Município de Caçador e a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 21 de março de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado o Termo Convênio nº 18/UNOESC/11, celebrado entre o Município de Caçador e a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.592.369/0001-20, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 2.125, na cidade de Joaçaba - SC, objetivando a cooperação técnica, científica, de ensino e assistencial para os alunos do curso de graduação em Medicina da Unoesc possam realizar atividades práticas curriculares, obrigatórias e não obrigatórias, nas dependências da rede pública de assistência à saúde do Município, conforme Termo de Convênio que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

CARLOS EVANDRO LUZ,
1º Secretário.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Dispensa de Licitação Nº 02/2011

Câmara Municipal de Caçador

Publicação Resumida

Dispensa de Licitação nº 02/2011

A Câmara Municipal de Caçador, torna público a Dispensa de Licitação nº 02/2011 para contratação de serviços web site para transmissão e hospedagem de arquivos das sessões transmitidas e gravadas da Câmara Municipal, através da empresa Cricinet Web Site e Hospedagem Ltda-ME, com sede no município de Criciúma/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.555.929/0001-75, pelo período de 10 meses no exercício de 2011, pelo valor mensal de R\$ 550,00, de conformidade com o disposto no art.24, II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 22 de março de 2011.
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,
Presidente.

Campo Alegre

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 6.485 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.485 DE 23 DE MARÇO DE 2011

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. LÍLIAN DA CRUZ KUHNEN, para exercer o cargo de Professor III - Artes, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 014/2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível P2, Sub-Nível 21, Referência A, no valor de R\$ 677,88 (seiscentos e setenta e sete reais, oitenta e oito centavos) mensais, pelo período de 23 de março de 2011 à 20 de dezembro de 2011, ou até a Homologação do Concurso Público e Convocação dos aprovados.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 009/2010, em 3º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.486 de 23 de Março de 2011

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.486 DE 23 DE MARÇO DE 2011

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; DECRETA:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. LUCIMARA DE SOUZA PEREIRA, Professora, matrícula nº 954910, a partir de 23 de março de 2011.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 23 de março de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/03/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decisão em Impugnação ao Edital Pregão 12/2011 - FMS

DECISÃO EM IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO

(Processo Licitatório n.º 12/2011)

IMPUGNANTE(S): DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA.

IMPUGNADO (S): EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2011

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório modalidade Pregão Presencial, cujo objeto resume-se na aquisição de medicamentos para manutenção da farmácia básica municipal e medicamentos excepcionais.

A Impugnante DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA., inconformada com as exigências dos itens 7.1.3, 7.1.3.1 e 7.1.3.2 do instrumento convocatório, apresenta manifestação escrita à Comissão Permanente de Licitação, ora recebida como Impugnação Editalícia, prevista no §1º do Art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93, norma de aplicação subsidiária à presente modalidade consoante previsão do Art. 9º da Lei Federal n.º 10.520/02.

Entende a Impugnante, em síntese, que a exigência de apresentação de Autorização de Funcionamento da empresa licitante dentro do prazo de validade, expedida pela ANVISA, comprovada pela cópia ou original da publicação da autorização de funcionamento no Diário Oficial da União é ilegal, pugnando pela aceitação de um protocolo de atualização do prazo de validade de sua autorização.

É o breve relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O processo licitatório, como é sabido, divide-se em etapas ou fases, sendo a primeira delas denominada pela doutrina especializada como "fase interna da licitação". Neste momento, são definidos os detalhes, critérios, condições e exigências para a aceitação das propostas e posterior contratação, sempre voltados ao atendimento das necessidades da Administração para garantir a satisfação do interesse público, incluindo-se também neste ponto, a prevenção contra a aquisição de medicamentos através de empresas que não estejam aptas a fazê-lo, que se dá com a exigência editalícia ora impugnada [1].

Como se não bastasse, tal exigência foge ao conceito de discricionariedade □ em que o fator determinante para sua eleição seria "apenas" o juízo de conveniência e oportunidade da Administração □, amoldando-se perfeitamente no que entendemos por ato vinculado, pois decorre de disposição legal.

Aliás, contra tal raciocínio não faz qualquer objeção a Impugnante, que a bem da verdade se insurge quanto a forma de comprovação da validade da autorização publicada no D.O.U. exigida pelo instrumento convocatório.

Pretende a Impugnante apresentar a publicação de sua autorização já vencida, em conjunto com o protocolo de pedido de renovação da autorização e pagamento da respectiva taxa, que sob seu ponto de vista, teria o condão de suprir a exigência editalícia. Para tanto, alega que a eventual demora na renovação de sua autorização deve ser imputada a ANVISA e que tal fato não deveria prejudicá-la no presente certame.

Muito embora se possa verificar, em tese, a presença de fumus boni iuris nos argumentos expendidos na impugnação quanto aos danos que a ANVISA estaria lhe causando, a única forma realmente segura da Administração Pública verificar a validade e a vigência de uma autorização de funcionamento emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para empresas que distribuem medicamentos, dá-se com a apresentação da publicação deste ato no Diário Oficial da União, dentro do prazo de 01 (um) ano, uma vez que a renovação desta é anual (vide item 5.1.2 do Anexo II da Lei n. 9.782/99).

O simples protocolo do pedido de renovação da autorização e o pagamento da respectiva taxa não podem trazer à Administração licitante a garantia e segurança necessárias à contratação de medicamentos para atendimento da população Campoalegrense, uma vez que a ANVISA poderia, ad argumentandum tantum, estar condicionando a liberação da renovação da autorização ao preenchimento de algum requisito legal eventualmente não cumprido pela Impugnante.

Contudo, não cabe ao Município de Campo Alegre efetuar tal juízo, decidindo se a empresa Impugnante cumpre ou não as exigências da ANVISA, sendo esta a única com competência para fazê-lo.

Registre-se, a propósito, que justamente para que não pairasse qualquer dúvida sobre a habilitação dos licitantes (se estão ou não cumprindo a legislação sanitária) é que se fez constar no presente certame a exigência da autorização de funcionamento devidamente publicada no Diário Oficial da União e dentro do prazo de validade.

Por fim, vale dizer que a simples análise das informações constantes do sítio da ANVISA na rede mundial de computadores, não poderia igualmente elidir qualquer dúvida sobre a vigência ou a validade das autorizações emitidas, pois lá apenas consta a data de sua emissão originária e não de suas renovações.

III - DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira Oficial do Município de Campo Alegre, no uso de minhas atribuições conferidas pela legislação aplicável à espécie, DECIDO indeferir o pedido da empresa DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA. na presente impugnação ao Edital de Pregão n.º 12/2011, razão pela qual MANTENHO INALTERADO o referido instrumento convocatório em todos os seus termos e cláusulas.

Intime-se a Impugnante da presente decisão.

Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 2011.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Pregoeira Oficial do Município de Campo Alegre

Visto e aprovado:

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS
Assessor Jurídico
OAB/SC n. 15.760

Canoinhas

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Tomada de Preços n.º FMS 02/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 08/2011
TOMADA DE PREÇOS N.º FMS 02/2011

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11 de abril de 2011, às 14:15 horas, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza e higienização da área física interna do pronto atendimento municipal - PA e das dependências do serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU, (salas, cozinha, banheiros, escadaria, corredores e afins) e externa (calçadas, escadarias e afins). Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito/Presidente do Fundo

Resultado do julgamento das propostas do Convite n.º 01/2011

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 32/2011
CONVITE N.º 01/2011

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de sua Comissão de Licitação, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, relativamente ao Processo acima. Empresas habilitadas: J. MONTENEGRO EVENTOS LTDA, CNPJ 08.706.288/0001-26 e ECCOS SONORIZAÇÃO LTDA, CNPJ 06.095.872/0001-67 e inabilitadas as empresas FLORENTINO & FLORENTINO LTDA, CNPJ 07.998.608/0001-04 e EQUIPE EDSON BRUSTOLIN RODEIO SHOW LTDA - EPP, CNPJ 06.095.872/0001-67. Encontra-se aberto, o prazo de 02 (dois) dias úteis, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação apresentada. Caso não seja protocolado nenhum recurso, as propostas das licitantes habilitadas, serão abertas pela Comissão de Licitação no dia 29/03/2011, às 11h00min horas. A ata encontra-se apenas ao Processo Licitatório à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura.

Comissão de Licitação
Prefeitura do Município de Canoinhas

Edital 002/2011/FME - Processo SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS

EDITAL 002/2011/FME - PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS

A Fundação Municipal de Esportes, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interesses que encontram-se abertas as inscrições para a CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES-TÉCNICOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, para atuarem no ano de 2011 junto à Fundação Municipal de Esportes.

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1 O processo de inscrições dar-se-á no período compreendido

entre 24 de março de 2011 e 04 de abril de 2011, das 9 horas às 12 horas e das 13 horas e 30 minutos às 16 h, junto à sede da Fundação Municipal de Esportes, localizada à Rua Senador Felipe Schmidt s/nº (Estádio Municipal Benedito Thérézio de Carvalho Junior).

1.2 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Cópia da carteira de identidade;
- Cópia do diploma de graduação em Educação Física, pós-graduação, ensino médio ou declaração fornecida pela Entidade de Ensino Superior (com data do mês vigente) de que o candidato encontra-se cursando graduação em Educação Física, devendo constar qual fase ou ano;
- Cópia da Cédula de Identidade Profissional CREF com anuidade em dia - Conselho Regional de Educação Física/CONFEEF;
- Comprovante de quitação do serviço militar obrigatório para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais.

1.3. O candidato ou procurador deverá preencher o formulário de inscrição e entregá-lo junto a respectiva documentação. Será permitido realizar a inscrição por procuração específica para este fim;

1.4 O candidato deverá apresentar cópia dos documentos citados, acompanhados dos originais;

1.5 Quanto ao cópia do Diploma de conclusão do Ensino Médio, citado, só será necessária sua apresentação para o candidato que não tiver concluído a graduação;

1.6 Não será realizada a inscrição de candidato que no ato não apresentar todos os documentos necessários.

2. DAS VAGAS

2.1 Estarão abertas as inscrições para contratação de profissionais nas seguintes modalidades:

VAGAS	Modalidade Esportiva	Carga Horária	Remuneração
01	Futebol de salão	20 horas	R\$ 566,50
01	Atletismo	20 horas	R\$ 566,50
01	Tênis de campo	20 horas	R\$ 566,50

2.2 O preenchimento das vagas ficará condicionado a demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade.

2.2 O prazo de duração das contratações temporárias objeto do presente processo terá termino final na data 15/12/2011, se por qualquer outro motivo não for rescindido antes, sendo que a contratação será de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 3.869/2005.

3. DOS REQUISITOS

3.1 No ato da inscrição o candidato além de apresentar a documentação solicitada no item 1.2, deverá comprovar o preenchimento de requisitos específicos, apresentando a respectiva documentação:

MODALIDADE ESPORTIVA	REQUISITOS ESPECÍFICOS
Futebol de Salão, Atletismo	Graduação Nível Superior em Educação Física e registro no CREF
Tênis de Campo	Registro da respectiva federação ou registro no CREF, comprovação de participação em competições da respectiva modalidade nos últimos dois anos.

3.2 Classificação dos candidatos obedecerá aos critérios de maior graduação e participação em cursos de aperfeiçoamento e, ainda, participação em competições oficiais (Federações, Ligas, Fesportes), recebendo a seguinte pontuação:

- O candidato que possuir Graduação Nível Superior em Educação Física obterá 20 pontos, que somente serão válidos nas

modalidades em que o requisito específico for Graduação em nível superior;

- O candidato que está regularmente inscrito no CREF em dia com suas obrigações obterá 20 pontos.

- O candidato que apresentar comprovante de frequência e aproveitamento em Cursos de Aperfeiçoamento profissional na respectiva modalidade ofertados por instituições oficiais: Federações da modalidade, CREF, Secretaria de estado do Esporte, Turismo e Lazer; Obterá 05 pontos por evento/curso.

-O Candidato que apresentar comprovantes de frequência e aproveitamento em Cursos de Aperfeiçoamento ofertados por Instituições de Ensino Superior, Empresas de Eventos esportivos e Instituições não oficiais, obterá 01 ponto por evento/curso.

-O Candidato que apresentar comprovantes de participação em competições oficiais da modalidade pretendida, expedido por Escola, Fundação, Clube ou Associação da qual fez parte nos últimos dois anos, obterá 01 ponto por competição.

Critério de desempate: Em caso de empate terá preferência o candidato que apresentar maior pontuação de Curso de Aperfeiçoamento na modalidade em que se inscreveu, realizado por instituições oficiais da modalidade e persistindo o empate, o candidato que possuir maior idade.

4. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A divulgação da listagem classificatória será fixada na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES no dia 05 de abril de 2011, a partir das 16 horas;

Os candidatos que se sentirem prejudicados na classificação, poderão interpor recursos, que serão aceitos até às 16 horas do dia 07 de abril de 2011, devendo ser preenchidos formulários próprio fornecido pela Fundação Municipal de Esportes e dirigidos à Comissão Organizadora.

5. DA ESCOLHA DE VAGAS

5.1 As vagas serão preenchidas, observando-se a demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade;

5.2 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação;

5.3 A data do processo de escolha de vagas será informada juntamente com a homologação do resultado da classificação a ser publicada em edital, após análise dos recursos se houverem.

5.4 Após a primeira chamada e não tendo sido preenchidas todas as vagas, a Fundação Municipal de Esportes procederá à nova chamada, em data, horário e local a ser publicado em edital.

5.5 O candidato que não apresentar-se no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vagas perderá a vez da escolha e passará a ser o último da lista, para futura chamada, se houver, integrando o Cadastro de Reserva, denominado Banco/RH;

5.6 O candidato melhor classificado poderá assumir 01 (uma) vaga, com carga horária a ser definida pela Fundação Municipal de Esportes, conforme demanda de alunos e conseqüente formação de turmas para cada modalidade, desde que haja compatibilidade de horários;

5.7 Depois de efetivada a escolha de vagas, não será permitido ao candidato trocá-la, salvo por interesse do poder público. O local para desempenhar as suas funções será determinado pela FME.

5.8 O quadro de vagas será apresentado no dia de publicação da ordem de classificação dos inscritos.

6. DAS DISPENSAS

6.1 A dispensa do contratado poderá ocorrer da seguinte forma:

a) a pedido e

b) de ofício;

6.1.1 Quando o pedido para dispensa for interesse do candidato, deverá preencher requerimento próprio junto a Fundação Municipal de Esportes;

6.1.2 Quando for de ofício, a Fundação Municipal de Esportes deverá proceder a comunicação ao servidor contratado;

6.1.3 A dispensa de ofício dar-se-á na situação em que ocorrer redução do número de turmas e interesse do serviço público.

6.1.4 Sendo dispensado, o contratado terá de concorrer à próxima vaga, que por ventura, venha a abrir.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 O candidato só poderá efetuar sua inscrição mediante a apresentação de todos os documentos exigidos;

7.2 O candidato deverá revisar a ficha de inscrição e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura responsável pelas mesmas;

7.3 Será admitida a inscrição por procuração, para este fim específico, a qual deverá ser anexada a ficha de inscrição;

7.4 O candidato que no ato da inscrição prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela correntes, sem prejuízo da ação penal cabível;

7.5 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

7.6 Depois de efetivada a inscrição, não será fornecida cópia dos documentos anexados e nem alterada a documentação;

7.7 As contratações temporárias objeto do processo seletivo, serão regidas pela Lei Municipal nº. 3.869/2005. Aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Municipal nº. 2.305/1190, no que couber.

7.8 É de responsabilidade do candidato manter seu cadastro (telefone) atualizado junto a Fundação Municipal de Esportes;

7.9 Os casos omissos - serão decidido e resolvidos pela Comissão Organizadora, em conjunto com a Assessoria Jurídica do município de Canoinhas.

Canoinhas, 23 de março de 2011.

RICARDO PEREIRA MARTIN LEOBERTO WEINERT

Presidente da Fundação Municipal de Esportes Prefeito

Termo de Retificação do Edital de Processo Seletivo Nº 04/SMS/2011.

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/SMS/2011.

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, no uso de suas atribuições, comunica que fica alterado o seguinte item do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/SMS/2011:

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 21 de março a 04 de abril de 2011, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC.

Os demais itens constantes no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/SMS/2011 permanecem inalterados.

Canoinhas/SC, 23 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei 2.951/2011

LEI Nº 2.951, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de equipamento com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Joaçaba - SDR, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de equipamento com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, inscrita no CNPJ sob o nº 05.612.349/0001-06, situada na Avenida Rio Branco, 169, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O equipamento destina-se exclusivamente para a execução dos serviços da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria fixada no Orçamento do Município em cada exercício financeiro

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de março de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

Lei 2.952/2011

LEI Nº 2.952, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a proceder à baixa de bens inservíveis, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à baixa do Patrimônio Público do Executivo Municipal, dos bens inservíveis especificados no Anexo Único, parte integrante da presente Lei.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo atualizar o quantitativo dos bens em condições de uso ou recuperáveis, bem como baixar do controle patrimonial e da contabilidade os bens e valores insubsistentes.

§ 2º Considera-se inservível para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal para o fim a que se destina devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à doação dos

referidos bens inservíveis para entidades filantrópicas e sem fins lucrativos sediadas no Município de Capinzal, ou proceder à destinação para reciclagem mediante lavratura de Termo de Recibo por Comissão Especial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 23 de março de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

I - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$	
	Monitor de vídeo para computador	08604	280,00	
	Microcomputador Pentium duron 1300, RAM 128	07186	5.623,44	
3	Cadeira estofada	07163	111,30	

II - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO				
a) EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$	
1	Carteira escolar	04791	10,52	
2	Televisor marca Philco, 20"	10074	250,00	
3	Telescópio Tasco	10100	200,00	
4	Fogão a gás, 04 queimadores, marca Dako	10114	50,00	
5	Escrivaninha em cerejeira, 03 gavetas	10140	80,00	
6	Armário em pinheiro, 02 portas	10142	100,00	
7	Ventilador de teto	10143	50,00	
8	Suporte para TV e vídeo	04865	17,21	
9	Cadeira Universitária	06339	28,24	
10	Cadeira Universitária	06357	28,24	
11	Escrivaninha em pinheiro, 03 gavetas	10149	50,00	
12	Computador com 512mb RAM	10066	1.000,00	

b) DEPARTAMENTO DE ENSINO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$	
1	Mesa para impressora, marca Lua Azul	00328	24,46	
2	Mesa para telefone, em cerejeira	00331	20,01	

3	Carteira escolar, armação de ferro	03691	12,31
---	------------------------------------	-------	-------

c) PRÉ ESCOLAR CONQUISTANDO MEU ESPAÇO

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
1	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	03477	8,69
2	Armário em cerejeira, 02 portas	03818	48,27
3	Liquidificador, marca mundial	08724	45,00
4	Batedeira, marca Arno	03787	24,14
5	Duplicador DM-96, marca menno	08274	215,82

d) ESCOLA Dr.VILSON PEDRO KLEINUBING

ITEM
DESCRIÇÃO DO BEM
PLAQUETA
VALOR R\$

1	Desumidificador de papel, marca menno	08646	89,00
2	Estabilizador de voltagem, phantom phonix 1000va	08146	49,05
3	Microcomputador processador 2,6ghz	08772	3.184,00
4	No break 1.0 kva, emgelux	06968	500,31
5	No break 1200va	10220	450,00
6	Microcomputador processador 2,6 ghz	08774	3.184,00
7	Cadeira escolar, azul escuro	07915	46,43
8	Micro Pentium II 64 mb, placa fax modem	06969	2.136,40

e) CRECHE MUNDO COLORIDO

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
1	Berço em madeira	06137	61,11
2	Berço em madeira	06138	61,11
3	Berço em madeira	06139	61,11
4	Mesinha escolar	02582	10,93
5	Liquidificador, marca mundial	08723	45,00
6	Armário em cerejeira, 02 portas e 01 prateleira	03936	43,04
7	Armário em cerejeira, 02 portas	03928	47,82
8	Cadeira em fórmica, pré escolar	02616	4,78

f) ESCOLA MUNICIPAL VIVER E CONHECER			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
	Mimeógrafo, marca menno	00465	16,16
	Balcão em cerejeira	01866	1.186,91
	Aparelho de som com cd, magna-vox	09191	154,90
	Aparelho de som com cd, magna-vox	09192	154,90
	Vídeo Cassette, marca Philips	00392	529,68
	Retro Projetor, marca visograf	00395	95,63
	Radio gravador, marca Philips	00919	69,29
	Máquina Copiadora, marca Sharp, modelo ar-5015	08298	5.386,50
	Carteira pré escolar, em tubo industrial	07827	52,81
	Carteira pré escolar, em tubo industrial	07828	52,81
	Carteira pré escolar, em tubo industrial	07829	52,81
	Cadeira Universitária 2012	06292	28,24
	Cadeira Universitária 2012	06293	28,24
	Cadeira Universitária 2012	06294	28,24
	Cadeira Universitária 2012	06295	28,24
	Cadeira Universitária 2012	06296	28,24
	Cadeira escolar assento e encosto em compensado	01590	19,19
	Cadeira escolar assento e encosto em compensado	01591	19,19
	Cadeira escolar assento e encosto em compensado	01592	19,19
	Cadeira escolar assento e encosto em compensado	01593	19,19
	Cadeira escolar assento e encosto em compensado	01594	19,19
	Cadeira escolar assento e encosto em compensado	01595	19,19
	Cadeirinha base em fórmica, pré escolar	00448	5,74
	Cadeirinha base em fórmica, pré escolar	00449	5,74

	Cadeira de madeira, armação de ferro	00644	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00645	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00646	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00647	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00648	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00649	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00650	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00707	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00708	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00719	9,56
	Cadeira de madeira, armação de ferro	00720	9,56
	Cadeira estofada, azul Royal	01048	84,52
	Cadeira estofada, azul Royal	01049	84,52
	Cadeira estofada, tubo industrial	01702	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01703	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01704	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01705	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01706	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01707	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01708	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01709	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01710	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01711	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01712	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01713	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01788	15,30
	Cadeira estofada, tubo industrial	01740	15,30

	Cadeira estofada, tubo industrial	01741	15,30	
	Cadeira estofada, tubo industrial	01742	15,30	
	Cadeira estofada, tubo industrial	01743	15,30	
	Cadeira estofada, tubo industrial	01744	15,30	
	Cadeira estofada, tubo industrial	01745	15,30	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01261	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01262	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01263	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01264	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01265	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01266	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01267	31,08	
	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01268	31,08	

g) ESCOLA CARLOS JAIME DA ROCHA

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Refrigerador marca Cònsul 280 litros	03022	183,44

h) ESCOLA BERNARDO MORO SOBRINHO

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Vídeo cassette marca Philips	01986	404,90
02	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01893	15,30
03	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01894	15,30
04	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01895	15,30
05	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01896	15,30
06	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01897	15,30
07	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01898	15,30

08	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01899	15,30
09	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01900	15,30
10	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01901	15,30
11	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01902	15,30
12	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01903	15,30
13	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01904	15,30
14	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01905	15,30
15	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01989	15,30
16	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01990	15,30
17	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02367	9,56
18	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02368	9,56
19	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02369	9,56
20	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02370	9,56
21	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02371	9,56
22	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02372	9,56
23	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02373	9,56
24	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02394	9,56
25	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02395	9,56
26	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02396	9,56
27	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02397	9,56
28	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02398	9,56
29	Cadeira escolar em fórmica, armação de ferro	02399	9,56

30	Cadeira escolar, assento e encosto em compensado	01467	19,19
31	Cadeira escolar, assento e encosto em compensado	01468	19,19
32	Cadeira escolar, assento e encosto em compensado	01469	19,19
33	Cadeira escolar, assento e encosto em compensado	01470	19,19
34	Cadeira escolar, assento e encosto em compensado	01471	19,19
35	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02628	4,78
36	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02629	4,78
37	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02630	4,78
38	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02631	4,78
39	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02632	4,78
40	Mesinha em fórmica, armação de ferro	02565	10,93
41	Mesinha em fórmica, armação de ferro	02566	10,93
42	Carteira escolar, fórmica, armação de ferro	02121	12,43
43	Rack em cerejeira, com 02 portas	01950	46,48
44	Maquina de escrever, marca Olivetti	02093	145,27
45	Filmadora, marca Sony	01948	1.295,32
46	Carteira escolar, em fórmica, tubo industrial	01313	31,08
47	Mesinha em fórmica, armação de ferro	02572	10,93
48	Mesinha em fórmica, armação de ferro	02573	10,93
49	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02661	4,78
50	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02668	4,78
51	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02669	4,78
52	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02670	4,78

53	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02671	4,78
54	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02672	4,78
55	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02677	4,78
56	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02685	4,78
57	Balcão em fórmica, cerejeira, 06 portas	01974	51,89
58	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02686	4,78
59	Cadeirinha em fórmica, armação de ferro	02687	4,78
60	Conjunto pia e balcão, cerejeira, 04 portas	01977	19,46
61	Mesa pequena, base em fórmica	05231	6,49
62	Cadeira fixa, estofada, armação de ferro	05233	23,78
63	Cadeira estofada, prancheta articulável, azul royal	02759	84,52
64	Cadeira estofada, prancheta articulável, azul royal	02760	84,52
65	Cadeira estofada, prancheta articulável, azul royal	02761	84,52
66	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02400	9,56
67	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02401	9,56
68	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02402	9,56
69	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02491	9,56
70	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02492	9,56
71	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02493	9,56
72	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02494	9,56
73	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02495	9,56
74	Cadeira escolar, em fórmica, armação de ferro	02496	9,56

75	Cadeira escolar, em fôrmica, armação de ferro	02497	9,56
76	Cadeira escolar, em fôrmica, armação de ferro	02498	9,56
77	Cadeira escolar, em fôrmica, armação de ferro	02499	9,56
78	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02068	15,30
79	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02069	15,30
80	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02070	15,30
81	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02071	15,30
82	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02072	15,30
83	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02073	15,30
84	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02074	15,30
85	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02075	15,30
86	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02076	15,30
87	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02077	15,30
88	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02078	15,30
89	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02079	15,30
90	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02080	15,30
91	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02081	15,30
92	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02082	15,30
93	Cadeira estofada fixa, armação de ferro	02083	15,30
94	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01991	15,30
95	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01992	15,30
96	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01993	15,30

97	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01994	15,30
98	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01995	15,30
99	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01996	15,30
100	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01997	15,30
101	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01998	15,30
102	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	01999	15,30
103	Cadeira estofada, fixa, armação de ferro	02000	15,30
104	Impressora matricial, marca Olivetti	00326	124,31

i) PRÉ ESCOLAR FADA MADRINHA

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Balança portátil, marca sunrise, pessoal	00356	22,92
02	Maquina lava a jato , marca Electrolux	07960	339,20
03	Aparelho de som, cdr, marca Cce	08291	634,94
04	Aparelho de som, marca britânia, radio AM/FM	09990	130,00
05	Televisor, marca Philips.	03433	193,09

j) DIRETORIA DE CULTURA

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Cadeira giratória estofada, pequena	00369	32,84
02	Estante RMV mod. PES 0090 para partitura	08191	51.59
03	Estante RMV mod. PES 0090 para partitura	08192	51.59
04	Estante RMV mod. PES 0090 para partitura	08195	51.59
05	Estante RMV mod. PES 0090 para partitura	07174	37.63
06	Violão, marca Gianini	04083	120,72
VALOR TOTAL			32.427,69

Contrato 0010/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0010/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0002/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: LUIZ ADRIANI DE ANDRADE ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos FNAS.

VALOR R\$: 285,40

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0011/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0011/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0002/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: COMAPE COM. DE MAT.E MAQUINAS PARA ESCRITORIOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos FNAS.

VALOR R\$: 1.505,15

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0012/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0012/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0002/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos FNAS.

VALOR R\$: 10.900,48

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0013/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0013/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0002/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos FNAS.

VALOR R\$: 1.700,20

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0014/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0014/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0002/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos FNAS.

VALOR R\$: 438,00

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0015/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0015/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0002/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: FACCIOLI & CADORE LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e material de limpeza, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos FNAS.

VALOR R\$: 971,50

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0016/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0016/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0003/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: LUIZ ADRIANI DE ANDRADE ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e outros, para manutenção das atividades do Centro de Convivência da Terceira Idade, recursos do FNAS.

VALOR R\$: 319,90

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0017/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0017/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0003/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: COMAPE COM. DE MAT.E MAQUINAS PARA ESCRITORIOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e outros, para manutenção das atividades do Centro de Convivência da Terceira Idade, recursos do FNAS.

VALOR R\$: 429,46

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0018/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0018/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0003/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e outros, para manutenção das atividades do Centro de Convivência da Terceira Idade, recursos do FNAS.

VALOR R\$: 9.727,54

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0019/2011 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0019/2011 - FMASC

Pregão Eletrônico 0003/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL

CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA ME

OBJETO: Aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e outros,

para manutenção das atividades do Centro de Convivência da Terceira Idade, recursos do FNAS.

VALOR R\$: 433,37

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0097/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0097/2011

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0043/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA EPP

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para execução global, com o fornecimento de material e mão-de-obra, necessário para a execução da iluminação na cancha de laço, cabine de narração e cabine de jurados, para prática de esportes na modalidade de laço, anexo ao Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, Recursos Próprios.

VALOR R\$: 19.680,00

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

Contrato 0098/2011

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0098/2011

Convite p/Obras e Serviços de Engenharia 0044/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: CONSTRUTORA CIDADE ALTA LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa, para o fornecimento de mão de obra especializada para execução de serviços civis, tais como: Confecção de boca de lobo, concerto em boca lobo, reforma de calçada e passeios públicos, colocação de meio-fio, reforma de calçamento, colocação de tubo de concreto com diâmetro de 200mm, 300mm, 400mm, 600mm, 800mm, 1000mm, 1200mm, distribuição manual de material diverso, Mão de obra para Pedreiro e Servente na execução de diversas tarefas relacionadas a profissão, a serem executadas em diversos locais do Município, conforme a necessidade, recursos próprios.

VALOR R\$: 103.590,00

VIGÊNCIA: 22/03/2011 A 31/12/2011

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 1º BIM 2011

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|               Município de CAPINZAL - PODER EXECUTIVO               CONSOLIDADO |
|               Relatório de Gestão Fiscal                             |
|               Demonstrativo da Despesa Com Pessoal                   |
|               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social               |
|               MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011                           |
+-----+

```

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 Meses	
	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
Despesa com Pessoal		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	14.865.540,88	0,00
Pessoal Ativo	13.767.463,96	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	566.406,13	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	531.670,79	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF) (II)	6.408,66	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	6.408,66	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	541.651,37	0,00
Pessoal Ativo	541.651,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1º da	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF) (I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6º do art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP (IV) = (I-II+III)	15.400.783,59	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		38.519.425,46
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		39,98%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	23.111.655,28
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	21.956.072,51

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



+=[CPL]=-----{ 001 }+
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/1º Bimestre |
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

Operações Realizadas	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Até o 1º Bimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	0,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Adminis	0,00
Outras Operacoes de Credito Internas	0,00
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	38.519.425,46
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,00
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	6.163.108,07
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	2.696.359,78

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de CAPINZAL
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/1º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	13.860.281,78	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	112.644,85
Disponibilidade Financeira	13.860.281,78	Depósitos de Diversas Origens	112.644,85
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	13.860.281,78	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	6.889.440,89	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	81.400,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	13.860.281,78	SUBTOTAL	112.644,85
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	13.747.636,93
TOTAL	13.860.281,78	TOTAL	13.860.281,78
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			1.063.933,16
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			12.683.703,77

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens	0,00
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Banco	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
		Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)			0,00
DEFICIT	0,00	SUPERAVIT	12.683.703,77

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CAPINZAL

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 2º Mes (Fev) de 2011

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	15.400.783,59	39,98
Limite Maximo	23.111.655,28	60,00
Limite Prudencial	21.956.072,51	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	-5.252.139,12	-13,64
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	46.223.310,55	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	1.847.388,92	4,80
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	8.474.273,60	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	6.163.108,07	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	2.696.359,78	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respektivos	1.063.933,16	6.970.840,89

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+[CPL]-----{ 001 }+	
Município de CAPINZAL	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Balço Orçamentário	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I	

RELATÓRIO R.E.O. - 1º BIM 2011

CONSOLIDADO

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
Categoria Econômica / Fontes	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.397.878,20	13,460	6.397.878,20	13,460	41.131.614,02
RECEITAS CORRENTES	44.238.295,76	44.238.295,76	6.367.878,20	14,390	6.367.878,20	14,390	37.870.417,56
RECEITA TRIBUTARIA	2.875.865,61	2.875.865,61	246.599,32	8,570	246.599,32	8,570	2.629.266,29
IMPOSTOS	2.280.051,72	2.280.051,72	208.072,98	9,130	208.072,98	9,130	2.071.978,74
TAXAS	98.731,05	98.731,05	38.526,34	39,020	38.526,34	39,020	60.204,71
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	497.082,84	497.082,84	0,00	0,000	0,00	0,000	497.082,84
RECEITA DE CONTRIBUICOES	651.089,50	651.089,50	110.520,70	16,970	110.520,70	16,970	540.568,80
CONTRIBUICOES SOCIAIS	14.332,50	14.332,50	0,00	0,000	0,00	0,000	14.332,50
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	636.757,00	636.757,00	110.520,70	17,360	110.520,70	17,360	526.236,30
RECEITA PATRIMONIAL	288.165,15	288.165,15	73.946,79	25,660	73.946,79	25,660	214.218,36
RECEITAS IMOBILIARIAS	35.388,00	35.388,00	5.392,25	15,240	5.392,25	15,240	29.995,75
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	251.486,91	251.486,91	68.554,54	27,260	68.554,54	27,260	182.932,37
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	557,39	557,39	0,00	0,000	0,00	0,000	557,39
Outras Receitas Patrimoniais	732,85	732,85	0,00	0,000	0,00	0,000	732,85
RECEITA AGROPECUARIA	47.552,09	47.552,09	2.421,15	5,090	2.421,15	5,090	45.130,94
Receita da Producao Vegetal	668,87	668,87	0,00	0,000	0,00	0,000	668,87
Receita da Producao Animal e derivados	61,91	61,91	0,00	0,000	0,00	0,000	61,91
Outras Receitas Agropecuarias	46.821,31	46.821,31	2.421,15	5,170	2.421,15	5,170	44.400,16
RECEITA INDUSTRIAL	619,33	619,33	0,00	0,000	0,00	0,000	619,33
RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	619,33	619,33	0,00	0,000	0,00	0,000	619,33
RECEITA DE SERVICOS	3.870.117,65	3.870.117,65	591.453,69	15,280	591.453,69	15,280	3.278.663,96
TRANSFERENCIAS CORRENTES	35.168.333,81	35.168.333,81	4.980.806,80	14,160	4.980.806,80	14,160	30.187.527,01
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.119.311,11	28.119.311,11	4.878.281,80	17,350	4.878.281,80	17,350	23.241.029,31
Transferencias de Instituicoes Privadas	19.370,04	19.370,04	0,00	0,000	0,00	0,000	19.370,04
Transferencias de Pessoas	4.020,29	4.020,29	0,00	0,000	0,00	0,000	4.020,29
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	7.025.632,37	7.025.632,37	102.525,00	1,460	102.525,00	1,460	6.923.107,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.336.552,62	1.336.552,62	362.129,75	27,090	362.129,75	27,090	974.422,87
MULTAS E JUROS DE MORA	355.107,25	355.107,25	40.053,22	11,280	40.053,22	11,280	315.054,03
INDENIZACOES E RESTITUICOES	63.901,63	63.901,63	83.313,46	130,380	83.313,46	130,380	-19.411,83
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	345.672,78	345.672,78	212.280,42	61,410	212.280,42	61,410	133.392,36
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	571.870,96	571.870,96	26.482,65	4,630	26.482,65	4,630	545.388,31
RECEITAS DE CAPITAL	3.291.196,46	3.291.196,46	30.000,00	0,910	30.000,00	0,910	3.261.196,46
OPERACOES DE CREDITO	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	3.200.000,00
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	3.200.000,00	3.200.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	3.200.000,00
ALIENACAO DE BENS	91.196,46	91.196,46	0,00	0,000	0,00	0,000	91.196,46
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	66.102,75	66.102,75	0,00	0,000	0,00	0,000	66.102,75
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	25.093,71	25.093,71	0,00	0,000	0,00	0,000	25.093,71
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	30.000,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	0,00	0,00	30.000,00	0,000	30.000,00	0,000	-30.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.397.878,20	100,000	6.397.878,20	100,000	41.131.614,02
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.397.878,20	100,000	6.397.878,20	100,000	41.131.614,02
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	47.529.492,22	47.529.492,22	6.397.878,20		6.397.878,20		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	510.000,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	510.000,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	510.000,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-



DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	47.529.492,22	607.500,00	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	0,00	8,09	44.244.410,00
DESPESAS CORRENTES	33.648.927,35	101.500,00	33.750.427,35	4.929.245,61	4.929.245,61	3.870.148,45	3.870.148,45	0,00	11,47	29.880.278,90
Pessoal e Encargos Sociais	16.511.246,51	-8.000,00	16.503.246,51	2.400.186,30	2.400.186,30	2.349.985,83	2.349.985,83	0,00	14,24	14.153.260,68
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	15.309,60	15.309,60	15.309,60	15.309,60	0,00	12,76	104.690,40
Outras despesas Correntes	17.017.680,84	109.500,00	17.127.180,84	2.513.749,71	2.513.749,71	1.504.853,02	1.504.853,02	0,00	8,79	15.622.327,82
DESPESAS DE CAPITAL	13.855.564,87	506.000,00	14.361.564,87	27.372,77	27.372,77	22.433,77	22.433,77	0,00	0,16	14.339.131,10
Investimentos	13.445.564,87	506.000,00	13.951.564,87	16.265,89	16.265,89	11.326,89	11.326,89	0,00	0,08	13.940.237,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	410.000,00	0,00	410.000,00	11.106,88	11.106,88	11.106,88	11.106,88	0,00	2,71	398.893,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	47.529.492,22	607.500,00	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	0,00	8,09	44.244.410,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	47.529.492,22	607.500,00	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	0,00	8,09	44.244.410,00
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	2.505.295,98	2.505.295,98	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	47.529.492,22	607.500,00	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	6.397.878,20	6.397.878,20	0,00	8,09	44.244.410,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
		(a)	(b)				(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial (d)	Cred.Adicion. (e)	Atualizada (f)=(d+e)	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício (g)	NÃO PROCESSADOS (h)	% ((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A					
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre				
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)		SALDO
	DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	47.529.492,22	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	100,00	8,09	44.244.410,00	
01	LEGISLATIVA	1.197.600,00	1.197.600,00	118.666,58	118.666,58	118.016,58	118.016,58	3,03	9,85	1.079.583,42	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.197.600,00	1.197.600,00	118.666,58	118.666,58	118.016,58	118.016,58	3,03	9,85	1.079.583,42	
	Subtotal	1.197.600,00	1.197.600,00	118.666,58	118.666,58	118.016,58	118.016,58	3,03	9,85	1.079.583,42	
04	ADMINISTRAÇÃO	6.207.221,61	6.207.221,61	844.943,52	844.943,52	679.380,11	679.380,11	17,45	10,95	5.527.841,50	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.207.221,61	6.207.221,61	844.943,52	844.943,52	679.380,11	679.380,11	17,45	10,95	5.527.841,50	
	Subtotal	7.404.821,61	7.404.821,61	963.610,10	963.610,10	797.396,69	797.396,69	20,48	10,77	6.607.424,92	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	549.658,00	549.658,00	44.476,02	44.476,02	43.747,82	43.747,82	1,12	7,96	505.910,18	
06.181	POLICIAMENTO	214.408,00	214.408,00	12.095,68	12.095,68	11.367,48	11.367,48	0,29	5,30	203.040,52	
06.182	DEFESA CIVIL	335.250,00	335.250,00	32.380,34	32.380,34	32.380,34	32.380,34	0,83	9,66	302.869,66	
	Subtotal	7.954.479,61	7.954.479,61	1.008.086,12	1.008.086,12	841.144,51	841.144,51	21,61	10,57	7.113.335,10	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	777.000,00	777.000,00	36.477,44	36.477,44	33.474,95	33.474,95	0,86	4,31	743.525,05	
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	67.480,00	67.480,00	2.100,91	2.100,91	2.100,91	2.100,91	0,05	3,11	65.379,09	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	485.000,00	485.000,00	24.893,81	24.893,81	24.680,32	24.680,32	0,63	5,09	460.319,68	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	224.520,00	224.520,00	9.482,72	9.482,72	6.693,72	6.693,72	0,17	2,98	217.826,28	
	Subtotal	8.731.479,61	8.731.479,61	1.044.563,56	1.044.563,56	874.619,46	874.619,46	22,47	10,02	7.856.860,15	
10	SAÚDE	6.156.442,66	6.156.442,66	686.293,75	686.293,75	643.078,30	643.078,30	16,52	10,45	5.513.364,36	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	5.174.710,66	5.174.710,66	681.238,34	681.238,34	638.022,89	638.022,89	16,39	12,33	4.536.687,77	
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	37.500,00	37.500,00	711,73	711,73	711,73	711,73	0,02	1,90	36.788,27	
10.303	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	505.501,90	505.501,90	333,75	333,75	333,75	333,75	0,01	0,07	505.168,15	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	53.983,84	53.983,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.983,84	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00	
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	321.746,26	321.746,26	4.009,93	4.009,93	4.009,93	4.009,93	0,10	1,25	317.736,33	
	Subtotal	14.887.922,27	14.887.922,27	1.730.857,31	1.730.857,31	1.517.697,76	1.517.697,76	38,99	10,19	13.370.224,51	
12	EDUCAÇÃO	9.196.491,95	9.196.491,95	1.135.162,73	1.135.162,73	1.070.745,19	1.070.745,19	27,51	11,64	8.125.746,76	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	7.647.433,69	7.647.433,69	922.394,00	922.394,00	868.379,54	868.379,54	22,31	11,36	6.779.054,15	
12.362	ENSINO MÉDIO	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
12.364	ENSINO SUPERIOR	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	1.402.058,26	1.402.058,26	200.376,73	200.376,73	195.973,65	195.973,65	5,03	13,98	1.206.084,61	
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	30.000,00	392,00	392,00	392,00	392,00	0,01	1,31	29.608,00	
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.000,00	84.000,00	12.000,00	12.000,00	6.000,00	6.000,00	0,15	7,14	78.000,00	
	Subtotal	24.084.414,22	24.084.414,22	2.866.020,04	2.866.020,04	2.588.442,95	2.588.442,95	66,50	10,75	21.495.971,27	
13	CULTURA	439.729,45	439.729,45	38.473,59	38.473,59	37.793,64	37.793,64	0,97	8,59	401.935,81	
13.391	PATROMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E AR	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	429.729,45	429.729,45	38.473,59	38.473,59	37.793,64	37.793,64	0,97	8,79	391.935,81	
	Subtotal	24.524.143,67	24.524.143,67	2.904.493,63	2.904.493,63	2.626.236,59	2.626.236,59	67,47	10,71	21.897.907,08	
15	URBANISMO	8.378.639,46	8.378.639,46	624.955,56	624.955,56	589.484,58	589.484,58	15,14	7,04	7.789.154,88	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	470.000,00	470.000,00	563,58	563,58	95,80	95,80	0,00	0,02	469.904,20	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	7.387.610,96	7.387.610,96	546.243,58	546.243,58	525.958,80	525.958,80	13,51	7,12	6.861.652,16	
15.453	TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	521.028,50	521.028,50	78.148,40	78.148,40	63.429,98	63.429,98	1,63	12,17	457.598,52	
	Subtotal	32.902.783,13	32.902.783,13	3.529.449,19	3.529.449,19	3.215.721,17	3.215.721,17	82,61	9,77	29.687.061,96	
16	HABITAÇÃO	630.000,00	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	630.000,00	630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.000,00	
	Subtotal	33.532.783,13	33.532.783,13	3.529.449,19	3.529.449,19	3.215.721,17	3.215.721,17	82,61	9,59	30.317.061,96	
17	SANEAMENTO	8.398.303,74	8.398.303,74	838.469,53	838.469,53	207.914,90	207.914,90	5,34	2,48	8.190.388,84	
17.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.000,00	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	8.367.303,74	8.367.303,74	838.469,53	838.469,53	207.914,90	207.914,90	5,34	2,48	8.159.388,84	
	Subtotal	41.931.086,87	41.931.086,87	4.367.918,72	4.367.918,72	3.423.636,07	3.423.636,07	87,95	8,16	38.507.450,80	
18	GESTÃO AMBIENTAL	51.800,00	51.800,00	158,00	158,00	158,00	158,00	0,00	0,30	51.642,00	

+= [CPL] =-----{ 002 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.800,00	14.800,00	158,00	158,00	158,00	158,00	0,00	1,07	14.642,00
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
18.544	RECURSOS HÍDRICOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
	Subtotal	41.982.886,87	41.982.886,87	4.368.076,72	4.368.076,72	3.423.794,07	3.423.794,07	87,96	8,16	38.559.092,80
20	AGRICULTURA	750.300,00	847.800,00	59.971,47	59.971,47	33.611,64	33.611,64	0,86	3,96	814.188,36
20.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
20.601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	612.800,00	710.300,00	51.649,38	51.649,38	29.741,97	29.741,97	0,76	4,19	680.558,03
20.602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	19.500,00	19.500,00	126,36	126,36	126,36	126,36	0,00	0,65	19.373,64
20.604	DEPESA SANITÁRIA ANIMAL	44.000,00	44.000,00	7.425,73	7.425,73	3.743,31	3.743,31	0,10	8,51	40.256,69
20.606	EXTENÇÃO RURAL	44.000,00	44.000,00	770,00	770,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
	Subtotal	42.733.186,87	42.830.686,87	4.428.048,19	4.428.048,19	3.457.405,71	3.457.405,71	88,82	8,07	39.373.281,16
22	INDÚSTRIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	Subtotal	42.753.186,87	42.850.686,87	4.428.048,19	4.428.048,19	3.457.405,71	3.457.405,71	88,82	8,07	39.393.281,16
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	588.000,00	588.000,00	64.407,27	64.407,27	40.568,77	40.568,77	1,04	6,90	547.431,23
23.691	PROMOÇÃO COMERCIAL	228.000,00	228.000,00	15.177,89	15.177,89	7.836,39	7.836,39	0,20	3,44	220.163,61
23.695	TURISMO	360.000,00	360.000,00	49.229,38	49.229,38	32.732,38	32.732,38	0,84	9,09	327.267,62
	Subtotal	43.341.186,87	43.438.686,87	4.492.455,46	4.492.455,46	3.497.974,48	3.497.974,48	89,86	8,05	39.940.712,39
24	COMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	3.200,00	3.200,00	1.600,00	1.600,00	0,04	7,27	20.400,00
24.722	TELECOMUNICAÇÕES	22.000,00	22.000,00	3.200,00	3.200,00	1.600,00	1.600,00	0,04	7,27	20.400,00
	Subtotal	43.363.186,87	43.460.686,87	4.495.655,46	4.495.655,46	3.499.574,48	3.499.574,48	89,90	8,05	39.961.112,39
26	TRANSPORTE	1.865.700,00	2.375.700,00	115.599,86	115.599,86	84.907,97	84.907,97	2,18	3,57	2.290.792,03
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.865.700,00	2.375.700,00	115.599,86	115.599,86	84.907,97	84.907,97	2,18	3,57	2.290.792,03
	Subtotal	45.228.886,87	45.836.386,87	4.611.255,32	4.611.255,32	3.584.482,45	3.584.482,45	92,08	7,82	42.251.904,42
27	DESPORTO E LAZER	565.530,14	565.530,14	37.172,72	37.172,72	33.916,82	33.916,82	0,87	6,00	531.613,32
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	565.530,14	565.530,14	37.172,72	37.172,72	33.916,82	33.916,82	0,87	6,00	531.613,32
	Subtotal	45.794.417,01	46.401.917,01	4.648.428,04	4.648.428,04	3.618.399,27	3.618.399,27	92,96	7,80	42.783.517,74
28	ENCARGOS ESPECIAIS	1.710.075,21	1.710.075,21	308.190,34	308.190,34	274.182,95	274.182,95	7,04	16,03	1.435.892,26
28.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.710.075,21	1.710.075,21	308.190,34	308.190,34	274.182,95	274.182,95	7,04	16,03	1.435.892,26
	Subtotal	47.504.492,22	48.111.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	100,00	8,09	44.219.410,00
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
	Subtotal	47.529.492,22	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	100,00	8,09	44.244.410,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	47.529.492,22	48.136.992,22	4.956.618,38	4.956.618,38	3.892.582,22	3.892.582,22	100,00	8,09	44.244.410,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	% (F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011                          |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	03/2010	04/2010	05/2010	06/2010	07/2010	08/2010	09/2010
RECEITAS CORRENTES (I)	3.303.163,33	3.539.059,06	3.879.606,83	3.729.287,67	3.355.706,32	3.545.036,09	3.329.412,71
Receita Tributária	151.564,43	265.606,95	538.478,37	362.438,06	249.618,64	230.617,75	185.503,60
IPTU	0,00	101.609,51	467.230,20	130.952,16	63.100,13	63.003,50	8.258,08
ISS	90.673,58	92.807,45	35.745,40	143.377,25	94.105,27	95.065,72	97.572,86
ITBI	26.591,05	20.694,31	4.552,62	41.373,42	51.229,57	34.405,74	38.266,95
IRRF	20.382,01	36.417,76	22.907,14	23.695,61	23.019,17	23.848,27	22.631,29
Outras	13.917,79	14.077,92	8.043,01	23.039,62	18.164,50	14.294,52	18.774,42
Receita de Contribuições	92.380,22	54.033,91	52.881,24	49.978,20	49.720,61	47.984,92	51.001,25
Receita Patrimonial	38.511,59	15.601,70	16.379,65	34.077,92	25.545,33	33.409,75	28.343,12
Receita Agropecuária	3.899,02	4.488,14	2.358,76	8.476,18	7.507,10	5.229,64	6.541,73
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	366.835,73	334.559,09	343.640,00	324.286,41	325.023,37	322.784,87	314.675,90
Transferências Correntes	2.555.922,79	2.787.119,51	2.865.312,51	2.792.286,81	2.601.613,01	2.792.569,88	2.631.782,72
Cota-Parte do FPM	528.394,79	633.096,20	779.470,39	676.481,14	497.442,61	666.672,44	556.516,10
Cota-Parte do ICMS	1.157.456,03	1.153.218,30	1.069.935,18	1.111.152,55	1.115.530,14	1.145.560,32	1.204.945,64
Cota-Parte do IPVA	115.805,68	116.285,10	126.576,08	123.105,36	131.055,50	109.805,94	121.083,87
Cota-Parte do ITR	63,99	137,73	99,70	768,60	14,83	0,00	606,87
Transf.da LC 87/1996	0,00	7.423,44	7.423,44	7.423,44	7.423,44	14.846,88	7.423,44
Transferência do FUNDEB	357.664,69	378.998,67	372.337,12	369.343,23	355.460,99	377.568,09	380.012,64
Outras Transferências	396.537,61	497.960,07	509.470,60	504.012,49	494.685,50	478.116,21	361.194,16
Demais Receitas Correntes	94.049,55	77.649,76	60.556,30	157.744,09	96.678,26	112.439,28	111.564,39
II-DEDUÇÕES	365.899,94	386.322,86	400.928,56	388.725,91	355.552,50	390.980,84	383.187,59
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	365.899,94	386.322,86	400.928,56	388.725,91	355.552,50	390.980,84	383.187,59
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.937.263,39	3.152.736,20	3.478.678,27	3.340.561,76	3.000.153,82	3.154.055,25	2.946.225,12

+=[CPL]=-----{ 002 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | MARÇO/2010 A FEVEREIRO/2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	10/2010	11/2010	12/2010	01/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	3.524.493,28	3.594.373,53	4.318.170,75	3.651.089,51	3.604.767,36	43.374.166,44	49.303.689,50	
Receita Tributária	161.724,47	235.173,39	269.785,66	86.577,06	160.022,26	2.897.110,64	2.875.865,61	
IPTU	4.118,79	8.670,31	19.156,50	547,77	0,00	866.646,95	916.314,33	
ISS	96.124,64	98.405,52	135.318,37	33.250,87	80.629,95	1.093.076,88	848.646,72	
ITBI	11.162,85	69.053,78	35.071,36	11.222,87	23.021,42	366.645,94	206.144,93	
IRRF	23.784,22	24.267,91	45.234,89	33.586,30	25.813,80	325.588,37	308.945,74	
Outras	26.533,97	34.775,87	35.004,54	7.969,25	30.557,09	245.152,50	595.813,89	
Receita de Contribuições	51.393,54	53.107,90	55.317,38	55.572,39	54.948,31	668.319,87	651.089,50	
Receita Patrimonial	43.536,47	19.403,31	45.287,26	17.734,50	56.212,29	374.042,89	288.165,15	
Receita Agropecuária	7.584,36	6.600,92	12.987,81	321,91	2.099,24	68.094,81	47.552,09	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	619,33	
Receita de Serviços	333.627,48	345.053,33	344.954,38	255.867,59	335.586,10	3.946.894,25	3.870.117,65	
Transferências Correntes	2.853.901,67	2.799.632,73	3.464.383,89	3.045.504,13	2.823.281,34	34.013.310,99	40.233.727,55	
Cota-Parte do FPM	599.083,08	718.159,51	1.255.247,03	867.995,86	935.138,29	8.713.697,44	8.905.053,67	
Cota-Parte do ICMS	1.295.839,03	1.258.348,41	1.348.030,59	1.268.209,56	1.125.959,96	14.254.185,71	14.758.784,72	
Cota-Parte do IPVA	103.738,99	79.928,25	44.633,51	78.273,17	95.393,01	1.245.684,46	1.208.025,00	
Cota-Parte do ITR	12.264,68	376,96	372,92	127,92	182,47	15.016,67	52.493,94	
Transf.da LC 87/1996	7.423,44	7.423,44	7.423,44	7.233,90	7.233,90	88.702,20	102.337,87	
Transferência do FUNDEB	402.258,10	405.024,03	442.362,28	454.990,73	421.515,66	4.717.536,23	4.530.800,00	
Outras Transferências	433.294,35	330.372,13	366.314,12	368.672,99	237.858,05	4.978.488,28	10.676.232,35	
Demais Receitas Correntes	72.725,29	135.401,95	125.454,37	189.511,93	172.617,82	1.406.392,99	1.336.552,62	
II-DEDUÇÕES	408.949,44	418.470,32	467.744,35	449.948,05	438.030,62	4.854.740,98	5.079.726,24	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.332,50	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	408.949,44	418.470,32	467.744,35	449.948,05	438.030,62	4.854.740,98	5.065.393,74	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.115.543,84	3.175.903,21	3.850.426,40	3.201.141,46	3.166.736,74	38.519.425,46	44.223.963,26	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Municipípio de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária	
Valor	0,00	

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(01/2011)	Exercício Anterior(2010)	Exercício Atual(2011)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	Dotação p/ o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+= [CPL] =-----{ 001 }+
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual (C)
Divida Consolidada (I)	1.847.388,92	1.847.388,92	1.836.282,04
DEDUÇÕES (II)	5.119.113,01	5.119.113,01	6.970.840,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.138.963,01	5.138.963,01	6.970.840,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-19.850,00	-19.850,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-3.271.724,09	-3.271.724,09	-5.134.558,85
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-3.271.724,09	-3.271.724,09	-5.134.558,85

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-1.862.834,76	-1.862.834,76

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-39.803,43

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

```

+=[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                               CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                               |
|                               Demonstrativo do Resultado Primario                               |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                               |
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO                               |
+-----+

```

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	43.986.620,97	6.299.323,66	6.299.323,66	5.076.161,15
Receita Tributária	2.875.865,61	246.599,32	246.599,32	201.480,88
IPTU	916.314,33	547,77	547,77	223,96
ISS	848.646,72	113.880,82	113.880,82	117.538,24
IRRF	308.945,74	59.400,10	59.400,10	51.646,20
ITBI	206.144,93	34.244,29	34.244,29	22.775,43
Outras	595.813,89	38.526,34	38.526,34	9.297,05
Receita de Contribuição	651.089,50	110.520,70	110.520,70	53.385,90
Outras Contribuições	651.089,50	110.520,70	110.520,70	53.385,90
Receita Patrimonial Liquida	36.490,36	5.392,25	5.392,25	5.213,92
Receita Patrimonial	288.165,15	73.946,79	73.946,79	31.495,27
(-) Aplicações Financeiras	251.674,79	68.554,54	68.554,54	26.281,35
Transferências Correntes	35.168.333,81	4.980.806,80	4.980.806,80	4.000.867,69
FPM	7.124.042,94	1.442.507,37	1.442.507,37	1.035.114,15
ICMS	11.807.027,78	1.915.335,76	1.915.335,76	1.648.821,80
Outras Transferências	16.237.263,09	1.622.963,67	1.622.963,67	1.316.931,74
Demais Receitas Correntes	5.254.841,69	956.004,59	956.004,59	815.212,76
Dívida Ativa	345.672,78	212.280,42	212.280,42	196.006,14
Diversas Receitas Correntes	4.909.168,91	743.724,17	743.724,17	619.206,62
Receitas de Capital (II)	3.291.196,46	30.000,00	30.000,00	0,00
(-) Operações de Crédito (III)	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	91.196,46	0,00	0,00	0,00
Tranferências de Capital	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	0,00	30.000,00	30.000,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	43.986.620,97	6.329.323,66	6.329.323,66	5.076.161,15

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	33.750.427,35	3.870.148,45	3.870.148,45	3.455.897,80
Pessoal e Encargos Sociais	16.473.115,25	2.349.985,83	2.349.985,83	2.205.143,20
Outras Despesas Correntes	17.157.312,10	1.504.853,02	1.504.853,02	1.229.693,70
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	15.309,60	15.309,60	21.060,90
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	33.630.427,35	3.854.838,85	3.854.838,85	3.434.836,90
Despesas de Capital (XI)	14.361.564,87	22.433,77	22.433,77	169.904,10
Investimentos	13.951.564,87	11.326,89	11.326,89	18.165,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	410.000,00	11.106,88	11.106,88	151.739,10
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	13.951.564,87	11.326,89	11.326,89	18.165,00
Reserva de Conting. (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	47.606.992,22	3.866.165,74	3.866.165,74	3.453.001,90
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-3.620.371,25	2.463.157,92	2.463.157,92	1.623.159,25
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			510.000,00	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-2.761.196,46

+= [CPL] =-----{ 002 }+
| Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

+=[CPL]=-----{ 001 }+
 |
 | Município de CAPINZAL CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2011 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	19.850,00	0,00	0,00	19.850,00	0,00	1.151.443,08	0,00	547.297,97	604.145,11	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	
FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO MUN.DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SERVICO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE - CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	563.904,90	0,00	139.630,07	424.274,83	
LEGISLATIVO										
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPINZAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	19.850,00	0,00	0,00	19.850,00	0,00	1.727.347,98	0,00	686.928,04	1.040.419,94	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2010				de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária              |
|                               Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                |
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO      |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada (a)	No Bimestre	Até o Bim. (b)	Realiz. (a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito Internas	3.200.000,00	0,00	0,00	3.200.000,00
Operacoes de Credito Internas Contratuais	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Oper. de Cred. Int. P/prog. de Moder. da Administracao Pub.	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Outras Operacoes de Credito Internas	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada (c)	No Bimestre	Até o Bim. (d)	Liquidar (c-d)
Despesas de Capital	14.361.564,87	22.433,77	22.433,77	14.339.131,10
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	14.361.564,87	22.433,77	22.433,77	14.339.131,10
--------------------------------	---------------	-----------	-----------	---------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-11.161.564,87	-22.433,77	-22.433,77	-11.139.131,10
-------------------	----------------	------------	------------	----------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor


```

+=[ CPL ]=-----{ 001 }+
|
|                               Município de CAPINZAL                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária              |
|                               Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |
|                               Orçamento da Seguridade Social                        |
|                               JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO      |
+-----+

```

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada (a)	Realizadas (b)	a Realizar (a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	91.196,46	0,00	91.196,46
Alienacao de Outros Bens Moveis	66.102,75	0,00	66.102,75
Alienacao de Outros Bens Imoveis	25.093,71	0,00	25.093,71
Total	91.196,46	0,00	91.196,46

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada (c)	Liquidadas (d)	a Realizar (c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	91.196,46	0,00	91.196,46
Despesas de Capital	91.196,46	0,00	91.196,46
Investimentos	91.196,46	0,00	91.196,46
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	91.196,46	0,00	91.196,46

	Exercício Anterior (e)	Do Exercício (f) = (b-d)	Saldo Atual (e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	267.792,15	0,00	267.792,15

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	47.529.492,22
Previsão Atualizada da Receita	0,00	47.529.492,22
Receitas Realizadas	6.397.878,20	6.397.878,20
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	510.000,00
Déficit Orçamentário	0,00	607.500,00

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	47.529.492,22
Dotação Atualizada	0,00	48.136.992,22
Despesas Empenhadas	4.956.618,38	4.956.618,38
Despesas Liquidadas	3.892.582,22	3.892.582,22
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	4.956.618,38	4.956.618,38
Despesas Liquidadas	3.892.582,22	3.892.582,22

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	38.519.425,46

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Res.Apur.até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-39.803,43	-1.862.834,76	4680,0860
Resultado Primário	-2.761.196,46	2.463.157,92	-89,2062

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	19.850,00	-19.850,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	1.727.347,98	0,00	686.928,04	1.040.419,94
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de CAPINZAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	3.200.000,00
Despesa de Capital Líquida	22.433,77	14.339.131,10

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	91.196,46
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	91.196,46

Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal
LEONIR BOARETTO

Contador CRC-SC-016634/0-0
BENJAMIM ARCANGELO BORSOI

Responsável pelo Controle Interno
LUIZ CONTE - Diretor



SIMAE**Extrato de Contrato Nº CAO/07/2011**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/07/2011

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO
AMBIENTAL - CISAM MEIO OESTE - SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS, DE ACOR-
DO COM O CONTRATO DE RATEIO CISAM-MO Nº 03/2011, EM
ATENDIMENTO AS LEIS Nº 2.837 DE 03/12/2008 E 2.202 DE
27/11/2008 DE CAPINZAL E OURO RESPECTIVAMENTE.VALOR: R\$ 15.066,01 (QUINZE MIL, SESSENTA E SEIS REAIS E
UM CENTAVO)

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2011

VIGÊNCIA: 23.03.2011 A 31.12.2011

Concórdia**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 4.276, de 17 de Março de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.276, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a comercialização, utilização e exibição de brinque-
dos, réplicas e simulacros de armas de fogo ou similares na Rede
Municipal de Ensino e em eventos realizados pela Administração
Direta ou Indireta do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu
sanciono a seguinte Lei.Art. 1º Fica proibida a comercialização, utilização e exibição de
brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com es-
tas se possam confundir ou que estimulem ou façam apologia à
violência, na Rede Municipal de Ensino e eventos promovidos pela
Administração Direta ou Indireta do Município.Art. 2º Fica autorizada a Administração Municipal realizar convê-
nios e parcerias para promover campanhas de divulgação e cons-
cientização da população, sobre os malefícios que podem advir
com a utilização de brinquedos que estimulem a violência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de EducaçãoPublicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 17 de março de 2011.MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa**Decreto 5.578, de 16 de Março de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO 5.578, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Credencia, em caráter transitório, servidores municipais, para atu-
arem na condição de Agentes da Autoridade de Trânsito do Muni-
cípio de Concórdia, dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.051, de 1º de
abril de 1998 e alterações, no Decreto nº 3.959, de 28 de abril de
1998 e alterações e considerando o Termos de Compromisso de
Ajustamento de Conduta firmado entre o Município de Concórdia,
o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a empresa per-
missionária do estacionamento rotativo, Jair Angelo Bortoli.

DECRETA:

Art. 1º Ficam credenciados, em caráter transitório, para atuarem
na condição de Agentes da Autoridade de Trânsito, os servidores
municipais abaixo mencionados:

I - ALEXANDRE MARTINS;

II - VALDIANE RODIO;

III - VANDERLEI FERRI.

Art. 2º Os Agentes da Autoridade de Trânsito credenciados terão a
incumbência específica de fiscalizar o Controle de Estacionamento
Rotativo no perímetro urbano do Município, denominado de Área
Azul, podendo lavrar Avisos de Irregularidade, autuar e aplicar
penalidades sempre que forem constatadas situações que carac-
terizem estacionamento irregular.Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.275, de 28 de dezembro de
2007.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoPublicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2011.MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa**Decreto Nº 241/2011, de 3 de Março de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 241/2011, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

Revoga o Decreto nº 4.425/96, de 20 de março de 1996, que aver-
ba tempo de serviço nos assentamentos funcionais da servidora
SILVANA MARIA BERNARDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, e considerando a solicitação da Diretoria
de Recursos Humanos, protocolizada sob nº 4356, em 3 de março
de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 4.425/96, de 20 de março de
1996, que averba tempo de serviço nos assentamentos funcionais
da servidora SILVANA MARIA BERNARDI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 232/2011, de 28 de Fevereiro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 232/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais do Gabinete do Prefeito, Assessoria de Planejamento, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria Jurídica, Auditoria Geral, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para fins de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais do Gabinete do Prefeito, Assessoria de Planejamento, Assessoria de Comunicação Social, Assessoria Jurídica, Auditoria Geral, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: HAIDE GOSSENHEIMER;

II - membros:

a) JACIELE TOCHETTO;

b) MARTA CORRADI DE SOUZA.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida à servidora MARTA CORRADI DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nºs. 208/2005, de 1º de fevereiro de 2005; 298/2005, de 4 de março de 2005; 354/2005, de 1º de abril de 2005; 420/2005, de 2 de maio de 2005; 545/2005, de 8 de julho de 2005; 191/2006, de 15 de março de 2006; 251/2006, de 11 de abril de 2006; 297/2006, de 10 de maio de 2006; 339/2006, de 29 de maio de 2006; 403/2006, de 28 de junho de 2006; 567/2006, de 18 de outubro de 2006; 589/2006, de

27 de outubro de 2006; 599/2006, de 1º de novembro de 2006; 170/2007, de 26 de março de 2007; 248/2007, de 4 de maio de 2007; 414/2007, de 24 julho de 2007; 656/2007, de 27 de novembro de 2007; 29/2008, de 7 de janeiro de 2008; 687/2008, de 11 de março de 2008; 1.099/2008, de 30 de junho de 2008; 249/2009, de 10 de fevereiro de 2009; 299/2009, de 5 de março de 2009; 300/2009, de 5 de março de 2009; 305/2009, de 6 de março de 2009; 525/2009, de 3 de junho de 2009; 639/2009, de 13 de julho de 2009; 900/2009, de 26 de novembro de 2009; 961/2009, de 30 de dezembro de 2009; 351/2010, de 31 de março de 2010; 541/2010, de 1º de junho de 2010; 716/2010 de 28 de julho de 2010 e 874/2010, de 4 de outubro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 233/2011, de 28 de Fevereiro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 233/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Finanças, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Finanças, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: GREICE KELLEN MORCHE ZORZAN;

II - membros:

a) MARAISE FATIMA DE MARCO;

b) VANESSA DAIANE RIFFEL.

Parágrafo único. A avaliação da servidora MARAISE FATIMA DE MARCO será efetuada pelos demais membros da comissão, juntamente com a servidora SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - GREICE KELLEN MORCHE ZORZAN, ocupante do cargo de

Fiscal de Tributos;

II - MARAISE FATIMA DE MARCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 234/2011, de 28 de Fevereiro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 234/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Educação, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Educação, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: DILCE LURDES GEHLEN;

II - membros:

a) ANEMARIE RECH;
b) DARLINE NEUMANN.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - ANEMARIE RECH, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

II - DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 235/2011, de 28 de Fevereiro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 235/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Saúde, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Saúde, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: GRACIELE SPERANDIO;

II - membros:

a) CLEIDI SCHMIDT;
b) MARIZETE ACKERMANN.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - CLEIDI SCHMIDT, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem;
II - GRACIELE SPERANDIO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;

III - MARIZETE ACKERMANN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON

Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 236/2011, de 28 de Fevereiro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 236/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: FATIMA MORESCO COLLA;
II - membros:

a) CRISTIANE PERIN LAZZARI;
b) MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida à servidora MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN, ocupante do cargo de Escrevente, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI
Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 237/2011, de 28 de Fevereiro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 237/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Transportes, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Transportes, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados:

I - presidente: TATIANE LUZZI;
II - membros:

a) ANTONIO DE OLIVEIRA;
b) EUDES BISON.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida aos servidores abaixo relacionados, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - ANTONIO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Capataz;
II - EUDES BISON, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

DIÓGENES MARCHESAN
Secretário Municipal de Transportes

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 238/2011, de 28 de Fevereiro de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 238/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados:

I - presidente: IDETE MARIA POZZO HERMANN;
II - membros:

a) DARLINE NEUMANN;
b) VALDECIR PEDRO COLASSO.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida ao servidor VALDECIR PEDRO COLASSO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 239/2011, de 28 de Fevereiro de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 239/2011, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, para efeitos de estágio probatório.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: SILVANA CASAGRANDE;
II - membros:

a) ANI CARINA DOSS GIRARDI;
b) CARLOS ALBERTO BROCH.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida aos servidores abaixo relacionados, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - ANI CARINA DOSS GIRARDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;
II - CARLOS ALBERTO BROCH, ocupante do cargo de Contador Adjunto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de fevereiro de 2011.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

Decreto Nº 240/2011, de 3 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 240/2011, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora ROSANE SIMIONE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ROSANE SIMIONE, ocupante do cargo de Escriturário, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de chefia do Setor de Protocolo Geral e Arquivo, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 242/2011, de 3 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 242/2011, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre o desligamento da servidora VALDEREZA KRUGER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de março de 2011, a servidora VALDEREZA KRUGER, ocupante do cargo de Professor, Código 10.10, matrícula 3019.8-0, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 243/2011, de 3 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 243/2011, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 826 dias, ou seja: 2 (dois) anos, 3 (três) meses e 6 (dez) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora NALU BEATRIZ SOPELSA, ocupante do cargo de Escriturário, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, em 25 de outubro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 244/2011, de 3 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 244/2011, DE 3 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre o desligamento da servidora NAIR BELLAVER ROSSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de março de 2011, a servidora NAIR BELLAVER ROSSI, ocupante do cargo de Professor, Código 10.10, matrícula 8846.3-0, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 245/2011, de 4 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 245/2011, DE 4 DE MARÇO DE 2011.

Altera expressão constante na ementa e no art. 1º do Decreto nº 705/2010, de 23 de julho de 2010.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "LOIRI ZERBIELLI BREINTENBACH" para: "LOIRI ZERBIELLI BREITENBACH", constante na ementa e no art. 1º do Decreto nº 705/2010, de 23 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 246/2011, de 4 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 246/2011, DE 4 DE MARÇO DE 2011.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.755 dias, ou seja: 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora JANETE DE FATIMA FERREIRA LONGO, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 25 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 247/2011, de 4 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 247/2011, DE 4 DE MARÇO DE 2011.

Revoga o Decreto nº 177/2011, de 18 de fevereiro de 2011, que concede licença remunerada para cursar mestrado ao servidor NELSON DOMINGOS COREZZOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, e considerando a solicitação do servidor, protocolizada sob nº 3832/2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a pedido, o Decreto nº 177/2011, de 18 de fevereiro de 2011, que concede licença remunerada para cursar mestrado ao servidor NELSON DOMINGOS COREZZOLLA, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 6181.6-0.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica sem

efeito o Termo de Compromisso de Permanência nº 1/2011, de 15 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 248/2011, de 9 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 248/2011, DE 9 DE MARÇO DE 2011.

Nomeia FABIO JOSE PELISER - Diretor Escolar II.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 445, de 9 de dezembro de 2005 e alteração, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, nos Decretos nºs. 4.424, de 1º de abril de 2002 e 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor FABIO JOSE PELISER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 4989.1-0, para exercer o cargo de Diretor Escolar II da Escola Básica Municipal Natureza, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 11 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 249/2011, de 9 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 249/2011, DE 9 DE MARÇO DE 2011.

Nomeia MARCIA CASAGRANDE - Diretora Adjunta.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 445, de 9 de dezembro de 2005 e alteração, na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, nos Decretos nºs. 4.424, de 1º de abril de 2002 e 4.465, de 4 de julho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARCIA CASAGRANDE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 6864.0-1, para exercer o cargo de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal das Nações, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 11 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 250/2011, de 9 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 250/2011, DE 9 DE MARÇO DE 2011.

Designa membros para compor a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis nºs. 1.836, de 16 de maio de 1983 e alterações e nos Decretos nºs. 1.987, de 15 de junho de 1983 e 1.990, de 28 de junho de 1983.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, do Município de Concórdia, as pessoas abaixo mencionadas:

I - Presidência:

- a) presidente: BODO FERNANDO MATER;
- b) secretário: GLAUCEMIR LUIZ GRENDENE;
- c) membros titulares:

- 1. PRIMO PIOVESAN;
- 2. REINALDO BOLDORI;
- 3. GILBERTO JOÃO CHAVES;

II - Conselho Técnico:

- a) presidente: MAURI MARAN, Secretário Municipal de Urbanismo e Obras;
- b) DIOGENES MARCHESAN, Secretário Municipal de Transportes;

c) HARRY PERUSIN, presidente da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia - Bombeiros Voluntários;

III - Conselho Comunitário:

- a) BEATRIZ FATIMA C. DA SILVA ROSA, Secretária Municipal de Administração;
- b) SANTO HERMINIO DE LUCA, Secretário Municipal de Educação;

IV - Secretaria:

- a) titular: WALKIRIA BORILLE MORTARI;
- b) suplente: CESAR JOSE MACHADO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs. 307/2009, de 9 de março de 2009; 914/2009, de 8 de dezembro de 2009 e 828/2010, de 9 de setembro de 2010.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 251/2011, de 9 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 251/2011, DE 9 DE MARÇO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLARICE MARIA VOGT CENCI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 9 de março de 2011, à servidora CLARICE MARIA VOGT CENCI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 9138.3-1, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 252/2011, de 10 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 252/2011, DE 10 DE MARÇO DE 2011.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LIANA ROSA FERREIRA DUARTE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2011, à servidora LIANA ROSA FERREIRA DUARTE, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 21 de novembro de 2005 a 20 de novembro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 253/2011, de 10 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 253/2011, DE 10 DE MARÇO DE 2011.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada, a partir de 10 de março de 2011, a gratificação, pelo exercício de função de direção, concedida à servidora KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, pelo inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 64/2011, de 31 de janeiro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 254/2011, de 10 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 254/2011, DE 10 DE MARÇO DE 2011.

Concede gratificação, pelo exercício de função de direção, à servidora ANDIARA SGARABOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ANDIARA SGARABOTTO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Amigo da Criança, com dedicação exclusiva, a partir de 10 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

Decreto Nº 255/2011, de 11 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 255/2011, DE 11 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 5/2009 e alteração.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 5/2009, de 1º de junho de 2009 e alteração;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 5/2009 e alteração, fica ampliado o número de vagas disponibilizadas para:

I - cargo: Professor - Séries Iniciais: 20 (vinte) vagas;

II - cargo: Professor - Educação Infantil: 26 (vinte e seis) vagas;
III - cargo: Professor - Língua Portuguesa: 5 (cinco) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 256/2011, de 14 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 256/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

Dá nova redação ao inciso VI do art. 1º do Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nas Leis nºs. 2.940, de 9 de setembro de 1996 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso VI do art. 1º do Decreto nº 768/2009, de 24 de setembro de 2009 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ()

VI - representantes da Assessoria de Planejamento:

- a) titular: MARTA DAHMER SORDI;
- b) suplente: IGOMAR NESPOLO;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURO KICHEL
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 257/2011, de 14 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 257/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor CARLOS HENRIQUE STARES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de abril e maio de 2011, ao servidor CARLOS HENRIQUE STARES, ocupante do cargo de Farmacêutico, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 5 de setembro de 2001 a 4 de setembro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 258/2011, de 14 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 258/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores abaixo mencionados, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício de função de chefia, com dedicação exclusiva:

I - ANA CLAUDIA SARAIVA MANFRE, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 91340-00, pelo exercício da função de chefia do Programa de Saúde Bucal e do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO;

II - LEONILDA TEREZINHA ROBAERT, ocupante do cargo de Assistente Social, pelo exercício da função de chefia da Equipe do Programa Saúde Mental - CAPS 1;

III - MARGARETE MÜLLER, ocupante do cargo de Assistente Social, pelo exercício da função de chefia do Programa Saúde da Família - PSF;

IV - VILMAR JOÃO ZORZETTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, pelo exercício da função de chefia do Programa de Ações Básicas de Alta e Média Complexidade em Vigilância Sanitária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de fevereiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARIA LUIZA MARCON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 259/2011, de 14 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 259/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

Acresce alínea "e" ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 176/2011, de 18 de fevereiro de 2011, que constitui e designa Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida alínea "e" ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 176/2011, de 18 de fevereiro de 2011, que constitui e designa Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios, com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

e) MARIA BETANIA DESORDI PEREIRA." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora MARIA BETANIA DESORDI PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 14 de março de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Decreto Nº 5.577, de 11 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.577, DE 11 DE MARÇO DE 2011.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 8º da Lei nº 4.259, de 20 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos provenientes de convênio com o Governo Estadual, parte da dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2016 Ações do Ensino Fundamental - Convênios

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.0.0022 Transferências de Convênios da Educação R\$ 12.573,00.

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 12.573,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON
Diretora Administrativa

Resolução Nº 009, de 10 de Março de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Rua Leonel Mosele, 285 fone/fax: 3442-0118 /3442-0119.

cmas@concordia.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 10 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a aprovação da inscrição de entidades e organizações de assistência social junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 09 de outubro de 2008 no uso de suas atribuições que lhe confere os Artigos 3º e 9º da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, Resolução nº 191 de 10 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Assistência Social, legislação atualizada e a Resolução nº 002 de 21 de junho de 2002, do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia e RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a inscrição e conferir certificado, pelo prazo de dois anos contados desta data, para a Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC, inscrita no CNPJ nº. 06.540.506/0001-70 e estabelecida em Linha Fragosos, s/n, Interior de Concórdia - SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

TÂNIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA
Presidente CMAS

Portaria Nº 48/2011, de 2 de Março de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 48/2011, DE 2 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 128, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Ceder as servidoras municipais abaixo relacionadas, para desempenharem suas funções na Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 1º de março de 2011 a 31 de dezembro de 2012, com ônus da remuneração ao Município:

I - ELIZANGELA SALETE CARISSIMI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 10275.0-5, 20 (vinte) horas semanais;

II - FRANCIELE FATIMA STEDILLE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 6180.8-6, 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 49/2011, de 11 de Março de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 49/2011, DE 11 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, na CI SEDES 098/2011, de 9 de março de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor GILDERSON ROBERT MÜLLER, ocupante do cargo de Motorista, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 11 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 50/2011, de 14 de Março de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 50/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, e considerando o Parecer nº 9/2011, da Auditoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de estudar e formular nova legislação, que atenda as novas regras legais, sobre o incentivo fiscal a ser concedido a atividades de caráter cultural ou desportivo.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, os seguintes servidores:

I - ALCEONE JOSE MÜLLER, representante da Auditoria Geral;

II - AURELIO PEGORARO JUNIOR, representante da Assessoria Jurídica;

III - CARLOS FERNANDO COMASSETTO, representante da Assessoria de Planejamento;

IV - JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO, representante da Secretaria Municipal de Finanças;

V - MARIA SUELI DOS SANTOS BIGATON, representante da Secretaria Municipal de Administração;

VI - SANDRA MARA ROMAN, representante da Fundação Municipal de Cultura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 51/2011, de 14 de Março de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 51/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o senhor ODAIR VIVAN a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 2, localizado na Rua Adolfo Konder, em frente à edificação nº 72, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:

I - marca: Ford;

II - modelo: Fiesta SE;

III - ano/modelo: 2010/2011;

IV - chassi: 3FAKP4BK0BM162940.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 52/2011, de 14 de Março de 2011
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 52/2011, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177

e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 3203, em 21 de fevereiro de 2011, do qual se extrai que o servidor NEUDI MIGUEL RAYMUNDI, teria comparecido ao trabalho, no dia 17 de fevereiro de 2011, em visível estado de embriaguez;
- que o servidor infringiu, em tese, o disposto art. 152, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o parecer da Assessoria Jurídica, de 4 de março de 2011, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo sujeitar-se-á à penalidade prevista no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor NEUDI MIGUEL RAYMUNDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgar oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, servidora estável, ocupante do cargo de Escriurário;

III - vogal: PAULO HENRIQUE VICARI, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 53/2011, de 15 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 53/2011, DE 15 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- o Ofício DSMT 015, de 15 de maio de 2006, emitido pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho;

- a CI DRH 268/2011, de 4 de março de 2011, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ARTHUR CESAR FARAH FERREIRA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 59226-06, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 10 de janeiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 54/2011, de 15 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 54/2011, DE 15 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 010/2011, 012/2011 e 015/2011 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- o Adendo nº 05/2011 ao LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- os Adendos nºs. 125/2011 e 158/2011 ao LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;

- o Adendo nº 02/2011 ao LTCAT da Secretaria Municipal de Administração;

- o Ofício DSMT 015, de 15 de maio de 2006, emitido pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho;

- a CI DRH 285/2011, de 11 de março de 2011, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - CAROLINE DE OLIVEIRA PINTO, ocupante do cargo de Médico, matrícula 954314-00, a partir de 14 de março de 2011;

II - CELSO ROBERTO MONTEIRO LANGONE, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76317-03, a partir de 10 de março de 2011;

III - CLEIDE ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 1º de março de 2011;

IV - CRISTIANO KOEFENDER, ocupante do cargo de Médico, matrícula 103730-03, a partir de 1º de março de 2011;

V - DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA, ocupante do cargo de Farmacêutico, a partir de 1º de março de 2011;

VI - ELAINE SPAGNOL, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 9 de março de 2011;

VII - GODART YOSHIHIRO KINOSHITA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 10863-02, a partir de 1º de março de 2011;

VIII - MAICON ANTUNES, ocupante do cargo de Servente Braçal, a partir de 1º de março de 2011;

IX - OSEIAS GANSSAVA, ocupante do cargo de Servente Braçal, a partir de 1º de março de 2011;

X - VANDERLEI JOSE DE LIMA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76325-04, a partir de 1º de março de 2011;

XI - VANILDE VARELA, ocupante do cargo de Servente Braçal, a partir de 1º de março de 2011;

XII - VERENITE RITTA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 1º de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 55/2011, de 16 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 55/2011, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo mencionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 16 de março de 2011:

I - DANIEL AUGUSTO AJALA, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Assuntos Comunitários;

II - MARCOS ANTONIO MAGRO, ocupante do cargo de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental II - 5ª a 8ª séries;

III - ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 56/2011, de 17 de Março de 2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 56/2011, DE 17 DE MARÇO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 3475, em 23 de fevereiro de 2011, do qual se extrai que as servidoras FRACIDES DIAS, GRACIELE SCHUASTZ, HERTA INGRID KARLING ZABLOCKI e NEIDE MARMITT não estariam desempenhando as atribuições do cargo com zelo e dedicação, relativamente à limpeza do Centro Administrativo Municipal;
- que as servidoras infringiram, em tese, o disposto no art. 151, I, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 40/2011 da Assessoria Jurídica, de 3 de março de 2011, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade das servidoras, as mesmas poderão sujeitar-se às penalidades previstas no art. 165, do Estatuto do Servidor Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras FRACIDES DIAS, GRACIELE SCHUASTZ, HERTA INGRID KARLING ZABLOCKI e NEIDE MARMITT, ocupantes

do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgar oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Operacional Especialista - GE;

II - secretária: ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) ANGELO BENINI FANTIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) GREICE KELLEN MORCHE ZORZAN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aplicação de Sanções - Pregão Eletrônico 7/2010 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Processo Licitatório nº 20/2010

Edital de Pregão Eletrônico nº 7/2010

Contratada: AMINOFARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

APLICA-SE à empresa AMINOFARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 89.155.659/0001-20, situada na Be-zerra de Menezes, 85, Bairro Passo D'Areia, Porto Alegre, RS, CEP 91550-030, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- multa de 20% (vinte por cento), totalizando o valor de R\$ 2.244,76 (dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos) pela recusa imotivada em assinar a Ata de Registro de Preços;
- impedimento de licitar e contratar com a União, Estado, Distrito Federal e Municipal, além de descredenciá-la do SICAF e do Cadastro de Fornecedores do Município de Concórdia, pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar desta data.

Entretanto, abre-se prazo para recurso, nos termos do inciso III, do art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como, previsto no art. 7º da Lei Federal 10.520/02, sem efeito suspensivo.

Concórdia, SC, 22 de março de 2011.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 14/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2011- PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de transporte coletivo

de passageiros para prestação, em regime de fretamento, de serviço de transporte de alunos da rede pública estadual do ensino médio.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 16h do dia 13/04/2011.

Abertura: dia 14/04/2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 23 de março de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Convênio Nº 15/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 15/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE PINHEIRO PRETO, POÇO RICO, VOLTA ALEGRE, LINHA UNIDA E BARRA DO JACUTINGA, inscrita no CNPJ sob nº 04.908.684/0001-85, representada pelo seu Presidente, senhor OSMAR DEBONA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida, Barra do Jacutinga e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 10.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 1º de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 16/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 16/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA JUVENTUDE, inscrita no CNPJ sob nº 80.633.985/0001-21, representada pelo seu Presidente, senhor ATTILIO ERVINO ALTHAUS.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lajeado Gomercindo e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 1º de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 17/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 17/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o CLUBE DE MÃES NOSSA SENHORA DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 80.640.915/0001-09, representada pela sua Presidenta, senhora DIANÊS SANDRA PERUZZO FONTANA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Pinhal Poletto e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 3.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 1º de março de 2011.

Extrato do Convênio Nº 18/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 18/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor LEOCERGIO SARTURI.

OBJETO: Gerenciamento administrativo e financeiro, sem fins lucrativos, da Expo Concórdia 2011 e dos eventos dela integrantes, entre os quais: Expo Feira de Indústria e Comércio, Exposição de Gado de Corte e Leiteiro, Exposição de Pequenos Animais e Ovinos, Exposição de Suínos, Mostra da Agricultura Familiar, Mostra de Artesanato, shows e eventos.

VALOR: Até R\$ 400.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2011.

Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 1/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2011

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público, pelo presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo Simplificado para Estagiários, por área afim, conforme quadro abaixo:

1. Administração, Agricultura, Comunicação, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, Educação e Educação Especial, Finanças, Gabinete do Prefeito, Jurídico, Planejamento, Saúde, Transportes e Urbanismo;
2. Fundação Municipal de Cultura - FMC;
3. Fundação Municipal de Esportes - FMEC;
4. Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

As inscrições estarão abertas nos dias 4 e 5 de abril de 2011, no horário das 8h às 10h30min e das 13h às 16h, no subsolo do Centro Administrativo Municipal, localizado na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC.

As provas escritas serão realizadas na mesma data e local das inscrições, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

O candidato interessado deverá estar regularmente matriculado

e frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial ou dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos - EJA e não poderá ter menos de 16 anos.

Demais informações constam no Edital nº 1/2011, que está exposto no mural interno da Prefeitura Municipal e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 21 de março de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Edital de Processo Seletivo Público Nº 3/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Secretaria Municipal de Administração
EXTRATO DO EDITAL DE
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 3/2011

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por prova de títulos para o cargo de Médico Comunitário - Clínico Geral, do Programa Saúde da Família - PSF, a serem contratados, em caráter de tempo determinado nas Unidades de Saúde do Município de Concórdia, SC.

Das inscrições: estarão abertas no período de 1º a 20 de abril de 2011, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Atalípio Magarinos, 326, Centro, Concórdia, SC.

Do número de vagas: 3 (três) vagas para o cargo de Médico Comunitário - Clínico Geral, do Programa Saúde da Família - PSF, 40 (quarenta) horas semanais.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Câmara de Vereadores, na Secretaria Municipal de Saúde e no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 21 de março de 2011.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato do Termo de Compromisso de PERMANÊNCIA Nº 3/2011

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE
PERMANÊNCIA Nº 3/2011

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Permanência no Serviço Público Municipal, consoante previsão contida no art. 50, § 2º, da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações, firmado com a servidora FLAVIA PERUZZO.

OBJETO: A servidora, requerendo a concessão de licença remunerada para cursar mestrado, assume os compromissos constantes no referido Termo.

PERÍODO: 1 (um) ano, a partir de 1º de abril de 2011.
DATA DA ASSINATURA: 9 de março de 2011.

Cordilheira Alta

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 019/2011

DECRETO Nº 019/2011

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO À SELEÇÃO E FORMAÇÃO PARA CADASTRO DE RESERVA NO QUADRO DE PESSOAL, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Municipal, e dispositivos previstos no Edital nº 002/2011:

DECRETA:

Art. 1º As inscrições homologadas preliminarmente dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital 002/2011 são os seguintes:

I - Professor de Ensino Fundamental/Anos Iniciais:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
001 01 ROSANE MARAGA 020.786.909-02
003 02 MARILENE SALETE VANAZZI 526.279.189-15
004 03 ADRIANA FAVARETTO 019.681.959-80
006 04 MARILENE BAGGIO NEGRI 579.740.129-00

II - Professor de História:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
002 01 JAQUELINE DE BASTIANI 038.309.019-92
005 02 ANDRE DETONI 053.715.449-33
007 03 DAIANE DE SOUZA WALTRICK 041.143.409-80

III - Professor de Habilidades Artísticas e Culturais:
Nenhum Inscrito.

IV - Professor de Artes:
Nenhum Inscrito.

Art. 2º Tendo em vista a homologação de todas as inscrições solicitadas, suprimo o prazo recursal e homologo definitivamente as Inscrições.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cordilheira Alta 21 de março de 2011.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto Nº 020/2011

DECRETO Nº 020/2011

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 003/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Municipal, e dispositivos previstos no Edital nº 003/2011:

DECRETA:

Art. 1º As inscrições homologadas preliminarmente dos candidatos inscritos para o Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital 003/2011 são os seguintes:

I - Professor de Música (Instrumento e Coral) - 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
009 01 SÉRGIO PAULO RIBEIRO 586.438.349-04

II - Professor de Dança - 1 vaga :

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
008 01 BRUNA MAGNANTI 075.845.829-07

III - Professor de Música (Fanfarras Escolar) - 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
007 01 ORLANDO VILLA SANCHES 104.428.390-49

IV - Professor de Artes Visuais (Desenho e Pintura) - 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
004 01 FABIODANIEL VIEIRA 032.628.799-08

V - Professor de Atividade Esportiva (Futebol) 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
002 01 PAULO HENRIQUE CRUZ LAGAGGIO 590.282.620-91
003 02 ADRIANO ALVES PEREIRA 950.922.189-91

VI - Professor de Atividade Esportiva (Karatê) 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
006 01 VLADMIR CESAR DA SILVA 938.156.709-34

VII - Professor de Atividade Esportiva (Patinagem) 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
005 01 ROBERTO HAVEROTH 750.992.769-20

VIII - Professor de Atividade Esportiva (Ginástica) 1 vaga:

Nº Inscrição Nº Ordem Nome do Candidato Nº CPF
001 01 ANA PAULA BRIANCINI 004.687.879-33

Art. 2º Tendo em vista a homologação de todas as inscrições solicitadas, suprimo o prazo recursal e homologo definitivamente as inscrições.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Cordilheira Alta 21 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra.

Decreto Nº 021/2011

DECRETO Nº. 021/2011, de 21 de março de 2011.

CONFERE AO ALCAIDE MUNICIPAL AS ATRIBUIÇÕES DISPOSTAS NO ART. 3, DA LEI MUNICIPAL N. 60, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, e em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2 da Lei Municipal n. 60/93, que subordina o Fundo Municipal de Saúde ao secretário Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que o cargo de Secretário Municipal de Saúde encontra-se, temporariamente, vacante, nos termos da Portaria n. 148/2011, que exonerou, a pedido, o Sr. MILTON LUIZ ROMANINI, ocupante, até então, do referido cargo.

DECRETA:

Art. 1º. Durante o período de vacância do Cargo de Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, as atribuições determinadas no Art.3 da Lei Municipal n. 60, de 07 de dezembro de 1993, passam a ser de responsabilidade do Alcaide Municipal, que assumirá a partir desta data todos os encargos inerentes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, em 21 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto Nº 022/2011

DECRETO Nº. 022/2011, de 22 de março de 2011.
"HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS E PRODUTORES RURAIS CLASSIFICADOS PARA O MOVIMENTO ECONÔMICO DE 2011, ANO BASE 2009, POR ORDEM DE COLOCAÇÃO E DE PRODUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente ao disposto no inciso iv do art. 70 da Lei Orgânica Municipal nº 451/2000 e leis complementares:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação das empresas e dos produtores agropecuários para o evento do Movimento Econômico 2011, ano base 2009, conforme descrição abaixo, por Categoria, Colocação e Respectivo valor:

EMPRESAS NORMAIS

1.Votorantim Cimentos S/A	R\$18.482.481
2.Ludovico J. Tozzo Ltda	R\$ 9.986.928
3. Laticínios Cordilat Ltda	R\$ 5.236.684
4.Madecal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda	R\$ 2.273.654
5.Maxul Alimentos Ltda	R\$ 1.788.409
6.Nilo Tozzo & Cia Ltda	R\$ 1.121.820
7.Metalúrgica Sul Brasil	R\$ 711.303

8.Tozzo & Cia Ltda	R\$ 531.295
9. Supermercado Sachet Ltda	R\$ 277.624
10. CONCISA – Pavimentação e Terraplenagem Ltda	R\$ 275.754
11.Ferracordi Cordilheira Alta Ltda	R\$ 165.914

PRESTADORES DE SERVIÇOS

1.Battistella Veículos Pesados Ltda	R\$ 11.122.494
2.Trevo Oeste Comércio de Peças e Serviços Ltda	R\$ 537.895
3. 282 Comércio de Peças e Serviços Mecânicos Ltda	R\$ 426.774
4.Britagem Bilhar Ltda	R\$ 107.352
5. Roberto José Maioli – ME	R\$ 32.104

TRANSPORTADORES

1.Transportes Ludovico Tozzo Ltda	R\$ 8.364.854
2.Nilo Tozzo Transportes Ltda	R\$ 7.642.593
3.Transportes Irmãos Giacomini Ltda – ME	R\$ 251.198
4.Transportes Tozzo Ltda	R\$ 156.452
5.Biolcchi & Guolo Transportes Ltda – ME	R\$ 83.026
6.Transportes Pederssetti & Vilani Ltda	R\$ 76.658
7.Mioreli Transportes Ltda	R\$ 47.894
8.Tosatec Transportes Rodoviário e Mecânica Diesel Ltda	R\$ 32.609
9.Transportes Turbinado Ltda – ME	R\$ 27.581
10.Transportes Genilde Ltda	R\$ 26.134

MICRO-EMPRESAS

1.Madeira Cordilheira Ltda – ME	R\$ 266.708
2.Granja Pedal Ltda – ME	R\$ 125.100
3.Indústria e Comércio de Velas Cordilheira Ltda	R\$ 122.246
4.Drogaria Cordilheira Ltda – ME	R\$ 118.929
5. Michelfrio Implementos para Transporte Rodoviário Ltda	R\$ 76.932
6.Supermercado Mattana Ltda – ME	R\$ 72.308
7.Pedreira Três Irmãos Ltda – ME	R\$ 54.935
8.Posto de Molas e Serviços Cordilheira Alta Ltda – ME	R\$ 52.837
9.Scalvi Indústria de Peças em Fibras Ltda – ME	R\$ 52.310
10.Agropecuária Cordilheira Ltda – ME	R\$ 50.999
11.Edison Luiz Ghisleni e Cia Ltda – ME	R\$ 50.699
12. Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Cordilheira Ltda	R\$ 48.400
13.Oeste Palletes Ltda	R\$ 46.319
14.Helena Marconi – ME	R\$ 43.584
15.Mercado Cella Ltda – ME	R\$ 38.497

PRODUTORES DE AVES

1.Domingos Graciani – Campina do Gregório	R\$1.177.548
2.Pedro Ghisleni – Campina do Gregório	R\$ 711.798
3. Osmar José Sachet – Linha Caravágio	R\$ 638.478
4.Celso Dal Santo – Linha Pilão de Pedra	R\$ 598.927
5. Valdair Zanardi - Linha Bento Gonçalves	R\$ 568.908
6.Ivanor Luiz Sachet – Linha General Osório	R\$ 518.596
7.Danilo Piran – Linha Rodeio Bonito	R\$ 501.026
8.Abramo Dalla Costa – Linha Rodeio Bonito	R\$ 498.537
9.Arduino Brembila – Campina do Gregório	R\$ 495.162
10.Alcides José Lorenzet – Linha Savaris	R\$ 489.975
11.Silvestre Antonio Cella – Fernando Machado	R\$ 424.544
12.Osmar Menegasso – Linha Três Irmãos	R\$ 348.549

13.Gilmar Chiesa – Linha Dianista	R\$ 344.627
14.Antonio Felini – Linha Pilão de Pedra	R\$ 343.432
15.Osmar Charga – Linha Dianista	R\$ 343.060

PRODUTORES DE SUÍNOS

1.Rudimar Giacomini – Linha Giacomini – BR 282	R\$ 950.924
2.Alcides Tressoldi – Linha Bento Gonçalves	R\$ 928.723
3.Claudio Lusa – Linha Dianista	R\$ 831.785
4.Airton Atuatti – Linha Bento Gonçalves	R\$ 817.944
5.Ivan Antonio Sachet – Linha General Osório	R\$ 766.467
6.Inácio Oswald – Linha Bento Gonçalves	R\$ 448.564
7.Margarida Signorini Variani – Linha Três Irmãos	R\$ 424.274
8.Odemar Vilani – Linha Bento Gonçalves	R\$ 334.111
9.Alderico Pederssetti – Linha Dianista	R\$ 317.124
10.Valdemar Tressoldi – Linha Bento Gonçalves	R\$ 316.390
11.Alves Graciani – Linha Bento Gonçalves	R\$ 310.472
12.Cleimar Carniel – Campina do Gregório	R\$ 286.167
13.Antonio José Gabriel – Linha Bento Gonçalves	R\$ 247.253
14. Edson Borsoi – Linha Marechal Deodoro	R\$ 242.647
15.Darci Boff – Fernando Machado	R\$ 236.274

PRODUTORES DE LEITE

1.Antonio Franceschina – Linha Giacomini	R\$ 104.785
2.João Antonio Gabriel – Linha Carola Maia	R\$ 58.731
3.Vilmar Menegasso – Linha Três Irmãos	R\$ 56.984
4.Rosmari Terezinha Sartor Dal Santo – Linha Dal Santo	R\$ 41.086
5.Cláudio João Possa – Linha Caravágio	R\$ 41.074
6.Ivair Pederssetti – Linha Dianista	R\$ 36.516
7.Paulo Cesar Giordan – Linha Colonia Bacia	R\$ 33.172
8.Alexandre A Valandro – Linha Marechal Deodoro	R\$ 31.223
9.Domingos Briancini – Linha Bento Gonçalves	R\$ 30.704
10.Jaime Alberton – Linha Comercial	R\$ 30.597
11.Air Antonio Colpani – Linha Rodeio Bonito	R\$ 28.314
12.Edson Borsoi – Linha Marechal Deodoro	R\$ 26.434
13.Luiz Carlos Giordan – Linha Colonia Bacia	R\$ 25.387
14.Benhur Bertolini – Linha Ipiranga	R\$ 20.930
15. Emidio Rotava – Linha Carola Maia	R\$ 19.632

PRODUTORES DE OUTRAS ATIVIDADES

1.Antônio Domingos Dal Santo – Linha Dal Santo	R\$ 284.560
2.Claudecir Biesek – Fernando Machado	R\$ 157.457
3.João Antonio Gabriel – Linha Carola Maia	R\$ 140.190
4.Cleomir Luiz Rozanski – Linha Bento Gonçalves	R\$ 126.289
5.Nereu Folle – Linha Caravágio	R\$ 118.813
6.Cleber Breancini – Linha Campina do Gregório	R\$ 118.800
7.Cleimar Breancini – Linha Bento Gonçalves	R\$ 116.100
8.Alcides Pontel Didea – Linha Dal Santo	R\$ 105.979
9.Euclides Di Domenico – Linha Comercial	R\$ 96.398
10.Carlos Alberto Breancini – Linha Campina do Gregório	R\$ 84.960
11.Lauro Techio – Fernando Machado	R\$ 67.755
12.Nilo Tozzo – Linha Caravágio	R\$ 66.076
13.Sidney Vilani – Linha Bento Gonçalves	R\$ 58.572
14.Arlete Terezinha Borsoi Techio – Representando Sr. Lodovino Techio (In memoriam) – Linha Fernando Machado	R\$ 55.400
15.Valdir Breancini – Linha Bento Gonçalves	R\$ 54.900

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, em 22 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto Nº 023/2011

DECRETO Nº 023/2011.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO DE ESPORTES SITUADO JUNTO AO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO LUDOVICO JULIO TOZZO, NESTA CIDADE DE CORDILHEIRA ALTA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, DURANTE A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS ALUSIVOS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições constitucionais e legais de seu cargo e, CONSIDERANDO o disposto no inciso XVI, do art. 70 e no parágrafo quarto, do art. 104, ambos da Lei Orgânica Municipal; CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Sr. Altemir Pederssette, Presidente da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPOTIVA COMUNITÁRIA, protocolado em data de 22 de março de 2010; CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 672/2005 dispõe em seu art. 2. que "As entidades instituídas para atividades sem fins lucrativos, e aquelas cuja utilização de espaço no Centro Integrado de Educação, não visem esses fins, utilizarão o espaço, comprovada à necessidade, gratuitamente, assumindo a responsabilidade pela limpeza e ordem do local após a utilização".

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO O USO, a título precário, das dependências do Ginásio de Esportes situado junto ao Centro Integrado de Educação Ludovico Julio Tozzo, nesta cidade de Cordilheira Alta, para exploração de espaço físico, durante a realização dos eventos alusivos ao Aniversário do Município, à ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPOTIVA COMUNITÁRIA de Cordilheira Alta, cadastrada no CNPJ n. 11.177.750/0001-50, nos dias 25 a 30 de março de 2011.

Art. 2º- A Autorização de Uso em questão limita-se à autorização de uso do espaço público, e não exime os responsáveis pela obtenção de eventuais Alvarás de Autorização junto às autoridades competentes necessários à realização das atividades ali desenvolvidas, não gerando por consequência qualquer responsabilidade ao Município neste sentido.

Art. 3º- A autorização ora concedida fica condicionada a assinatura pelo representante legal da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPOTIVA COMUNITÁRIA de Cordilheira Alta, de termo de responsabilidade pelos prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem, além da responsabilização pela conservação, limpeza e ordem do local.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Paço Municipal, comunicando-se o requerente.

Cordilheira Alta SC, 23 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CLOVIS FIDÉLIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE BEM PÚBLICO

Nos termos do disposto no Decreto n. 23/2011 e nos termos do inciso XVI, do art. 70; do parágrafo quarto, do art. 104, ambos da Lei Orgânica Municipal, e ainda, do artigo 2. da Lei Municipal n. 672/2005, eu, Altemir Pederssette, na qualidade de Presidente da ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPOTIVA COMUNITÁRIA de Cordilheira Alta, cadastrada no CNPJ n. 11.177.750/0001-50, declaro que vistoriei e recebi as dependências do Ginásio de Esportes situado junto ao Centro Integrado de Educação Ludovico Julio Tozzo, nesta cidade de Cordilheira Alta, para exploração de espaço físico, durante a realização dos eventos alusivos ao Aniversário do Município, que ocorrerão nos dias 25 a 30 de março de 2011, em perfeitas condições de uso, e comprometo-me em zelar por sua conservação, limpeza e ordem, responsabilizando-me por prejuízos que possam ocorrer ao Município em função do uso do bem, além de devolver-lhe nas mesmas condições de limpeza e ordem em que o recebemos.

Cordilheira Alta, 23 de março de 2011.

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPOTIVA COMUNITÁRIA

Representada por seu Presidente: Altemir Pederssette

Portaria 150/2011

PORTARIA Nº 150/2011

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 22 de março de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº. 046, de 18 de Março de 2011.

PORTARIA Nº. 046, DE 18 DE MARÇO DE 2011.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 15/03/2011 à 13/04/2011.

Nome	Cargo	Referência
Pedro Sizinande	PCE Auxiliar de Manut. e Conserv.	03/02/2010 à 02/02/2011

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 18 de março de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Corupá**PREFEITURA MUNICIPAL****Pregão Presencial 013/11 - Registro de Preços**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 013/11

OBJETO: Eventuais aquisições de materiais de limpeza e higienização, para uso em diversas Creches do Município de Corupá-SC.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 22/03/11, às 09h00min do dia 05/04/11.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 05/04/11.

ENTREGA DAS AMOSTRAS: 06/04/11 - 09 horas.

TIPO: Menor Preço Unitário.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 017/11

EXTRATO DE CONTRATO 017/11
Processo de licitação nº 012/11
Modalidade Dispensa nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: COMERCIAL ZEHNDER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 95.790.754/0001-07, situada a Rua Roberto Seidel, 451, Centro, Município de Corupá-SC, neste ato representada por seu representante legal o Sr. MARCOS EDGAR ZEHNDER.

Objeto: aquisição de Materiais de Construção, para atendimento de situação emergencial, declarada através do Decreto 309/11 de 20 de Janeiro de 2.011.

Valor do Contrato: R\$ 3.489,75 (Tres Mil, Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 11/02/2011

Data da Vigência: 11/03/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 020/11

EXTRATO DE CONTRATO 020/11
Processo de licitação nº 022/11
Modalidade Dispensa nº 006/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locatário: VIGANDO MOKWA, brasileiro, casado, portador da C.I. nº 1.987.359-0 e do CPF nº 509.361.909-49, residente e domiciliado em Corupá/SC.

Objeto: Locação de (01) uma área comercial com edificação em alvenaria, com área total de 170,50 m² situada a Rua 25 de Julho, 270, município de Corupá, destinada para funcionamento do Programa de Saúde da Família - PSF 1.

Valor do Contrato: R\$ 6.422,40 (Seis Mil, Quatrocentos e Vinte e Dois Reais e Quarenta Centavos) correspondente a R\$ 535,20 (Quinhentos e Trinta e Cinco Reais e Vinte Centavos) mensais.

Data da Assinatura: 18/03/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 021/11

EXTRATO DE CONTRATO 021/11
Processo de licitação nº 023/11
Modalidade Dispensa nº 007/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locatário: AGOSTINHO KOASKI, brasileiro, casado, portador da C.I. nº 671.109 e do CIC nº 383.875.579-00, residente e domiciliado em Corupá/SC.

Objeto: locação de uma área comercial, em alvenaria com a área de 201,00m2, situada a Rua Roberto Seidel, 597, esquina com a Rua José Pasqualini, para funcionamento da Clínica de Fisioterapia.

Valor do Contrato: R\$ 10.800,00 (Dez Mil e Oitocentos Reais) correspondente a R\$ 900,00 (Novecentos Reais) mensais.

Data da Assinatura: 18/03/2011
Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 022/11

EXTRATO DE CONTRATO 022/11
Processo de licitação nº 024/11
Modalidade Dispensa nº 008/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locatário: LIONS CLUBE DE CORUPA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.378.048/0001.98, estabelecida a Rua XV de Novembro, 635, em Corupá /SC.

Objeto: locação de uma área comercial em alvenaria, pavimento térreo, com área útil de 77,99 m², situada à rua XV de Novembro, 635, Centro do município de Corupá, destinada para funcionamento do Programa da Saúde da Família - PSF2.

Valor do Contrato: R\$ 7.680,00 (Sete Mil e Seiscentos e Oitenta Reais), correspondente a R\$ 640,00 (Seiscentos e Quarenta Reais) mensais.

Data da Assinatura: 18/03/2011
Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 023/11

EXTRATO DE CONTRATO 023/11
Processo de licitação nº 025/11
Modalidade Dispensa nº 009/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locatário: ROSANE BOSSE, brasileira, solteira, portadora da C.I. nº 1.585.799-9 e do CPF nº 543.768.409-63, residente e domiciliado a Rua Francisco Mees, 580, centro de Corupá/SC

Objeto: locação de uma área comercial em alvenaria com a área total de 145,00m2 (pavimento térreo), situada a Rua Francisco Mees, 580, para funcionamento do Centro de Atendimento Especial de Corupá - CAECO.

Valor do Contrato: R\$ 10.057,30 (Dez Mil, Cinquenta e Sete Reais e Trinta Centavos), correspondente a R\$ 838,10 (Oitocentos e Trinta e Oito Reais e Dez Centavos) mensais.

Data da Assinatura: 18/03/2011
Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 024/11

EXTRATO DE CONTRATO 024/11
Processo de licitação nº 026/11
Modalidade Dispensa nº 010/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Locatário: PARÓQUIA CATÓLICA SÃO JOSÉ, situada a Rua Pe. Vicente, inscrita no CNPJ sob o nº 84.708.478/0001-60, neste ato representado pelo Pároco Pe. ELOÍ COMPER portador do CPF nº 521.010.299-87, residente e domiciliado em Corupá/SC.

Objeto: locação de uma área comercial, com edificação em alvenaria, com a área total de 768,20m2, sendo área térrea com 686,49 m2 e 2º piso com 81,80 m2, situada a Rua Pe. Vicente, para funcionamento de departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Valor do Contrato: R\$ 23.013,60 (Vinte e Tres Mil e Treze Reais e Sessenta Centavos), correspondente a R\$ 1.917,80 (Um Mil, Novecientos e Dezessete Reais e Oitenta Centavos).

Data da Assinatura: 18/03/2011
Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços 016/11

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/11
Processo de licitação nº 007/11
Modalidade Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: eventuais aquisições de APÓLICE DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO ATÉ O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Valor do Contrato: R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Data da Assinatura: 01/03/2011
Data da Vigência: 01/03/2012

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 013/11

EXTRATO DO CONTRATO 013/11
Processo de licitação nº 001/11
Modalidade Pregão nº 001/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RENAULT DO BRASIL S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.913.443/0001-73 e inscrição Estadual nº 90102000-05, estabelecida na Av. Renault, 1300 - Borda do Campo, município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Objeto: aquisição de veículos novos, para compor a frota Municipal

das Secretarias de Saúde e Educação do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 82.331,00 (Oitenta e Dois Mil, Trezentos e Trinta e Um Reais).

Data da Assinatura: 24/02/2011

Data da Vigência: 24/02/2012

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 014/11

EXTRATO DO CONTRATO 014/11

Processo de licitação nº 001/11

Modalidade Pregão nº 001/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RUMAR AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.412.120/0001-10 e inscrição Estadual nº 24.449.326-2, estabelecida na Rua 21 de Abril, 280-E - Bairro Centro, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Objeto: aquisição de veículos novos, para compor a frota Municipal das Secretarias de Saúde e Educação do Município de Corupá-SC.

Valor do Contrato: R\$ 58.000,00 (Cinquenta e Oito Mil Reais).

Data da Assinatura: 24/02/2011

Data da Vigência: 24/02/2012

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 025/11

EXTRATO DO CONTRATO 025/11

Processo de licitação nº 001/11

Modalidade Dispensa de Licitação nº 001/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Permissionária: LOIVA ELAINE DE OLIVEIRA M.I sito a Rua Roberto Seidel, 1305, município de Corupá - SC, CEP 89278-000, inscrita no CNPJ sob nº. 13.159.633/0001-99.

Objeto: melhor proposta para permissão de uso de espaço para exploração da copa e cozinha do Ginásio de Esportes Municipal Willy Germano Gessner.

Valor do Contrato: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 01/03/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 026/11

EXTRATO DO CONTRATO 026/11

Processo de licitação nº 020/11

Modalidade Dispensa de Licitação nº 005/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 78.538.899/0001-98, situada a Rua Goiás, 318, Bairro Vila Lenzi, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina

Objeto: aquisição de peças e serviços de mão de obra para recuperação da patrola Huber w 130m.

Valor do Contrato: R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 08/03/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 028/11

EXTRATO DO CONTRATO 028/11

Processo de licitação nº 027/11

Modalidade Dispensa nº 011/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual nº 25.052.972-56, com sede na Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Objeto: fornecimento de licenças de uso com acesso simultâneo, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação do sistema de Tesouraria, em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional.

Valor do Contrato: R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 03/01/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 029/11

EXTRATO DO CONTRATO 029/11

Processo de licitação nº 016/11

Modalidade Pregão nº 010/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ILHATEC COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.612.686/0001-71 e inscrição estadual nº 253865719, estabelecida na Rua Gonçalves Ledo, 337, Trindade, Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Aquisição de Equipamentos para uso no Pronto Atendimento do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 6.936,10 (Seis Mil, Novecentos e Trinta e Seis Reais e Dez Centavos).

Data da Assinatura: 21/03/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 030/11

EXTRATO DO CONTRATO 030/11

Processo de licitação nº 016/11

Modalidade Pregão nº 010/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: EQUIFARMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.716.286/0001-67, estabelecida na Avenida 21 de Abril, 270 - Bairro Centro, CEP 99740-000, Barão de Cotegipe, Estado de Rio Grande do Sul.

Objeto: Aquisição de Equipamentos para uso no Pronto Atendimento do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 7.067,00 (Sete Mil e Sessenta e Sete Reais).

Data da Assinatura: 21/03/2011

Data da Vigência: 31/12/2011

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços 019/11

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/11

Processo de licitação nº 010/11

Modalidade Pregão nº 006/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ 75.415.075/0002-13, com sede na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, no Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor Rolf Bayerl, inscrito no CPF nº311.413.829-20.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, para eventuais aquisições de COMBUSTÍVEL PARA USO DE ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC.

Valor do Contrato: valor unitário de R\$ 1,855, totalizando R\$ 742.000,00 (Setecentos e Quarenta e Dois Mil Reais), para 400.000 litros de Óleo Diesel B S1800 da Marca Petrobrás.

Data da Assinatura: 08/03/2011

Data da Vigência: 08/03/2012

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Ata de Registro de Preços 027/11

EXTRATO DO CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/11

Processo de licitação nº 013/11

Modalidade Pregão nº 007/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Auto Posto Isac - LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.442.061/0001-36, Inscrição Estadual nº 25.052.972-56, com sede na Rod. BR-280, s/n-KM-84, no Município de Corupá-SC

Objeto: CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, a aquisição de COMBUSTÍVEL PARA USO DE ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC.

Valor do Contrato: valor unitário de R\$ 2,57 (Dois Reais e Cinco-centavos) por Litro.

Data da Assinatura: 17/03/2011

Data da Vigência: 17/03/2012

LUIS CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital de Pregão Presencial Nº 20/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2011

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE transporte escolar no município de Curitibanos, no período de 11 de abril de 2011 a 16.12.2011, conforme anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/04/2011. A partir das 14:00 horas do dia 07/04/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e contratos da Prefeitura sito a Av. Lages, 400 neste município. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, sito a Rua Lages, 400 no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 21 de março de 2011.
CRISTINA MARIA AGOSTINI M. EHRHARDT
Presidente do Fundo

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Erval Velho

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto 1505/2011

DECRETO 1505, de 07 de março de 2011

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei n. 1255 de 25 de novembro de 2010, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada a seguinte dotação no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais):

ÓRGÃO 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ. 2.037 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09 - 339000000000000002 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Total suplementações R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ. 2.037 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Total Anulações R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 07 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1506/2011

DECRETO n. 1506, de 14 de março de 2011.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para as licitações na modalidade de Pregão e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e de acordo com a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n. 1386, de 27 de janeiro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem o grupo de pregoeiros e Equipe de Apoio de Licitações na modalidade de pregão, para a aquisição de bens e serviços

comuns no âmbito deste Município, a partir desta data.

Gizelle Fornari - Pregoeiro Oficial

Alessandra Tonial - 1º Pregoeiro Substituto

Walter Kleber Kucher Júnior - 2º Pregoeiro Substituto

Vanilson Alessi - 3º Pregoeiro Substituto

Equipe de Apoio:

Catarina Corso

Ivonez Margarida Sutil Demori

Rosenir Corso

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1387 de 28 de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 14 de março de 2011

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1507/2011

DECRETO 1507, de 14 de março de 2011

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com a Lei n. 1255 de 25 de novembro de 2010, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações no Orçamento vigente do Município de Erval Velho, no valor de R\$ 88.136,86 (Oitenta e oito mil, cento e trinta e seis reais e oitenta e seis centavos):

ÓRGÃO 4 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ. 2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

046 - 339000000000000001 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
134 - 319000000000000001 - Aplicações Diretas R\$ 49.136,86
Proj./Ativ. 2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
052 - 339000000000000001 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Total suplementações R\$ 88.136,86

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementações, correrão à conta da anulação parcial das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 4 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ. 2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

045 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
044 - 319000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 49.136,86
Proj./Ativ. 2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
051 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Total Anulações R\$ 88.136,86

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto 1508/2011

DECRETO 1508, de 14 de março de 2011.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1255, de 25 de novembro de 2010 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROJ/ATIV - 2.009 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Total de Suplementações R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2010 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1508/2011, de 14 de março de 2011

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Fonte de Recurso 0000/2010

Exercício de 2010

Superávit Financeiro 571.712,57

Deduções:

Decreto n.º 1508/2011 - 14/03/2011 15.000,00

Saldo R\$ 556.712,57

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2010- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

Portaria 2433/2011

PORTARIA 2433, de 11 de março de 2011.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a Senhora MAVI CRISTIANE FONTANA DA SILVA, do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, nível 01- A , do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeada pela Portaria 2359, de 13 de agosto de 2010.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 11 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2434/2011

PORTARIA 2434, de 11 de março de 2011.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora MARLI FERREIRA DA SILVA, do cargo temporário de Agente de Serviços Gerais II, nível 01- A , do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi nomeada pela Portaria 2311, de 15 de março de 2010.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 11 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2435/2011

PORTARIA 2435, de 11 de março de 2011.

Nomeia por Concurso servidor que menciona e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e Lei Complementar n. 020, de 08 de abril

de 2009, e em especial o disposto no Edital n. 009/2010, de 27 de dezembro de 2010 do Concurso Público Municipal n. 009/2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso ROBERTO BAZZI, brasileiro, solteiro, nascido em 06 de dezembro de 1990, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, nível 04 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 958,36 (Novecentos e cinquenta oito reais e trinta seis centavos).

Art.2º. Conforme estabelece o parágrafo 1º do artigo 13 da Lei Complementar n. 007/2001, o servidor ora nomeado terá prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste ato, para tomar posse do referido cargo.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho -SC, em 11 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2436/2011

PORTARIA 2436, de 14 de março de 2011.

Nomeia por Concurso servidor que menciona e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009, e em especial o disposto no Edital n. 001, de 03 de dezembro de 2009 do Concurso Público Municipal n. 001/2009,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso MARLI FERREIRA DA SILVA, brasileira, casada, nascida em 30 de novembro de 1970, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais II, nível 01 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 684,55 (Seiscentos e oitenta quatro reais e cinquenta cinco centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho -SC, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2437/2011

PORTARIA 2437, de 14 de março de 2011.

Exonera servidor do cargo em virtude de aposentadoria e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente

aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, de aposentadoria a servidora DIONE LUZIA BRITO SOUZA, conforme benefício n. 150.410.212-3, e carta de concessão de aposentadoria datada de 03 de março de 2011.

RESOLVE:

Art. 1o. Exonerar a servidora DIONE LUZIA BRITO SOUZA, do cargo de Professor, matrícula n. 58, nomeada pela Portaria n. 052/89 de 01 de agosto de 1989, lotado no Quadro de Pessoal do Município, em virtude de ter sido aposentada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2438/2011

PORTARIA 2438, de 14 de março de 2011.

Prorroga efeitos da Portaria nº 2142/2009 e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Municipal nº 0949/2001, de 06 de setembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 004/2008, originado pelo Edital n. 004/2008, de 09 de dezembro de 2008;

Considerando a Lei Complementar n. 051, de 14 de fevereiro de 2006, regulamentada pela Lei Federal n. 11.350, de 05 de outubro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da Portaria nº 2142, de 09 de fevereiro de 2009, que contratou o servidor JAIME DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, pelo período que perdurar o Programa de Saúde da Família - PSF, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 0949/2001, ou ainda podendo ocorrer rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2439/2011

PORTARIA 2439, de 14 de março de 2011.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, com a Lei Municipal nº 0949/2001, de 06 de setembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 001/2011, originado pelo Edital n. 001/2011, de 10 de janeiro de 2011;

Considerando a Lei Complementar n. 051, de 14 de fevereiro de 2006, regulamentada pela Lei Federal n. 11.350, de 05 de outubro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora MAVI CRISTIANE FONTANA DA SILVA, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelo período que perdurar o Programa de Saúde da Família - PSF, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 0949/2001, ou ainda podendo ocorrer rescisão antecipadamente a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 14 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2440/2011

PORTARIA 2440, de 17 de março de 2011.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso I, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 0899 de 10 de dezembro de 1999, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 007/2010, originado pelo Edital n. 007/2010, de 17 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Senhora JUSSARA CHRISTÓFOLLI, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais II, nível 01-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, enquanto durar o afastamento da titular do cargo, a servidora Salete Terezinha Katchors, em tratamento de saúde, ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 17 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2441/2011

PORTARIA 2441, de 21 de março de 2011.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso I, do artigo 2º, da Lei Municipal nº 0899 de 10 de dezembro de 1999, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 001/2011, originado pelo Edital n. 001/2011, de 10 de janeiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, a Senhora CAROLINE CORREA, para ocupar o cargo de Enfermeiro, nível 09-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, enquanto durar o afastamento da titular do cargo, a servidora Suzana Eva Ramos, em tratamento de saúde, ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 21 de março de 2011.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Edital 002/2011 Processo Celetivo

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2011 DE 24 DE MARÇO DE 2011.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo de Provas para contratação de pessoal em caráter temporário no Município de Erval Velho.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por sua Prefeita, Srª. LENITA DADALT FONTANA, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Municipais nºs 0899/99, 0949/01, Lei Complementar nºs 020/2009 e 007/2001.

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Cargos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
Farmacêutico/Bioquímico	40h	R\$ 2.114,87	Ensino Superior Completo em Bioquímica e/ou Farmácia e registro no CRF.	Escrita e Objetiva
Agente Co-mun. Saúde	40h	R\$ 630,56	Ensino Fundamental Completo	Escrita e Objetiva

(*) O NÚMERO DE VAGAS SERÁ DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO.

Notas:

O candidato que tiver seu contrato encerrado durante a vigência do Processo Seletivo, retornará para a lista de espera em sua posição de classificação.

A convocação para preencher as eventuais vagas que surgirem

deverá sempre observar a relação de candidatos selecionados disponíveis na lista de espera no momento da convocação.

INSCRIÇÕES : 24/03 a 07/04/2011 , das 08:00 às 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Forquilha

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.633, de 22 de Março de 2011.

LEI Nº 1.633, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO À COONAFOR - COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município de Forquilha - SC autorizado a firmar Convênio com a COONAFOR - Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha, com sede à Rodovia Antônio Valmor Canella, Km 9, Sanga do Café, Forquilha, Santa Catarina, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº. 12.046.131/0001-99, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das famílias rurais.

Art. 2º O Poder Executivo do Município de Forquilha, para consecução dos objetivos do convênio disposto no art. 1º desta lei, fica autorizado:

I - Outorgar concessão de direito real de uso de imóvel público para sediar a Cooperativa e arcar com as despesas de sua manutenção;

II - Outorgar concessão de uso gratuito de materiais e equipamentos de escritório para o funcionamento das atividades da Cooperativa;

III - Auxiliar com mão de obra para instalação, manutenção e funcionamento das atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

Art. 3º Caberá a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a fiscalização da execução do Convênio firmado.

Art. 4º O prazo do Convênio será definido pelo Chefe do Poder Executivo, que tem como limite máximo até o final de seu mandato.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de março de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de março de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Governo

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 47/PMF/2011.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para construção do Centro de Triagem com 600 m², localizado na Rua 267, Bairro Ouro Negro, Forquilha/SC, conforme Processo nº. 25100.063.553/2009-12, Termo de Compromisso nº. TC/PAC 721/09, firmado junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de abril de 2011 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8122 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 23 de março de 2011.

REJANE MARIA LOCH

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato FMS Nº. 008/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 008/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 1.383,50 (hum mil trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

VIGÊNCIA - 30/06/2011

DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico

1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 009/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 009/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 13.404,52 (treze mil quatrocentos e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

VIGÊNCIA - 30/06/2011

DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico

1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 010/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 010/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 10.615,66 (dez mil seiscentos e quinze reais e sessenta e seis centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico
1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 011/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 011/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 29.882,50 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico
1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 012/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 012/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 297,50 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico
1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 013/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 013/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CRIVITTA DIAGNÓSTICA LTDA
OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico
1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 014/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 014/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
OBJETO - aquisição de materiais médicos cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 10.458,73 (dez mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2058.339039(38) - material odontológico
1701.2052.339039(23) - material médico cirúrgico
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 03/FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 31 de janeiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 018/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 018/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PRODIET FARMACÊUTICA LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 2.701,00 (dois mil setecentos e um reais)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 019/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 019/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ALTERMED MAT. MED. HOSOPITALAR LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 23.917,44 (vinte e três mil novecentos e dezessete

reais e quarenta e quatro centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 020/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 020/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DIMASTER COMÉRCIO D EPROD. HOSPITALARES
LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 26.688,40 (vinte e seis mil seiscentos e oitenta e oito
reais e quarenta centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 021/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 021/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS ME
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 1.906,50 (hum mil novecentos e seis reais e cinquenta
centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 022/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 022/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 8.750,38 (oito mil setecentos e cinquenta reais e trinta
e oito centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 023/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 023/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 30.880,20 (trinta mil oitocentos e oitenta reais e vinte
centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 024/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 024/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - EXTRA DISTR. DE MEDICAMENTOS E PERFUMA-
RIAS LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 025/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 025/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - MAXI DISTRIB. DE PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 1.491,24 (hum mil quatrocentos e noventa e um reais
e vinte e quatro centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011
DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011
DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 026/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 026/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
OBJETO - aquisição de medicamentos, para uso nas unidades da
rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC.
VALOR - R\$ 10.858,70 (dez mil oitocentos e cinquenta e oito reais
e setenta centavos)
VIGÊNCIA - 30/06/2011

DOTAÇÃO - 1701.2051.3390 (20) e 1701.2055.3390 (32) (33)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 04/
FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 25 de fevereiro de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 027/2011

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 027/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - VIP CAR VEÍCULOS LTDA
OBJETO - aquisição de 03 (três) veículos populares Clio, para 05 (cinco) passageiros, motor bi combustível (álcool e gasolina), com potência de 76 CV, motor 1.0, para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - O valor unitário é de R\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais), perfazendo um valor global de R\$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais).

VIGÊNCIA - 1110 (um mil e cento e dez) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 1701.1051.4490 (4)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 07/
FMS/2011

DATA DA ASSINATURA - 04 de março de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 052/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 052/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - FORQUILHINHA SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA

OBJETO - Contratação de serviços técnicos especializados para execução de serviços topográficos (levantamentos, locações, nivelamentos), no município de Forquilha, durante o exercício de 2011.

VALOR - R\$ 4.250,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta reais) mensais totalizando o valor de R\$ 38.250,00 (trinta e oito mil duzentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 01/04/2011 à 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 38/PMF/2011

DOTAÇÃO - 0701.2033.3390 (102)

DATA DA ASSINATURA - 18 de março de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 41/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 41/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
DO OBJETO - aquisição de fraldas descartáveis geriátricas, necessários e imprescindíveis para atendimentos a pessoas carentes do Município de FORQUILHINHA/SC.

VALOR - R\$ 30.319,00 (trinta mil trezentos e dezenove reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2011

DOTAÇÃO - 1301.2023.3390 (176)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 24/
PMF/2011

DATA DA ASSINATURA - 01 de março de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 51/2011

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 51/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CRIATIVA COMUNICAÇÕES LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços de consultoria na área de comunicação interna da Prefeitura Municipal de Forquilha, compreendendo o desenvolvimento de um plano de comunicação para execução durante o exercício de 2011.

VALOR - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2011

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390(23)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 36/
PMF/2011

DATA DA ASSINATURA -17 de março de 2011

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 0097/2011

DECRETO Nº 0097, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA DOS EVENTOS ALUSIVOS AO NATAL, FINAL DE ANO E ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO N. 0067/2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2075, de 06 de Outubro de 2010 e as disposições do Decreto n. 0067/2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Presidente da Comissão Organizadora e Executivo dos eventos alusivos ao Natal, Final de Ano e Aniversário do Município de Fraiburgo, nomeada através do Decreto n. 0067/2011, passando a presidência ao Sr. Rui Vital Batagelo.

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto n. 0067/2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Fraiburgo, 23 de Março de 2011.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0098/2011

DECRETO Nº 0098, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DOS

EVENTOS E FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL, FINAL DE ANO E ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2075, de 06 de Outubro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Consultivo dos eventos e festividades alusivas ao Natal, Final de Ano e Aniversário do Município de Fraiburgo no exercício de 2011, composta pelos membros abaixo, sob a Presidência do primeiro:

- I - Vice-Prefeito;
- II - Procurador Geral;
- III - Assessor de Gabinete do Prefeito;
- IV - Secretário de Finanças;
- V - Secretário de Administração e Planejamento;
- VI - Secretário de Desenvolvimento Econômico;
- VII - Secretária de Educação, Cultura e Esportes;
- VIII - Secretária de Saúde;
- IX - Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente;
- X - Secretário de Infraestrutura Urbana;
- XI - Secretária de Ação Social;
- XII - Controlador Interno;
- XIII - Diretora Geral do Departamento de Cultura;
- XIV - Presidente da Sanefrai;
- XV - Superintendente da FME;
- XVI - 01 (um) representante do Poder Legislativo;
- XVII - 01 (um) representante da ACIAF (Associação Comercial e Industrial de Fraiburgo);
- XVIII - 01 (um) representante da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas);
- XIX - 01 (um) representante da ABPM (Associação Brasileira dos Produtores de Maçã);
- XX - 01(um) representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil);
- XXI - 01 (um) representante dos sindicatos patronais;
- XXII - 01 (um) representante dos sindicatos dos empregados;
- XXIII - 01 (um) representante da Associação dos Aposentados;
- XXIV - 01 (um) representante da Polícia Civil;
- XXV - 01 (um) representante da Polícia Militar;
- XXVI - 01 (um) representante dos Bombeiros;
- XXVII - 01 (um) representante das instituições de ensino privadas;
- XXVIII - 01 (um) representante do Centro Cultural Egon Frey;
- XXIX - 01 (um) representante do Rotary;
- XXX - 01 (um) representante das associações de moradores;
- XXXI - Outros representantes da sociedade civil organizada.

Art. 2º. Compete ao Conselho Consultivo:

- I - Sugerir eventos e programação;
- II - Estudar formas de viabilização dos programas e eventos;
- III - Auxiliar na organização de cronograma;
- IV - Auxiliar na execução das atividades comemorativas.

Art. 3º. O Conselho Consultivo se reunirá sempre que necessário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 23 de Março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0099/2011

DECRETO Nº 0099, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DOS EVENTOS E FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL, FINAL DE ANO E ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei nº 2075, de 06 de Outubro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Deliberativo dos eventos e festividades alusivas ao Natal, Final de Ano e Aniversário do Município de Fraiburgo no exercício de 2011, composta pelos membros abaixo, sendo o primeiro o Presidente:

- I - Prefeito;
- II - Vice-Prefeito;
- III - Procurador Geral;
- IV - Assessor de Gabinete do Prefeito;
- V - Secretário de Finanças;
- VI - Secretário de Administração e Planejamento;
- VII - Secretário de Desenvolvimento Econômico;
- VIII - Secretária de Educação, Cultura e Esportes;
- IX - Secretária de Saúde;
- X - Secretário de Agropecuária e Meio Ambiente;
- XI - Secretário de Infraestrutura Urbana;
- XII - Secretária de Ação Social;
- XIII - Controlador Interno;
- XIV - Diretora Geral do Departamento de Cultura;
- XV - Presidente da Sanefrai;
- XVI - Superintendente da FME;

Art. 2º. Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - Receber as sugestões do Conselho Consultivo;
- II - Sugerir eventos e programação;
- III - Estudar formas de viabilização dos programas e eventos;
- IV - Auxiliar na organização de cronograma;
- V - Auxiliar na execução das atividades comemorativas;
- VI - Avaliar questões orçamentárias;
- VII - Analisar sobre a legalidade dos eventos e festividades;
- VIII - Analisar questões de segurança;
- IX - Deliberar e decidir sobre eventos e festividades a realizar;
- X - Distribuir competência;
- XI - Organizar e coordenar cronograma.

Art. 3º. O Conselho Deliberativo se reunirá sempre que necessário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 23 de Março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0100/2011

DECRETO Nº 0100, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

REVALIDA E PRORROGA O DECRETO N. 350, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR GRANIZO.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe confere os artigos 61, inciso VI e 84, inciso I, alínea i, da Lei Orgânica do

Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos do granizo, ocorrido no dia 26 de novembro de 2010, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução n. 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revalidado e prorrogado o Decreto n. 0350, de 02 de dezembro de 2010, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2011, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Gabinete do Prefeito.
Fraiburgo, 23 de Março de 2011.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0024/2011-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de roupas de cama, roupas de bebê e banheiras para doação de Kits infantis às famílias carentes do Município de Fraiburgo. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a julho de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes

e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 11/04/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 22 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0025/2011-RP 0014 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviços de criação de audiovisual, sonorização, fornecimento e instalação de banheiros químicos, estruturas metálicas de cobertura, palco, cercas de proteção, arquibancada e outros para os eventos do Cinquentenário do Município de Fraiburgo. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a dezembro de 2011. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:00 horas do dia 05/04/2011. Abertura: Às 10:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 23 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0010/2011

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0010 DE 22 DE MARÇO DE 2011.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as função pública de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO e FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de março a 31 de março de 2011, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059.

Fraiburgo, 22 de março de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei N.º 1.512/2011

LEI N.º 1.512, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, CNPJ n.º 03.733.676/0001-82.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.513/2011

LEI N.º 1.513, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A SAESAMAR - SOCIEDADE ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL SAMARITANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela SAESAMAR - Sociedade Assistencial e Educacional Samaritano, CNPJ n.º 08.908.309/0001-96.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a SAESAMAR - Sociedade Assistencial e

Educacional Samaritano, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.514/2011

LEI N.º 1.514, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS A AÇÃO SOCIAL SÃO JOAQUIM DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Ação Social São Joaquim de Garopaba, CNPJ n.º 83.807.107/0001-73, para repasse de recursos oriundos da Fundação Banco do Brasil, por depósito em conta em favor do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 2º. Os recursos para atenderem a presente Lei, tem o valor inicial estimado em R\$ 56.050,00 (cinquenta e seis mil e cinquenta reais), com futuros repasse a critério da entidade mantenedora, Fundação Banco do Brasil.

Art. 3º. Os valores repassados serão destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Ação Social São Joaquim de Garopaba, no Projeto de Música na Comunidade.

Art. 4º. O repasse de recursos será disciplinado através de Convênio a ser firmado entre o Município de Garopaba e a Ação Social São Joaquim de Garopaba, na forma da legislação vigente.

Parágrafo Único. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos e a vigência serão tratados no respectivo convênio.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA
Secretária de Administração

Lei N.º 1.515/2011

LEI N.º 1.515, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE DANÇA DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Dança de Garopaba, CNPJ n.º 10.784.989/0001-25.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Dança de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.516/2011

LEI N.º 1.516, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO GAROPABENSE DE ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação Garopabense de Esportes, CNPJ n.º 11.855.484/0001-77.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação Garopabense de Esportes, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Lei N.º 1.517/2011

LEI N.º 1.517, DE 22 DE MARÇO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO AO GRUPO III IDADE DA GRAMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma contribuição no limite de R\$ 3.250,00 (três mil e duzentos e cinquenta reais), destinados à reforma e manutenção do telhado da sede social do Grupo de Idosos III Idade da Grama, CNPJ n.º 05.083.257/0001-78.

Art. 2º. A concessão de contribuição de que trata o artigo 1º, será disciplinada através de Convênio a ser firmado com o Grupo de Idosos III Idade da Grama, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de Março de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 044/2011

DECRETO N.º 044, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 56.050,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 56.050,00 (cinquenta e seis mil e cinquenta reais) no

Orçamento vigente:

12.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 56.050,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCÊNCIA
56.050,00
08243562.053 - Assistência a Criança e ao Adolescente
56.050,00
3.3.50.0.3.62.001037- Transferências a Instituições Privadas sem
Fins Lucrativos 56.050,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 56.050,00 (cinquenta e seis mil e cinquenta reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2011.
ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Decreto N.º 045/2011.

DECRETO N.º 045, DE 23 DE MARÇO DE 2011.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 2.250,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILDO DA SILVA LOBO FILHO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2.250,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.250,00
08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social
2.250,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos 2.250,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 2.250,00 (dois mil e duzentos e cinquenta reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de Março de 2011.
ILDO DA SILVA LOBO FILHO
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/03/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA
Secretária Municipal de Administração

Gaspar**PREFEITURA MUNICIPAL****Aviso de Alteração da Tomada de Preços Nº 37/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Aviso de Alteração da Tomada de Preços nº 37/2011

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados no certame supramencionado, o qual tem por objeto a construção da Unidade Escolar EEB Luiz Franzói, que em vista das alterações no Edital, a data anteriormente publicada foi ADIADA, redesignando-se o dia 12/04/2011, às 9h para o recebimento dos envelopes e às 9h30min do mesmo dia para a abertura do certame, no local indicado inicialmente. O Edital completo está disponível no Depto de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristaliano Ramos, nº 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 23 de março de 2011
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Governador Celso Ramos**PREFEITURA MUNICIPAL****Dispensa de licitação Nº. 038/2011**

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS.

Processo de Dispensa nº. 038/2011, conforme art. 24 e inciso X da Lei 8.666/93. Partes: O município de Governador Celso Ramos e MAURO DOMINGOS DUARTE. Objeto: Locação de imóvel para uso da Polícia Militar que estará fazendo a segurança dos munícipes no período da páscoa. Valor: 4.480,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta reais). Prazo: da assinatura do contrato até 12/05/2011. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Governador Celso Ramos, 18 de março de 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Extrato do contrato Nº. 051/2011

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 051/2011.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: MAURO DOMINGOS DUARTE. OBJETO: Locação de imóvel para uso da Polícia Militar que estará fazendo a segurança dos munícipes no período da páscoa. PRAZO: Da assinatura do Contrato até 12/05/2011. VALOR: R\$ 4.480,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Governador Celso Ramos, 18 de março de 2011.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal.

Herval do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria Nº 353/2011

PORTARIA Nº 353/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor, Nível/Referência - 6-A, do anexo III, 40 horas semanais, ao Servidor VALDECIR PEREIRA DA SILVA (Matr. 2555), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 07 de Fevereiro de 2008 a 06 de Fevereiro de 2011, consoante o que determina o Decreto nº 1606 de 25 de setembro de 2003, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 354/2011

PORTARIA Nº 354/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 18 de março de 2011, por tempo indeterminado, com fulcro no Artigo 71, inciso I, §1º, da Lei Complementar Nº 191/2005, à Servidora MARIA DE LURDES DE PAULA BERTOTTI (Matr. 431), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 1/G, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 355/2011

PORTARIA Nº. 355/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 17 de Março de 2011 até 14 de Julho de 2011, conforme preceitua o Artigo 76 da Lei Complementar Nº. 191/2005, à Servidora ELISANGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais - Nível - 1, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 356/2011

PORTARIA Nº 356/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional à servidora LUCIA DAS GRAÇAS V. GUARAGNI (Matr. 15), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Contabilidade, (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, em (+2%), a partir de março de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 357/2011

PORTARIA Nº 357/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional à servidora Jaqueline Razera (Matr. 96), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Supervisor Escolar, Nível/Referência - 8.1/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 8.1/B, a partir de Março de 2011, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste (SC), em 18 de Março de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria DGP/SEAGP N.º 059/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 059, de 22 de março de 2011.
Dispõe sobre a demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 04/2010, com carga horária de 20 horas semanais, admitida em 07/02/2011 para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Cláudia Machado Batista	Professora	888.344.179-68	18/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de março de 2011, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de março de 2011.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Cancelamento de Pregão Presencial 41/2011 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica cancelado o Processo Licitatório nº 56/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 41/2011, por motivo de interesse público.

Imbituba, 24 de março de 2011.
MILENE RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Portaria DGP/SEAGP N.º 060/2011

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 060, de 22 de março de 2011.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora TEREZINHA FRAGA VIEIRA, inscrita no CPF sob o n.º 455.111.529-00, admitida em 17 de fevereiro de 1994, contrato nº 543, referente ao quinquênio

devido, conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição
2003 a 2008	04.04.2011 a 02.06.2011

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 22 de março de 2011.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Homologação Processo Nº 18/2011 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2011
CONVITE Nº 01/2011

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa Marfron Construções Ltda, que tem como objeto as reformas e ampliações têm uma área total de 399,76m², sendo 174,94m² no G.E. Dalmo Edson Sfair e 224,82m² no G.E. Zelia Milles, no valor total de R\$ 149.900,24 (cento e quarenta e nove mil, novecentos reais e vinte e quatro centavos), incluindo materiais e mão de obra. Nos aspectos previdenciários, será ainda, observado o que dispõe a Instrução Normativa nº 971/09 do INSS em seus artigos 117 e 118, onde descreve a base de cálculo para retenção de INSS.

Irineópolis (SC), 23 de março de 2011.
WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Contrato Nº 56/2011

CONTRATO Nº 56/2011
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 18/2011
CONVITE Nº. 01/2011

Contrato de Execução de Reformas e Ampliações de Unidades Escolares, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Marfron Construções Ltda.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Marfron Construções Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na rua Pará, nº 488, Centro, na cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.702.469/0001-84, neste

ato representada pelo senhor Jean Pedro Marques, portador do CPF nº 837.880.429-15, e RG nº 18ªR-2.735.196-SSP-SC, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 18/2011, modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia n.º 01/2011, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Este contrato tem origem no Processo de Licitação nº. 18/2011, Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 01/2011, no qual a Contratada se compromete a Executar as Reformas e Ampliações de Unidades Escolares do Município, conforme projetos, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de materiais.

Parágrafo Primeiro - As reformas e ampliações têm uma área total de 399,76m², sendo 174,94m² no G.E. Dalmo Edson Sfair e 224,82m² no G.E. Zelia Milles.

Parágrafo Segundo - Os materiais a serem empregados deverão ser de ótima qualidade, os quais serão objetos de fiscalização pela Secretaria Municipal da Educação, e pelo Engenheiro Municipal Sr. Jose Alfredo Pinto.

Os materiais a serem empregados deverão ter qualidade comprovada em conformidade com as Normas vigentes da ABNT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor total de R\$ 149.900,24 (cento e quarenta e nove mil, novecentos reais e vinte e quatro centavos), incluindo materiais e mão de obra. Nos aspectos previdenciários, será ainda, observado o que dispõe a Instrução Normativa nº 971/09 do INSS em seus artigos 117 e 118, onde descreve a base de cálculo para retenção de INSS.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento ocorrerá conforme o cronograma Físico-financeiro, em até 30 dias mediante apresentação de nota fiscal/fatura discriminando a modalidade e o número da licitação que originou o respectivo contrato, devidamente aprovada pela Secretaria Municipal da Saúde, acompanhada das folhas de pagamento quitadas dos empregados envolvidos na execução da obra juntamente com as guias comprovando o recolhimento da Contribuição Previdenciária (INSS), guias comprovando o recolhimento do FGTS. .

PARÁGRAFO SEGUNDO - No ato de cada pagamento a contratada deverá apresentar as GPS vinculadas a matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, bem como a CND da obra, sob pena de retenção e regularização de parte da contratante, com respectivo desconto pagamento. Nos aspectos previdenciários, será ainda, observado o que dispõe a Instrução Normativa nº 971/09 do INSS em seus artigos 117 e 118, onde descreve a base de cálculo para retenção de INSS. Os valores referentes ao ISSQN, de acordo com o Código Tributário do Município de Irineópolis-SC, serão retidos no ato de cada pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Deverá a Contratada apresentar cópia de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de Execução do Objeto do contrato devidamente quitada, por ocasião do recebimento do pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os créditos decorrentes da Contratação somente serão pagos a CONTRATADA, não se admitindo o pagamento e a negociação dos mesmos com terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar, POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DA OBRA, os documentos abaixo identificados:

- a) Prova de Regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- d) Certidão Negativa de Débito para com o INSS da Obra;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta a Contratada não poderá sub empreitar os serviços a ela adjudicados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os materiais a serem empregados na execução do objeto deverão ser fornecidos pela empresa Contratada, bem como todos os custos de aquisição serão encargo da mesma. Todos os materiais deverão ser de ótima qualidade, atendendo as descrições constantes do Memorial Descritivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A execução do objeto deverá obedecer rigorosamente as especificações e elementos técnicos relacionados no Edital, nos projetos e memorial descritivo, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas formalizada e aprovada por esta Municipalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O diário de obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para a execução completa da obra é de 90 (noventa) dias, consecutivos conforme Cronograma Físico-Financeiro (Anexo VIII do Edital). Atrasos na execução dos serviços somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras, podendo ser prorrogado mediante a formulação de cláusulas aditivas neste Instrumento de Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade da Municipalidade, através da Secretaria da Educação através da Servidora Sra. Marlem Marques Dal Lago - Secretaria Municipal da Educação, ou a quem esta designar, e pelo Sr. José Alfredo Pinto - Engenheiro Civil, à quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A fiscalização se efetivará no local da obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo das obras e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

PARÁGRAFO QUARTO - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

PARÁGRAFO QUINTO - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Decorridos 30 (trinta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela Comissão de Vistoria, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

PARÁGRAFO OITAVO - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA SETIMA - REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA OITAVA - CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Para cobrir as despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da despesa: Projeto Atividade 2006 - Manutenção do Ensino Fundamental - 4.4.90.51.00.00.00.0194 (47) - Aplicações Diretas e Projeto Atividade 2011 - Manutenção do Ensino Infantil - 4.4.90.51.00.00.00.00.194 (139) - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DECIMA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início no dia da assinatura e término previsto em 31 de dezembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como

pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou à terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Contratada obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Contratada providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

PARÁGRAFO QUARTO - A Contratada providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, conforme modelo fornecido pelo Município bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos, sendo que a qualquer exigência que implique modificações do projeto deve ser obtida autorização por escrito desta Municipalidade.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratada providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da Execução da Obra de forma discriminada.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

PARÁGRAFO OITAVO - A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

PARÁGRAFO NONO - A Contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Convite nº. 01/2011, Processo Licitatório nº. 18/2011, indenizando a Contratada pelos serviços até então realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Edital de Convite para Obras e Engenharia nº. 01/2011, Processo Licitatório nº. 18/2011, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n.º 8.666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA, as

sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor do contrato por dia, caso ultrapasse o prazo para início da obra, a contar da Ordem de Serviço.
- b) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor do contrato por dia que exceda o prazo contratual, sem justificativa aceita por esta Municipalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nas letras "a" e "b" do PARÁGRAFO PRIMEIRO são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa definida na letra "a" do PARÁGRAFO PRIMEIRO será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devida e a multa da letra "b" do PARÁGRAFO PRIMEIRO será descontada da última parcela ou das cauções retidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º

8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de março de 2011.

Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN

Contratante

Marfron Construções Ltda

JEAN PEDRO MARQUES

Contratada

Testemunhas:

Nome: Jessica Luana Nicoluzzi

CPF: 088.201.929-50

Nome: Mauricio Juraszek

CPF: 044.088.849-28

Joaçaba

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria 2.823

PORTARIA Nº 2.823 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) RONALDO MACHADO DOS SANTOS, Médico, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de fevereiro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de fevereiro de 2011

RAFAEL LASKE

Portaria 2.824

PORTARIA Nº 2.824 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2011

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-
CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;



Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) ELAINE APARECIDA BORSOI ZAMBONI, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias) e 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 14 de fevereiro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 14 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

portaria 2.825

PORTARIA N.º 2.825 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE, Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). LUCIANE APARECIDA NARDI, Professor Licenciatura Plena, na Escola Municipal Clara Zomkowski, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/2011 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.826

PORTARIA N.º 2.826 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"CONCEDE LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE, Art. 1º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). ROSIMERI SALETE CHIAMOLERA, Professor Licenciatura Plena, no Centro de Educação Infantil Mundo encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e de acordo com o edital 001/2011 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.827

PORTARIA N.º 2.827 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) LUCIANO DE MATTOS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Farmacêutico, Classe "A" para a Classe "B", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.828

PORTARIA N.º 2.828 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) GRACIELLI BITTENCOURT DOS SANTOS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Serviços Internos, Classe "A" para a Classe "B", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

portaria 2.829

PORTARIA N.º 2.829 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º PROMOVER o(a) Sr.(a) ALVENI SALETE DA SILVA, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Classe "B-VIII" para a Classe "B-IX" de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.830

PORTARIA N.º 2.830 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"PROMOVE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº

76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º. PROMOVER o(a) Sr.(a) LUCIO SAAVEDRA TERAN, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, Médico, classe "A-VI" para a classe "A-VII", de acordo com o Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Anexo XIV da Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.839

PORTARIA Nº 2.839 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ADEMIR NUNES DOS SANTOS, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.840

PORTARIA Nº 2.840 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ALINI ALVES CABRAL, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.841

PORTARIA Nº 2.841 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE

ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CAROLINE APARECIDA BARILLI GUTERRES, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.842

PORTARIA Nº 2.842 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CLARICE DUDAS, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.843

PORTARIA Nº 2.843 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CLAUDIA ROSANE CAMARA, Professor Com Magistério - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.844

PORTARIA Nº 2.844 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) CRISTIANE CANUTO BERTELLE DE OLIVEIRA, Professor Com Magistério - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.845

PORTARIA Nº 2.845 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) DIELE TRINDADE, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.846

PORTARIA Nº 2.846 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FABIOLA TEIXEIRA GOETZE, Professor Sem Habilitação - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.847

PORTARIA Nº 2.847 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FATIMA APARECIDA LUVISON, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.848

PORTARIA Nº 2.848 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) GABRIELA PEREIRA ZANINI, Professor Sem Habilitação - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.849

PORTARIA Nº 2.849 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) GISELLE THAIS NERES CORSO, Professor Sem Habilitação - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.850

PORTARIA Nº 2.850 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) IZABEL CHIAMOLERA DE ALMEIDA, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.851

PORTARIA Nº 2.851 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATO, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.852

PORTARIA Nº 2.852 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) KASSIA FERNANDA CALLAI, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato

de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.853

PORTARIA Nº 2.853 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LEANDRA FRANCIELLI V. G. DE LIMA DESIDERIO, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.854

PORTARIA Nº 2.854 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) LIRA HECKLER, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.855

PORTARIA Nº 2.855 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARIA HELENA DAHMER OLIVO, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.856

PORTARIA Nº 2.856 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MARILUCI FERREIRA DA SILVA ESPIT, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.857

PORTARIA Nº 2.857 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MICHELLI NOVELLO, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.858

PORTARIA Nº 2.858 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MISLAINE DA SILVA GARCIA, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.859

PORTARIA Nº 2.859 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) MONICA KLEIN, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.860

PORTARIA Nº 2.860 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) PAULA ANDRESSA KVIECZINSKI CASTELO BRANCO, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.861

PORTARIA Nº 2.861 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) QUELIN VACCARI, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.862

PORTARIA Nº 2.862 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) REGINA INES REISDORFER, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.863

PORTARIA Nº 2.863 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) REGINA TEDESCO GEHM, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.864

PORTARIA Nº 2.864 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSANGELA RIBEIRO BEHERNS PINTRO, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.865

PORTARIA Nº 2.865 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) ROSILENE SALETE DA SILVA, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.866

PORTARIA Nº 2.866 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO o(a) Senhor(a) SABRINA ROVER, do cargo de Professor Licenciatura Plena, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 77 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 81, § 4º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 08 de fevereiro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.867

PORTARIA Nº 2.867 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SANDRA MARA PILATTI SERENA, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.868

PORTARIA Nº 2.868 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SANDRA VACCARI, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.869

PORTARIA Nº 2.869 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SHEILA APARECIDA MANENTTI GRANDO STOFFEL, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta)

horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.870

PORTARIA Nº 2.870 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) SILVANA ZENI MOSCIBROCKI, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.871

PORTARIA Nº 2.871 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) TAIZE SABEL Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.872

PORTARIA Nº 2.872 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei

Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) THAIANE CRISTINA BONATTO, Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.873

PORTARIA Nº 2.873 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) VANIA MARIA ALVES, Professor Licenciatura Plena - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Portaria 2.874

PORTARIA Nº 2.874 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) VANICE CRISTIANE TURECK, Professor Sem Habilitação - ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 18 de fevereiro de 2011
RAFAEL LASKE

Extrato Alteração PP 13/2011/FMS - PL 17/2011/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2011/FMS

EDITAL PP Nº 13/2011/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº 13/2011/FMS, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 21/03/2011, cujo objeto é a "aquisição, de forma parcelada, de materiais de enfermagem, destinados à manutenção dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro 2011."

1) Quanto à data e horário de abertura, ONDE SE LÊ: "Data da abertura: Dia 01/04/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado", LEIA-SE: "Data da abertura: Dia 04/04/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado".

2) Quanto à data e horário para credenciamento, ONDE SE LÊ: "Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 01/04/2011", LEIA-SE: "Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 04/04/2011".

O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 21 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 26/2011

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2011/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 26/2011/PMJ,
- Modalidade: PP 10/2011/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos, em conformidade com as especificações do Anexo I, destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar (Convênio Trânsito), pela Intendência de Agricultura e pela Secretaria de Gestão Financeira do Município de Joaçaba.

- Empresas Vencedoras:

EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA

Valor : R\$ 5.558,00

GRAFICA BRINDES JOAÇABA LTDA

Valor : R\$ 1.970,40

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de março de 2011.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Retificação Extrato PP 11/2011/PMJ - PL 30/2011/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2011/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2011/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no Extrato do Edital de Pregão Presencial Nº 11/2011/PMJ, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 22/03/2011, cujo objeto é a "Aquisição, de forma parcelada, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais durante o exercício financeiro de 2011":

1) Quanto à data e horário de abertura, ONDE SE LÊ: "Data da abertura: Dia 02/03/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado", LEIA-SE: "Data da abertura: Dia 05/04/2011, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado".

2) Quanto à data e horário para credenciamento, ONDE SE LÊ: "Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 18/03/2011", LEIA-SE: "Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 05/04/2011".

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527-8828 e 3527-8805, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, ou pelo site www.joacaba.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 21 de março de 2011.

RAFAEL LASKE
 Prefeito

Notificação Fiscalização Tributária

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
 SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
 SETOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Os Fiscais de Tributos do Município de Joaçaba, abaixo identificados, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação dos §§ 2º e 3º do artigo 215 da Lei Complementar nº 31/97 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo arrolados do lançamento da TLLF (taxa de licença para localização e fiscalização de funcionamento), com vencimento em 28/04/2011, os quais deverão comparecer ao Setor de Fiscalização Tributária, para regularizar sua situação.

Nome	CMC	Notificação nº
Deise Caroline dos Santos ME	89025	176/2011
KJ Comércio de Tintas Ltda.	88652	264/2011
ADS Prestadora de Serviços de Montagem Ltda	87754	195/2011
GAAT Empresa de Segurança Ltda.	88036	244/2011
GP Andrioni Filho ME	87975	252/2011

Considera-se feita a notificação, 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Joaçaba, 22 de março de 2011.

TATIANE MARATEU BORGES
 Fiscal de Tributos Municipais
 Matrícula 7.274

ANDREIA L. ANTUNES DE SOUZA LOVATEL
 Fiscal de Tributos Municipais
 Matrícula 7.292

IMPRES

Portaria Comissão Reavaliação de bens IMPRES

PORTARIA 079/2011 DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente e a Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 79 e 80, respectivamente, da Lei Complementar 099/2005, de 24 de junho de 2005, e tendo em vista o que consta da Portaria Interministerial MPS/MF nº 568 de 31 de dezembro de 2010, RESOLVEM:

Art. 1º NOMEAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Reavaliação dos bens patrimoniais imobilizados do IMPRES:

MARCIO ROBERTO PICCOLI
 ELIANE APARECIDA CERON VIER
 ELIO DA SILVA

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Joaçaba-SC, 17 de março de 2011
 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN
 Diretora de Previdência e Atuária

Publicações REF Pgto Benefícios IMPRES

PORTARIA 078/2010 DE 17 DE MARÇO DE 2011

A Diretora-Presidente e a Diretora de Previdência e Atuária do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelos arts. 79 e 80, respectivamente, da Lei Complementar 099/2005, de 24 de junho de 2005, e tendo em vista o que consta da Portaria Interministerial MPS/MF nº 568 de 31 de dezembro de 2010,

RESOLVEM:

Art. 1º Autorizar ao Setor de Pagamento de benefícios do IMPRES a adotar, para as aposentadorias concedidas de acordo com o art. 40, § 1º, II, art. 40, § 1º, III, "b", art. 40, § 1º, III, "a", art. 40, § 5º, todos da Constituição da República, bem como para os benefícios concedidos de acordo com o art. 2º da Emenda Constitucional 41/2003, e ainda para as pensões concedidas a partir de fevereiro de 2004, os percentuais de reajuste determinados pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 568 de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º Os percentuais de reajuste serão retroativos ao dia 01 de janeiro de 2011.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 17 de março de 2011
 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

GEOVANA APARECIDA DENARDI FACIN
 Diretora de Previdência e Atuária

PLASS**Resolução 02/2011**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS

Av. XV de Novembro, 378 - Centro

89600-000 - Joaçaba - SC

Fone/Fax: 49 - 3527-8804

E-mail -plass@joacaba.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 02/2011

O Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 090 de 16 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 2.669 de 29 de agosto de 2005 e de acordo com a deliberação ocorrida na Reunião ordinária do dia 28 de janeiro 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Adotar os seguintes critérios para a colocação do balão intragástrico os quais deverão ser observados pelos segurados quando da consulta médica e informados mediante laudo circunstanciado pelo profissional habilitado:

- a) IMC igual ou superior a 35;
- b) Comprovar o mínimo de 01 (um) ano que não correspondeu ao tratamento clínico para emagrecer, através de declaração a ser fornecida pelos seguintes profissionais:
 - Nutricionista;
 - Endocrinologista;
 - Gastroenterologista.
- c) Apresentar trimestralmente, após colocação do balão intragástrico, no período mínimo de 01 (um) ano laudo médico dos profissionais abaixo citados, que serão arquivados junto ao PLASS para acompanhamento da evolução do tratamento.
 - Nutricionista;
 - Endocrinologista;

§1º - A colocação do balão intragástrico será realizada somente por estabelecimentos credenciados ao PLASS.

§2º - Excepcionalmente, por deliberação do Conselho Administrativo do PLASS, poderá ser requerido laudo de perícia médica.

Art. 2º As despesas referente ao procedimento de colocação do balão intragástrico serão custeadas na razão de 50% (cinquenta por cento) pelo segurado e 50% (cinquenta por cento) pelo PLASS para a primeira colocação.

Parágrafo único - Em caso de uma nova colocação do balão intragástrico, o segurado arcará com 100% (cem por cento) das despesas.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), 22 de março de 2010

ROBERTO MINATI

Presidente

MARIZETE ROSSANA BRASIL

Secretária

Lages**CÂMARA DE VEREADORES****Decreto Legislativo Nº 003/2011**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2011.

Ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 003/2011.
De 28 de fevereiro de 2011

FIXA O NÚMERO DE VEREADORES PARA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DO MUNICÍPIO DE LAGES, ESTADO DE SANTA CATARINA;

FAÇO SABER, que a edilidade em Sessão plenária aprovou e eu promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Fica fixado em 19 (dezenove) o número de vereadores à Câmara de Vereadores do Município de Lages, para 17ª Legislatura, a iniciar-se em 1º de Janeiro de 2013 e a findar-se em 31 de dezembro de 2016.

Art 2º. Sobrevindo emenda constitucional que altere o art: 29, IV da Constituição, de modo a modificar os critérios referidos no art: 1º, a Mesa Diretora da Casa editará ato para a observância das novas regras.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 2011.

ADILSON RODRIGUES DE APPOLINÁRIO

Presidente.

Luzerna**PREFEITURA MUNICIPAL****Extrato Inexigibilidade pml.001.11 - ASSAMEC**

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

Processo Licitatório 0026/2011

PREFEITURA DE LUZERNA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2011

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0026/2011

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação da empresa ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE, para prestação de serviços especializados de arbitragem em campeonatos realizados no Município de Luzerna, nas seguintes modalidades: futebol suíço, futebol de salão, futebol de campo, voleibol, voleibol de areia, atletismo e handebol.

Valor total contratado: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Luzerna (SC), 22 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

Extrato Pregão fmas.013.2011 - IGD

EDITAL

Pregão Presencial nº 013/2011

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ORLANDO FÁVERO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E AVIAMENTOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROJETO GRUPO DE MULHERES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ATRAVÉS DOS

RECURSOS DO IGD (ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA) DO MUNICÍPIO DE LUZERNA

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 05 de abril de 2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 05 de abril de 2011.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato de Contrato pml.063.10 - Segundo Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.063.10 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar o prazo de vigência do Contrato pml.063.10, prorrogando por mais 01 (um) mês, passando a vigência de 03 (três) meses para 04 (quatro) meses, e conseqüentemente alterando o item 4.3 da Cláusula Quarta e Cláusula Oitava

Luzerna(SC), 22 de março de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE SIMAR JOSÉ ROSA

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATADA

Massaranduba**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 1271/2011**

LEI Nº 1271/2011

Cria o Centro de Educação Infantil Professora Vidalina Xavier.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Vidalina Xavier, nominada pela Lei nº 1.252/2010, fica transformada em Centro de Educação Infantil Professora Vidalina Xavier.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o inciso IV da Lei Municipal nº 1252/2010

Paço Municipal de Massaranduba, 22 de Março de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1272/2011

LEI Nº 1272/2011

Denomina Via Pública.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que

a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua 020 passa a ser denominada de Rua Campinas. A Rua inicia no entroncamento com a Rodovia Guilherme Jensen SC - 413, Km 63, e termina no entroncamento com a Rua 097 (VP-1) e Rua Ribeirão Gustavo, localizada no Perímetro Urbano do Município de Massaranduba.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, 22 de Março de 2011.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Meleiro**PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria n.º 103/2011**

PORTARIA n.º 103/2011

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei 809/2000, de 03 de abril de 2000, RESOLVE:

C O N C E D E R

Art. 1.º Licença saúde, a servidora LIDIA ROSSO FEGHERA, ocupante do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto a Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos a partir de 08/03/2011.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 23 de Março de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aditivo n.º 002/2011 (Prorroga prazo de entrega).

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 002/2011 (Prorroga prazo de entrega).

Contrato nº. 097/2010

Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO

Contratado: ANCS INFORMATICA LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFANCIA)

CONSTRUÍDA POR MEIO DE CONVENIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), NO BAIRRO IMIGRANTE, MUNICIPIO DE MELEIRO/SC.

Vigência: Início: 25/02/2011 Término: 30/04/2011.

Data da assinatura: 25 de fevereiro de 2011.

Aditivo n.º 005/2010 (Prorroga prazo de entrega).

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 005/2010 (Prorroga prazo de entrega).

Contrato n.º. 069/2010

Contratante: PREFEITURA MUN. DE MELEIRO

Contratado: ANCS INFORMATICA LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROINFANCIA) CONSTRUÍDA POR MEIO DE CONVENIO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA E O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE), NO BAIRRO IMIGRANTE, MUNICIPIO DE MELEIRO/SC.

Vigência: Início: 25/02/2011 Término: 30/04/2011.

Data da assinatura: 25 de fevereiro de 2011.

Monte Carlo

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 23/2011 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2011

AVISO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2011 - INEXIGIBILIDADE Nº 02/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO LIVROS VOL. 3 PARA 1º ANO do Sistema IDÉIAS EM CONTEXTO EDITORA BRASIL, para alunos da rede municipal de ensino no âmbito do município de Monte Carlo.- TIPO: MENOR PREÇO TOTAL. CONTRATADA: EDITORA DO BRASIL S/A - VALOR : R\$ 7.710,30 REAIS - Quantidades de Exemplares: 180 UNIDADES. Contato TELEFONE/FAX: (049) 3546- 0194. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 22 de MARÇO de 2011.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo Nº 01/2011 do Contrato Administrativo de Execução de Serviços Especializados de Engenharia Nº 19/2010.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2011 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA Nº 19/2010.

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2010.

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na SC 456 KM 15 - Centro, Município de Monte Carlo, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Antoninho Tibúrcio Gonçalves,

CONTRATADA:

A empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob nº 81.301.350/00001-90, com sede à rua Pedro Gaio, 74, na cidade de Videira-SC, representada neste ato pelo seu Sócio Gerente Sr. Antonio Gonçalves Dias , doravante simplesmente designada contratada

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2011 do contrato original nº 19/2010, é a aditivação do contrato original em mais R\$ 50.670,12 (cinquenta mil, seiscentos e setenta reais com doze centavos), sendo deste total, o valor de R\$ 7.093,82 (sete mil, noventa e tres reais com oitenta e dois centavos), pela mão de obra, e, o valor de R\$ 43.576,30 (quarenta e tres mil, quinhentos e setenta e seis reais com trinta centavos) pelos materiais, conforme Planilha Orçamentária, pareceres jurídicos e técnicos da engenharia responsável, bem como acolhimento do Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 As outras cláusulas, regras e condições permanecem inalteradas na forma original do processo de licitação competente, bem como do contrato nº 19/2010, aos quais esse termo aditivo fica subordinado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 23 de fevereiro de 2011

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

Antoninho Tiburcio Gonçalves

CONTRATANTE

FEMAKS CONST. E INCORPORADORA LTDA

Antonio Gonçalves Dias

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

SABRINA BECKER GAUER

CPF - 006.523.799-40

ALBERTINHO MANGOLT

CPF - 789.268.079-91

Extrato de Contrato de Aquisição de Livros da Editora do Brasil Para Alunos da Rede Municipal de Ensino Nº 21/2011.

EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE LIVROS DA EDITORA DO BRASIL PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO Nº 21/2011.

Por este instrumento particular de contrato, referente a Aquisição de apostilas para alunos da rede municipal de ensino de Monte Carlo-SC, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 95.996.104/0001-04, com sede as margens da Rodovia SC 456 Centro, na cidade de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Monte Carlo estado de Santa Catarina, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, neste ato designado CONTRATANTE, e de outro lado a EDITORA DO BRASIL S/A, CNPJ/MF nº 60.657.574/0001-69, , sediada na Rua Conselheiro nebias, nº 887, Bairro Campos Eliseos na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representado pelas Sras. MARIA APPARECIDA CAVALCANTE COSTA e MARIA LÚCIA KERR CAVALCANTE QUEIROZ, doravante designadas CONTRATADA, tem entre si justo e combinado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes, sem prejuízo da aplicação das normas da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

O presente contrato tem por objeto a aquisição de livros para alunos da rede municipal de ensino, conforme segue:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	preço Unitário	Preço Total
1	Livros " NOVO IDÉIAS EM CONTEXTO DA EDITORA DO 1º ANO - Ling./Mat./Nat.soc. 3 VOL - NOVO	UN	180	42,835	7.710,30
TOTAL					7.710,30

O valor unitário para venda dos Livros Didáticos Integrados, à CONTRATANTE, serão os constantes da tabela abaixo:

O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 7.710,30 (sete mil, setecentos e dez reais com trinta centavos) para o ano letivo de 2011.

As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: nº 3.3.90.00.00.00.00.00, Código Reduzido nº 126, Unidade Orçamentária nº 07.01, Proj. Atividade nº 2.014 do orçamento do ano de 2011.

Monte Carlo-SC, 22 de março de 2011.

ANTONINHO T. GONÇALVES

contratante

Prefeito Municipal de Monte Carlo

MARIA APPARECIDA CAVALCANTE COSTA e

MARIA LUCIA KERR CAVALCANTE QUEIROZ

contratada

EDITORA DO BRASIL LTDA

Morro da Fumaça

PREFEITURA MUNICIPAL

Ata da Reunião da Comissão de Licitação Nº 014/2011 (seqüência:2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA - SC. TOMADA DE PREÇO Nº 014/2011. ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO Nº 014/2011 (seqüência:2). Aos 23 dias do mês de março de 2011 na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, reuniram-se os membros da comissão permanente, designada pelo decreto nº 001/2011, para deliberar sobre os pedidos de inabilitação constante da ata nº 014/2011 seqüência 1 referente ao Processo Licitatório nº 014/2011, Tomada de Preços 014/2011 para Obras e Serviços de Engenharia, com objeto a contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em construção civil para execução das obras de engenharia com vistas à construção de ESCOLA - "ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II - 6 SALAS DE AULA, FNDE/MEC". Dado posseguimento, constatou que decorrido o prazo para apresentação de

recursos nenhuma empresa se manifestou, sendo que esta comissão decidiu pela inabilitação das empresas abaixo pelos seguintes motivos: 1 - A empresa BF Construções: Conforme consta no Edital em seu ponto 6.2.3.3: Prova de que a empresa possui patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Efetivamente houve o descumprimento do Edital em referência ao ponto 6.2.3.3, na medida que não restou comprovado o volume de patrimônio, vez que denota-se pelos documentos acostados que a empresa possui apenas o montante de R\$ 92.088,79 (noventa e dois mil e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos). No mesmo sentido é o documento constante do ponto 6.2.2.2 do Edital, eis que a certidão fornecida pelo CREA notadamente perdeu sua validade por constar capital social de apenas R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), porquanto houve alteração posterior significativa que a invalidou. 2 - a empresa Construtora M2: Arrazoad a denúncia formulada, face o contido no ponto 6.2.2.8 Atestado de Vistoria fornecida pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, demonstrado no Anexo V deste edital, devidamente assinado por quem de direito da empresa licitante e pelo responsável do setor competente da PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, devendo a vistoria ser previamente agendada, antes da data estipulada para abertura de licitação, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços. Ou seja, indispensável no termo de Vistoria constante do anexo V, que conste a assinatura do representante legal da empresa Licitante, traduzindo-se este como inadequado, face a ausência de qualificação do firmatário do documento acostado pela empresa. 3 - a empresa Lajecril Artefatos de Cimento Ltda: Realmente houve descumprimento do Edital no ponto 6.2.2.1 face a relevância da documentação solicitada neste ponto com relação a capacidade técnica da licitante em respeito as características da obra a ser executada, porquanto o atestado apresentado pela empresa mostra-se em metragem inferior ao pretendido pelo ente Municipal. Já em referência ao documento insculpido no ponto 6.2.2.7, este mostra-se adequado porquanto restou firmado pelo representante legal da empresa e indicando para tanto o Engenheiro Civil Luiz Martins Gonzaga, cumprindo o que preceitua o Edital. 4 - a empresa VC Construções: O fato do Engenheiro responsável pela obra não ter firmado o atestado determinado pelo ponto 6.2.2.7, não traz óbice a participação da empresa mencionado, face a obrigatoriedade ser apenas a indicação do Engenheiro responsável. Entretanto, em relação ao suposto descumprimento do ponto 6.2.2.1 do Edital, efetivamente ocorreu tal situação, na medida que o atestado apresentado pela empresa apresenta-se como reforma, mostrando-se inadequado pela exigência contida no objeto da licitação pretendida pelo ente Municipal. 5 - a empresa Ceja Construtora e Materiais de Construção Ltda: No documento acostado pela empresa Licitante em referência ao atestado de capacidade técnica houve a comprovação de execução de obra com metragem inferior ao pretendido pelo ente Municipal. Sendo que esta comissão habilitou a empresa Qualidade Construções e Pavimentações: Não merece considerações tal impugnação visto que a exigência contida no ponto 6.2.2.3 do Edital, diz respeito acerca da inscrição do responsável técnico pela obra, não necessitando da prova de registro de todos os Engenheiros integrantes do quadro colaborativo da licitante. Assim esta comissão declara habilitados a participar da fase de abertura das propostas de preço as empresas: 1 - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA; 2 - TEC-ENGE CONSTRUÇÕES LTDA; 3 - CONSTRUIHAB CONSTRUTORA LTDA; 4 - QUALIDADE CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA; 5 - SANERO CONSTRUÇÕES LTDA. Os presentes assinam esta ata. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente que será assinada pelos presentes.

Nova Trento

PREFEITURA MUNICIPAL

Resumo de Contrato 076/2011

CONTRATO Nº 076/2011

Origem: Processo Licitatório nº 009/2011. Modalidade: Pregão Presencial nº 006/2011. Homologação: 17/03/2011. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP, com sede na Rua Salvador Di Bernardi, nº 220, Cidade de Campinas - São José Estado de Santa Catarina, CEP 88.101.260, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.314.631/0001-48. Objeto do Contrato: Aquisição parcelada de Material de Escritório para a Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Secretarias Municipais, exceto educação, para o exercício de 2011. O valor total deste contrato é de R\$ 14.123,87 (quartoze mil cento e vinte e três reais e oitenta e sete centavos). Vigência do Contrato até 31/12/2011.

Nova Trento, 22 de Março de 2011.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA MUNICIPAL

Extrato Contratual Nº 022/2011

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº: 022/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Valor: 16.500,00 (dezesesseis mil quinhentos reais)

Vigência: Início: 22/03/2011 Término: 01/08/2011

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2011

Recursos: Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 56.099,71

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa para desenvolvimento de 01 (um) Curso Básico de Costura Industrial, com carga horária de 160 (cento e sessenta horas-aula), destinados as pessoas interessadas do município de Novo Horizonte, para até 30 participantes.

Novo Horizonte, 22 de Março de 2011

Pinheiro Preto

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1488, de 22 de março de 2011

LEI Nº 1.488, DE 22 DE MARÇO DE 2011

AUTORIZA O MUNICÍPIO A EFETUAR DESPESAS COM ENCENAÇÃO DE PEÇA DE TEATRO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe Poder Executivo, autorizado a realizar gastos no valor de até R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), para viabilizar e fazer frente aos dispêndios com sonorização, iluminação e figurinos referente apresentação de peça teatral alusiva à "Paixão de Cristo", a ser encenada por jovens do Município, no Ginásio de Esportes do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 22 de Março de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação nº 004/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 004/2011

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 13 de abril de 2011, licitação modalidade Tomada de Preços nº 004/2011, cujo objeto visa a contratação de empresa para a execução de obra de engenharia para construção de creche "Tipo C", no Município de Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 13/04/2011, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 22 de Março de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria N.º 0289/RH

PORTARIA N.º 0289/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento ao disposto no Art. 261, inciso II, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, cessar, a partir de 01/03/2011, o benefício do Auxílio Reclusão concedido à família do servidor Jones Fábio Biancato, através da Portaria n. 0957/RH de 27 de junho de 2008, em função do mesmo ter sido condenado à pena de 7 (sete) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de reclusão em regime inicialmente fechado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de Março de 2011.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

Lso

Contrato 275 FMS

CONTRATO Nº 275/2011

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 44/2010 - FMS, para a aquisição de medicamentos para a Assistência Farmacêutica Básica desta secretaria.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2011, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de medicamentos, com origem no Edital de Pregão Presencial nº 44/2010 - FMS, com data de homologação 08/09/2010, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Dimaci Material Cirúrgico Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 90.251.109/0001-94, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Termo aditivo ao registro de preços para aquisição de medicamentos da rede básica, com origem no edital de licitação 44/2010 desta secretaria. O item 119, Sertralina 50 mg, fica acrescido de 12.000 unidades, totalizando R\$ 828,00.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2011.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

DIMACI MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Contrato 276 FMS

CONTRATO Nº 276/2011

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Pregão Presencial nº 50/2007 - FMS, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de monitoramento eletrônico das unidades de saúde desta secretaria.

Aos dezesseis dias do mês de março de 2011, por este Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços com origem no Edital de Pregão Presencial nº 50/2007 - FMS, com data de homologação 05/09/2007, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Back Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.737/0001-59, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Termo aditivo ao Pregão Presencial 50/2007, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de monitoramento eletrônico das unidades de saúde desta secretaria, para a inclusão de monitoramento na Unidade de Saúde do bairro Progresso, situada na estrada São Bento, nº 1620, bairro Progresso, nesta cidade de Rio do Sul.

Pelo serviço objeto deste aditivo será pago mensalmente o valor de R\$ 143,71.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Pregão Presencial e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 16 de março de 2011.

MIRIAN UNBEHAUN SILVA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

BACK SERV. DE VIG. E SEGURANÇA LTDA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Resultado Final Edital 006/2011

EDITAL RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal, Vanderlei Petri, Secretário Municipal de Administração e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGAM o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo nº 006/2011, conforme relatório em anexo.

Rio do Sul, 23 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

Resultado Final Edital 007/2011

EDITAL RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 007/2011

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, neste ato representado pelos Srs. Milton Hobus, Prefeito Municipal, Vanderlei Petri, Secretário Municipal de Administração e Janara Aparecida Mafra, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010, 217/2010, Lei Complementar 208/2010, 215/2010, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, DIVULGAM o RESULTADO FINAL do Processo Seletivo nº 007/2011, conforme relatório em anexo.

Rio do Sul, 23 de março de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

RESULTADO FINAL EDITAL 006/2011

Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 1/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

202 LINGUA PORTUGUESA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	141	PATRÍCIA MUNIZ	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,0	4,0	1	31/07/1980
2.	140	GABRIELA FAGUNDES PADILHA	CUR. LIC. ESP. AP 4F	00,0	0,0	0	03/02/1991

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 2/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

301 MATEMATICA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	142	GIOVANY DAROLT	POS GRADUAÇÃO	08,0	0,5	0	02/10/1988

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 3/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

302 GEOGRAFIA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	139	JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI	LIC. PLENA EM ÁREA AFIM	00,5	5,0	0	07/04/1958

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 4/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

304 HISTORIA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	152	ANDRÉ AUGUSTO BOUSFIELD	MESTRADO	00,0	0,0	0	26/02/1979
2.	154	SIMONE HINTEMANN CAPISTRANO	LIC. PLENA ESPECIFICA	07,5	0,5	0	06/03/1976
3.	151	TATIANA SANCHES	LIC. PLENA ESPECIFICA	03,8	0,0	1	23/08/1982
4.	153	JUCÉLIA DENISE HARDT	CUR. LIC. ESP. AP 4F	00,0	0,0	0	07/06/1967

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 5/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

307 EDUCACAO FISICA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	144	VANESSA CAMPREGHER	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	0	05/03/1986
2.	143	KARLA TATIANA SIEVERDT	POS GRADUAÇÃO	00,3	0,5	1	25/10/1984
3.	149	LILIANE NEVES DE OLIVEIRA	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	1,5	0	08/08/1984
4.	147	JANAINA BORGES DOS SANTOS	LIC. PLENA ESPECIFICA	02,1	0,0	0	03/05/1988
5.	146	VIVIANE GUBERT MIRANDA	LIC. PLENA ESPECIFICA	01,2	0,0	1	27/05/1988
6.	145	DAIANE CRISTINA DE ÁVILA	CUR. LIC. ESP. AP 4F	00,0	0,0	1	05/02/1987
7.	148	EDILSON HENRIQUE KOTH	CUR. LIC. ESP. AP 4F	00,0	0,0	0	09/12/1978

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 6/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

319 LINGUA ESTRANGEIRA-INGLES

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	150	SANDRA SONARA CHIODINI	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,0	7,0	1	17/10/1968

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 7/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

611 ENSINO RELIGIOSO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	135	GILDETE LULA PEREIRA	ENS. MEDIO - MAG. COM EXP	00,8	37,0	1	12/05/1945

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 8/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso: 151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS	Disciplina: 612 CIENCIAS
---	------------------------------------

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	158	NADIA FATIMA STOLF	POS GRADUAÇÃO	08,0	11,0	0	10/05/1961
2.	160	SIMONE MÜLLER	POS GRADUAÇÃO	08,0	10,5	0	18/12/1980
3.	156	LUANA APARECIDA HERMANN	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,0	0,0	0	09/10/1985
4.	155	SUSELEIDE DA CUNHA	LIC. PLENA EM ÁREA AFIM	00,0	0,0	0	16/08/1985
5.	159	DANIELA BIANCHET	CUR. LIC. ESP. AP 4F	08,0	0,0	1	02/04/1985
6.	157	CRISTIANE SCHMIDT OBRZINER	CUR. LIC. ESP. AP 4F	07,5	0,0	2	28/04/1983

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 9/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES FINAIS

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

628 ARTES

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	138	MARISSOL CORREIA MALHEIROS	CUR. LIC. ESP. AP 4F	08,0	0,0	0	23/01/1990
2.	136	SUELI OLIVEIRA COSTA SUTIL	ENS. MEDIO - MAG. COM EXP	08,0	3,0	2	11/02/1966
3.	137	DARLIN OLIVIA FRANÇA	ENS. MEDIO - MAG. COM EXP	08,0	3,0	0	10/03/1988

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



RESULTADO FINAL EDITAL 006/2011

Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 1/1
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
ENSINO FUND. - SERIES INICIAIS

Curso:

150 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Disciplina:

202 LINGUA PORTUGUESA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	7	ROSANE APARECIDA VICENTI	POS GRADUAÇÃO	08,0	21,5	2	31/07/1967
2.	8	ELAINI DOS SANTOS	POS GRADUAÇÃO	08,0	10,0	0	08/07/1975
3.	2	ANA MARIA ANZINI	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,0	0	23/04/1982
4.	1	VANESSA CRISTIANE DE OLIVEIRA	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	0	20/05/1980
5.	6	EDILSON MACHADO	POS GRADUAÇÃO	08,0	1,5	2	22/08/1971
6.	4	CLACILDA AMÉLIA ODERDENGUE	POS GRADUAÇÃO	00,0	31,0	0	19/03/1955
7.	9	VIVIAN SUHELEN PIVA	POS GRADUAÇÃO	00,0	2,5	1	10/01/1983
8.	5	DANIELI MAFAZZOLLI SCHULLER	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	3,5	0	25/10/1986
9.	3	JOSÉ FILIPONI	LIC. PLENA ESPECIFICA	02,8	0,0	0	09/11/1962
10.	10	AUCELY MARIA OTTO ROBERTI	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,0	5,5	1	15/08/1962

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



RESULTADO FINAL EDITAL 006/2011

Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 1/4
 Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
EDUCAÇÃO INFANTIL

Curso:
 9980 EDUCACAO INFANTIL

Disciplina:
 8 AREAS DE CONHECIMENTO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
1.	97	JANETE ANA BUZZI POSSAMAI	POS GRADUAÇÃO	08,0	14,5	2	15/12/1966
2.	101	ADRIANA MARTINS	POS GRADUAÇÃO	08,0	13,0	2	13/07/1977
3.	39	ROSELITA MARIA SEBOLD	POS GRADUAÇÃO	08,0	9,5	0	01/02/1966
4.	29	VANESSA CLAUDINO DOS SANTOS	POS GRADUAÇÃO	08,0	8,0	0	08/10/1973
5.	77	IVONE INÊS SAWICKI	POS GRADUAÇÃO	08,0	8,0	0	19/11/1974
6.	95	JEANE DOS REIS RODRIGUES DE ABR	POS GRADUAÇÃO	08,0	7,5	2	09/10/1971
7.	131	JOSIANE KRIEGER	POS GRADUAÇÃO	08,0	7,5	2	15/01/1980
8.	37	REGINA DUMKE VERLICK	POS GRADUAÇÃO	08,0	7,0	2	25/10/1972
9.	115	TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS	POS GRADUAÇÃO	08,0	7,0	1	08/08/1982
10.	57	VANESSA DA ROCHA	POS GRADUAÇÃO	08,0	7,0	0	26/09/1982
11.	100	TATIANA COSTA SPÍNDOLA VIEIRA	POS GRADUAÇÃO	08,0	6,5	2	07/01/1980
12.	71	DÉBORA KOCH	POS GRADUAÇÃO	08,0	6,5	1	14/11/1974
13.	20	CÉRES BERTELLI ANACLETO	POS GRADUAÇÃO	08,0	6,5	1	05/07/1983
14.	109	MARCIA BOLL CARDOSO	POS GRADUAÇÃO	08,0	6,0	2	27/11/1981
15.	121	SILVIA OROSINA SILVEIRA	POS GRADUAÇÃO	08,0	6,0	1	13/11/1977
16.	18	TALITA HARBS	POS GRADUAÇÃO	08,0	6,0	1	01/03/1984
17.	129	ÉDNA KOCH SCHWAMBACH	POS GRADUAÇÃO	08,0	5,5	2	04/02/1976
18.	107	DAIANA RAMOS DA SILVA	POS GRADUAÇÃO	08,0	5,5	1	12/01/1985
19.	34	EDITE CARDOSO	POS GRADUAÇÃO	08,0	5,5	0	23/02/1985
20.	46	ANA PAULA PILZ DE SOUZA	POS GRADUAÇÃO	08,0	5,0	2	18/05/1981
21.	51	ELAINE DEMÉTRIO	POS GRADUAÇÃO	08,0	5,0	1	26/05/1976
22.	69	ELIZETE MARTENDAL DOLSAN	POS GRADUAÇÃO	08,0	5,0	1	21/03/1978
23.	73	LUCIARA JULIA AVI	POS GRADUAÇÃO	08,0	4,5	2	09/10/1981
24.	105	ROSINHA SOARES	POS GRADUAÇÃO	08,0	4,5	1	18/11/1982
25.	125	MARILÉIA RENZI	POS GRADUAÇÃO	08,0	4,5	0	07/01/1985
26.	98	AMARILDA HAMES	POS GRADUAÇÃO	08,0	4,0	2	29/07/1973
27.	48	KELLY DA SILVA	POS GRADUAÇÃO	08,0	4,0	1	08/01/1987
28.	17	DEONILDE CLERIA PERRARO ALVES	POS GRADUAÇÃO	08,0	4,0	0	07/04/1975
29.	113	MARCIA TEREZINHA DELA JUSTINA	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	2	27/11/1969
30.	54	ANA ELISABETE AMORIM HOEPERS	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	1	14/09/1965
31.	118	EDINÉIA RENKEL	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	1	19/05/1981
32.	61	LUCIANA MACHADO	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	1	07/03/1983
33.	111	JOSELAINE MARIA PATERNO RENZI	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	0	29/06/1985
34.	53	ALANA JASPER ZUNINO	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,5	0	24/06/1986
35.	38	CLEUZA TEREZINHA MAY SEHNEM	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,0	1	12/04/1967
36.	127	MARILÉIA CUSTÓDIO DOS SANTOS	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,0	0	28/02/1971
37.	103	FABIANA FACHINI SCHEIDT	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,0	0	31/12/1980
38.	64	ALINE MICAELA SCHÄFER	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,0	0	01/08/1984
39.	49	EDITE BORGHEZAN ULLER	POS GRADUAÇÃO	08,0	3,0	0	09/08/1985
40.	22	MARLENE GERALDA KLEHM GASTÃO	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	1	01/05/1962
41.	81	MARIA BENTA BONACOLSI	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	0	12/02/1956

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 2/4
 Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
EDUCAÇÃO INFANTIL

Curso:
 9980 EDUCACAO INFANTIL

Disciplina:
 8 AREAS DE CONHECIMENTO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
42.	30	ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NIL	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	0	05/02/1978
43.	99	CARLA APARECIDA COELHO	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	0	07/03/1979
44.	110	MARILÉIA APARECIDA DA COSTA DOS	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	0	17/06/1980
45.	28	DAIANE GOEDERT DOS SANTOS	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,5	0	15/06/1988
46.	94	IRIA RITA MONTAGNA DEPINÉ	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,0	2	25/04/1972
47.	75	JOSEANE GÓES	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,0	2	23/09/1979
48.	25	KEIDIMA CÁSSIA DE MELLO GARDIÓLI	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,0	1	02/03/1978
49.	33	JULIANA DA SILVA RODRIGUES	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,0	0	16/05/1978
50.	80	RUBIA TAMIRES CAMPESTRINI	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,0	0	02/01/1988
51.	24	DAIANA VALIATI	POS GRADUAÇÃO	08,0	2,0	0	28/02/1989
52.	122	SALETI ALVES	POS GRADUAÇÃO	08,0	1,5	1	15/08/1986
53.	89	CÁTIA FOSTER	POS GRADUAÇÃO	08,0	1,0	2	14/09/1978
54.	50	MÔNICA RITA TONET	POS GRADUAÇÃO	08,0	1,0	1	23/07/1978
55.	90	LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT	POS GRADUAÇÃO	08,0	1,0	0	16/04/1981
56.	36	SOLANGE APARECIDA DEMETRIO	POS GRADUAÇÃO	07,5	15,0	1	13/04/1977
57.	63	JANAINA SENS EICHHOLZ	POS GRADUAÇÃO	07,5	0,5	1	11/03/1984
58.	45	KAUANA KARUZE DA SILVEIRA XAVIER	POS GRADUAÇÃO	06,5	5,5	2	26/11/1985
59.	67	ELENIR HOLLER	POS GRADUAÇÃO	04,5	19,0	0	10/06/1952
60.	27	MICHELE MARCELINO HARBS	POS GRADUAÇÃO	00,6	6,0	1	11/08/1981
61.	108	CLARINDA KÜSTER SOARES	POS GRADUAÇÃO	00,0	3,0	0	04/08/1986
62.	56	MERIANE DOS SANTOS	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	6,5	2	12/05/1982
63.	124	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	5,5	1	21/07/1970
64.	83	JANAINA ZANIS	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	4,5	0	12/10/1983
65.	47	ELIANE FRANCISCA DA SILVA	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	3,0	1	16/07/1982
66.	84	DANIELA PAUL	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	3,0	0	09/10/1987
67.	13	LUCIANE ELIAS CORRÊA	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,5	2	22/07/1973
68.	62	PATRICIA MELLO SORDT	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,5	2	10/10/1986
69.	12	ANELITA KNAUL	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,5	0	17/03/1965
70.	104	MARGARETE PINTO NASATO	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,5	0	06/09/1971
71.	92	KETRIN BOSCO	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,5	0	14/11/1985
72.	123	MARILÉIA LÜMKE	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,0	1	23/03/1973
73.	58	MARLENE FÁTIMA DE OLIVEIRA DA RO	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	2,0	0	04/09/1965
74.	19	JUCÉLIA SALES HEESCHS	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	1,0	1	12/09/1972
75.	55	ANDREZA DE OLIVEIRA	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	1,0	0	24/12/1975
76.	15	CINTIA LUSIA BATISTI	LIC. PLENA ESPECIFICA	08,0	0,0	1	01/10/1985
77.	32	ROZANI CAMARGO	LIC. PLENA ESPECIFICA	07,8	0,0	2	20/05/1975
78.	119	LUCIMAR CRISTINA ZIMMERMAN	LIC. PLENA ESPECIFICA	07,5	0,0	0	27/12/1986
79.	14	ANA PAULA SCOTINI	LIC. PLENA ESPECIFICA	06,0	0,0	0	21/03/1985
80.	21	EDELTRAUT ARAGÃO	LIC. PLENA ESPECIFICA	05,5	15,5	0	09/02/1962
81.	70	VIVIANE VIEIRA POSSAMAI	LIC. PLENA ESPECIFICA	03,3	6,5	2	06/03/1973
82.	96	DELCI APARECIDA MEURER MARCHI	LIC. PLENA ESPECIFICA	03,1	1,5	0	28/12/1963

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 3/4
 Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
EDUCAÇÃO INFANTIL

Curso:
 9980 EDUCACAO INFANTIL

Disciplina:
 8 AREAS DE CONHECIMENTO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
83.	88	ROSANE CRISTINA DE OLIVEIRA	LIC. PLENA ESPECIFICA	02,7	7,5	0	01/05/1976
84.	106	ALDEVANIA KÜHL CAETANO	LIC. PLENA ESPECIFICA	02,3	8,5	1	03/12/1981
85.	76	MARIA MARLENE FERRARI NASATO	LIC. PLENA ESPECIFICA	01,6	7,5	0	29/11/1959
86.	43	CATIANE APARECIDA BONISSONI	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,2	3,5	0	22/12/1986
87.	79	NEIVA WEISS	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,0	8,0	0	23/12/1971
88.	42	SANTILIA DOS ANJOS	LIC. PLENA ESPECIFICA	00,0	0,0	1	10/06/1971
89.	59	MARLI TATIANE KANTOVICK	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	08,0	5,5	2	20/03/1984
90.	93	GEANE KÜSTER PEREIRA	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	08,0	3,5	1	05/03/1986
91.	65	'CRISTIANE ODERDENG	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	08,0	2,0	0	21/11/1982
92.	41	JESSICA MAZZINI	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	08,0	1,0	0	10/12/1990
93.	128	CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	07,2	3,0	1	23/10/1972
94.	60	JOCEMARA BILL DE SOUZA	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	06,8	3,0	1	11/08/1981
95.	132	MAIARA DOS SANTOS	MAG. CUR LIC. PLE. ESP. AP 4ª	03,1	1,0	0	07/07/1988
96.	52	ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT	ENS MED CUR LIC PLE ESP 8F	08,0	1,5	1	25/07/1972
97.	16	VALQUIRIA CLASEN MOHR	ENS MED CUR LIC PLE ESP 8F	08,0	0,0	1	15/02/1983
98.	85	KÁTIA DE LIMA	MAGISTERIO	07,8	1,0	1	07/07/1987
99.	91	ANTONIA ARAUJO DE LIMA	MAGISTERIO	07,5	0,0	1	02/08/1968
100.	78	ANA PAULA DIECKMANN	MAGISTERIO	02,9	0,0	0	29/05/1988
101.	26	ADRIANA BUENO	MAGISTERIO	00,3	0,5	0	08/06/1978
102.	82	FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO	MAGISTERIO	00,0	3,0	2	30/07/1974
103.	68	IZABEL MÜLLER	MAGISTERIO	00,0	3,0	0	11/08/1966
104.	11	PATRÍCIA ELISÂNGELA BOGO	MAGISTERIO	00,0	1,5	2	25/03/1982
105.	74	CASSIA LEONORA DE SOUZA	MAGISTERIO	00,0	1,5	1	26/06/1986
106.	130	ELAINE DAS GRAÇAS LIMA PINHEIRO	MAGISTERIO	00,0	0,0	3	23/09/1966
107.	134	MARILEUSA APARECIDA CORRÊA	MAGISTERIO	00,0	0,0	3	28/03/1972
108.	87	MARIA DA CONCEIÇÃO APARECIDA CC	MAGISTERIO	00,0	0,0	0	05/11/1960
109.	72	ANDREIA SILVEIRA	MAGISTERIO	00,0	0,0	0	10/05/1980
110.	66	GISLAINE CAPISTRANO HUNTEMANN	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	1,5	1	30/07/1983
111.	35	BIANCA JANINE SCOZ	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	1,5	1	06/10/1996
112.	112	ALESSANDRA DE SOUZA	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	1,5	0	30/09/1989
113.	23	ROSANE VANESSA VANDRESEN	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	1,0	0	23/05/1988
114.	114	NACA CLAUDINO DOS SANTOS	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	0,0	1	18/09/1985
115.	133	PATRÍCIA STÜPP	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	0,0	0	24/01/1987
116.	120	LEILA MARA PINHEIRO	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	0,0	0	06/01/1988
117.	102	BRUNA RAFAELA FACHINI	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	08,0	0,0	0	02/03/1990
118.	40	FRANCIELE APARECIDA DE OLIVEIRA	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	04,7	0,0	0	08/11/1985
119.	31	DANUBIA SILVEIRA	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	04,0	0,0	0	26/03/1987
120.	86	JÉSSICA DEMÉTRIO MARTINS	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	02,2	0,5	0	25/07/1991
121.	117	DIANDRA ROCHA ZUCARELLI	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	00,7	0,0	0	12/04/1990
122.	126	MARLI DE ANDRADE	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	00,0	0,0	3	08/04/1977
123.	116	JUSSARA MACHADO DE OLIVEIRA	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	00,0	0,0	1	28/03/1981

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 4/4
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2011
EDUCAÇÃO INFANTIL

Curso:
9980 EDUCACAO INFANTIL

Disciplina:
8 AREAS DE CONHECIMENTO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Horas Curso (pts.)	Tempo Serv. (pts.)	Nº Filhos	Data Nasc.
124.	44	ALEKSSANDRA SIMONE DALMARCO Z/	ENS MED CUR LIC PLE ESP AP 4ª	00,0	0,0	1	03/10/1983

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



RESULTADO FINAL EDITAL 007/2011

Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 1/9

Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

16 TEATRO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	169	GISELI MARA POSSAMAI JASPER	F. SUP. CUR. DIS. ESP. 4F	08,0	11,0	0,0	0	22/03/1976
2.	167	BRUNA ALINE MORAES	F. SUP. SEM MAG. 8F LIC PL	00,0	4,0	0,0	0	03/11/1989
3.	166	NADIA REGINA ONORIO	INDEFERIDO	01,0	0,0	1,0	2	06/06/1979
4.	190	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER	INDEFERIDO	00,0	0,0	0,0	0	28/04/1983

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 2/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

30 EMPREENDEDORISMO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	189	ADRIANA ELISABETH ZIMMERMANN R/	F. SUPERIOR	08,0	19,0	0,0	1	06/10/1966
2.	185	GIOVANY DAROLT	F. SUPERIOR AREA AFIM	08,0	17,0	0,0	0	02/10/1988
3.	182	CARLOS ALBERTO ANGELO	F. SUPERIOR AREA AFIM	07,0	13,0	2,5	0	09/07/1981
4.	191	JULIANA SEMMER	F. SUPERIOR	00,0	8,0	0,0	0	27/05/1990
5.	180	PATRICIA ELISANGELA BOGO	F. SUPERIOR AREA AFIM	00,0	6,0	1,0	2	25/03/1982
6.	176	DAIANE REGINA BONI	F. SUP. SEM MAG. 8F LIC PL	00,0	4,0	0,0	0	30/08/1987

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 3/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

43 ARTESANATO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	170	GISELI MARA POSSAMAI JASPER	F. SUP. CUR. DIS. ESP. 4F	08,0	11,0	0,0	0	22/03/1976
2.	186	TATIANE JERUZA ODORIZZI	F. SUPERIOR	02,0	10,0	0,0	0	02/10/1987
3.	164	NADIA REGINA ONORIO	F. ENSINO MEDIO COM AP	01,0	1,5	1,0	2	06/06/1979
4.	188	CRISTIANE SCHMIDT OBERZINER	INDEFERIDO	00,0	0,0	0,0	0	28/04/1983

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 4/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

307 EDUCACAO FISICA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	183	VANESSA CAMPREGHER	F. SUPERIOR	08,0	19,0	3,0	0	05/03/1986
2.	181	VIVIANE GUBERT MIRANDA	F. SUPERIOR	01,0	9,0	0,0	2	27/05/1988
3.	179	CHARLES STÜEPP	F. SUP. COM MAG. 8F LIC PL	01,0	6,0	0,0	0	27/11/1985
4.	175	EDILSON HENRIQUE KOTH	F. SUP. CUR. DIS. ESP. 4F	00,0	3,0	0,0	0	09/12/1978

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 5/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

322 LINGUA ESTRANGEIRA-ITALIANO

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	163	MÔNICA RITA TONET	F. SUPERIOR AREA AFIM	03,0	12,0	1,0	1	23/07/1978

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 6/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

535 INFORMATICA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	168	EDINEI STOFELA	F. SUPERIOR	00,0	11,0	7,0	0	06/05/1973
2.	171	DRIELE VALIATI FEIFARECH	F. ENSINO MEDIO COM AP	00,0	0,5	0,0	0	29/10/1991

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 7/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

536 FILOSOFIA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	173	JOSEMIR ISIDORO KUSZKOWSKI	F. SUPERIOR AREA AFIM	00,0	6,0	6,0	0	07/04/1958

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 8/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

956 MATEMATICA FINANCEIRA

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	187	GIOVANY DAROLT	F. SUPERIOR AREA AFIM	08,0	17,0	0,0	0	02/10/1988
2.	162	GISLEINE FRANCIELE SCHWEITZER	F. SUP. CUR. DIS. ESP. 4F	06,0	9,0	0,0	0	25/01/1991
3.	174	ANA LUISA PITTELKOW	F. SUPERIOR	00,0	8,0	0,0	2	02/10/1976
4.	161	LUIZ CARLOS ALVES PINHEIRO	F. SUP. SEM MAG. 8F LIC PL	00,0	7,0	5,0	3	11/10/1963

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.





Prefeitura Municipal de Rio do Sul - SC
Secretaria Municipal de Educação

Página: 9/9
Data: 23/03/2011

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 07/2011
ESCOLA MODELO

Curso:

151 ENSINO FUNDAMENTAL - SERIES FINAIS

Disciplina:

1517 GESTAO EMPRESARIAL

Class.	Inscr.	Nome	Formação	Exp. Aperf. (pts.)	Total	Tempo Serv. (pts.)	Nº Fil.	Data Nasc.
1.	192	ADRIANA ELISABETH ZIMMERMANN R/	F. SUPERIOR	08,0	19,0	0,0	1	06/10/1966
2.	184	CARLOS ALBERTO ANGELO	F. SUPERIOR AREA AFIM	07,0	13,0	2,5	0	09/07/1981
3.	178	PATRICIA ELISANGELA BOGO	F. SUPERIOR	00,0	8,0	1,0	2	25/03/1982
4.	172	ANA LUISA PITTELKOW	F. SUPERIOR	00,0	8,0	0,0	2	02/10/1976
5.	193	JULIANA SEMMER	F. SUPERIOR	00,0	8,0	0,0	0	27/05/1990
6.	165	EDINEI STOFELA	F. SUP. SEM MAG. 8F LIC PL	00,0	7,0	7,0	0	06/05/1973
7.	177	DAIANE REGINA BONI	F. SUP. SEM MAG. 8F LIC PL	00,0	4,0	0,0	0	30/08/1987

OBS: Em caso de recurso o mesmo deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal de Rio do Sul nos dias 24 e 25 de março de 2011.



Salto Veloso

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.409

LEI Nº 1.409, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com o Município de Videira, e dá outras providências

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio, através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, com o Município de Videira, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a execução de projetos de atendimento do Município de Videira através da Casa Lar Menino Jesus, a crianças e adolescentes ameaçados de seus direitos fundamentais.

Art. 3º Caberá ao Município o repasse mensal de um salário mínimo vigente por criança e/ou adolescente abrigado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte classificação orçamentária:

14.00 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

14.01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

2.077 - Programa Assistência ao Menor

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso, 23 de março de 2011.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Geral de Planejamento

Decreto Nº 015/2011

Decreto n. 015/2011, de 21 de março de 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 1.399/2010, de 23 de dezembro de 2010 (Lei Orçamentária Anual).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar de R\$ 865.000,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil reais), nas classificações orçamentárias do orçamento vigentes abaixo discriminadas:

Conta Descrição Valor R\$

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

02.0207.15 URBANISMO

02.0207.15.451 INFRA-ESTRUTURA URBANA

02.0207.15.451.1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS

02.0207.15.451.1501.1056 CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E PASSEIOS

02.0207.15.451.1501.1056. 44900000.0183.0 088 APLICAÇÕES DIRETAS 445.000,00

02.0207.15.451.1501.1057 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS

02.0207.15.451.1501.1057. 44900000.0183.0 089 APLICAÇÕES DIRETAS 420.000,00

Art. 2º. Para equilíbrio orçamentário, fica suplementada a receita "Operações de Crédito Internas - Outros Programas", no valor de R\$ 865.000,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 3º. Para cobertura dos créditos suplementares abertos nos artigos anteriores serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação da respectiva operação de crédito, no montante de R\$ 865.000,00 (oitocentos e sessenta e cinco mil reais).

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário de Planejamento

Decreto Nº 016/2011

DECRETO N. 016/2011, de 21 de março de 2011

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA UG CÂMARA DE VEREADORES, POR CONTA DE REMANEJAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n. 1.407/2011, de 17 de março de 2011,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento do Poder Legislativo Municipal, no valor de R\$ 24.610,00 (Vinte e Quatro Mil Seiscentos e Dez Reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Conta Descrição

01 PODER LEGISLATIVO

01.0101 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01 LEGISLATIVA

01.0101.01.031 AÇÃO LEGISLATIVA

01.0101.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO

01.0101.01.031.0101.2001 MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.2001.40000000 DESPESAS DE CAPITAL

01.0101.01.031.0101.2001.44000000 INVESTIMENTOS

01.0101.01.031.0101.2001.44900000.0100.0 004 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.610,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito suplementar aberto no artigo anteriores serão anulados R\$ 24.610,00 (Vinte e quatro mil, seiscentos e dez reais), da seguinte dotação orçamentária vigente:

Conta Descrição

01 PODER LEGISLATIVO

01.0101 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.0101.01 LEGISLATIVA
01.0101.01.031 AÇÃO LEGISLATIVA
01.0101.01.031.0101 PROCESSO LEGISLATIVO
01.0101.01.031.0101.1002 NOVAS INSTALAÇÕES DA CAMARA DE VEREADORES
01.0101.01.031.0101.1002.40000000 DESPESAS DE CAPITAL
01.0101.01.031.0101.1002.44000000 INVESTIMENTOS
01.0101.01.031.0101.1002.44900000.0100.0 006 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.610,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PEDRINHO ANSILIERO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário Geral de Planejamento

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 1.928, de 23 de Março de 2011.

LEI Nº 1.928, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a forma de depósito, disciplina, coleta e destino de entulhos e resíduos domésticos e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS

Art. 1º Para efeitos desta lei, os resíduos são classificados conforme seu grau de periculosidade em:

I - Resíduos classe I: Perigosos, assim considerados aqueles que apresentam risco à saúde pública ou ao ambiente, caracterizando-se por possuir uma ou mais das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

II - Resíduos classe II: Não perigosos, subdivididos nas classes:

a) II-A: assim considerados aqueles não inertes podendo possuir propriedades como combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade.

b) II-B: assim considerados aqueles inertes, devendo não possuir nenhum dos seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade de águas.

CAPÍTULO II Das definições

Art. 2º Para os efeitos desta lei consideram-se as seguintes definições:

I - Resíduos domiciliares: todo material sólido ou semi-sólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado

inútil por quem o descarta em recipiente destinado a este ato, podendo ser, tanto materiais recicláveis quanto materiais orgânicos ou demais rejeitos, gerados nas atividades diárias, sendo:

a) Materiais recicláveis: todos os materiais que apresentam potencial de serem reintroduzidos no ciclo de produção. São considerados materiais recicláveis: papel, papelão, vidro, metais e plástico;

b) Materiais orgânicos: também chamados de lixo úmido compostos por matéria orgânica de fácil decomposição, como restos de cozinha, cascas de frutas e verduras, restos de alimentos, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, cinza;

c) Rejeitos: compostos por material originário de atividades sanitárias, como papel higiênico, guardanapos de papel, lenços de papel, absorventes, tocos de cigarros, fraldas descartáveis

II - Entulho: resíduos provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras, compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, resíduos de jardinagem como aparas de gramas, folhas, ervas daninhas, podas de árvores e arbustos e ainda o mobiliário inservível.

III - Resíduo sólido industrial: é todo o resíduo que resulte de atividades industriais e que esse encontre nos estados sólido, semi-sólido, gasoso - quando contido, e líquido - cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. Ficam excluídos desta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição;

IV - Resíduos comerciais: são todos aqueles resíduos que se produzem como consequência da atividade desenvolvida nos diferentes circuitos de distribuição de bens de consumo, sendo:

a) Resíduos comerciais orgânicos: também chamados de lixo úmido compostos por matéria orgânica de fácil decomposição, como restos de cozinha, cascas de frutas e verduras, restos de alimentos, borra de café, erva-mate, pó de limpeza caseira, cinza.

b) Resíduos comerciais inorgânicos:

1 - Resíduos comerciais inorgânicos recicláveis: todos os materiais que apresentam potencial de serem reintroduzidos no ciclo de produção. São considerados materiais recicláveis: papel, papelão, vidro, metais e plástico;

2 - Resíduos comerciais inorgânicos não recicláveis: todos os materiais que não podem ser reintroduzidos no ciclo de produção, por apresentarem características iguais ou semelhantes às aplicáveis aos resíduos sólidos industriais.

V - Resíduos de serviço de saúde: são todos aqueles resultantes de atividades exercidas nos serviços de atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de

atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares, que por suas características, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio a sua disposição final.

CAPÍTULO III DOS RESÍDUOS DOMICILIARES

Art. 3º Compete à Gerência de Serviços Públicos e Meio Ambiente, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, a coleta dos resíduos domiciliares definidos no inciso I, do artigo 2º, originado nas unidades unifamiliares e multifamiliares, localizadas no perímetro urbano.

§ 1º. Compete também à SDU, a coleta dos resíduos definidos nos incisos I e IV, alínea "a", do art. 2º, originados por estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviço, comerciais e industriais, cujos volumes produzidos por cada unidade geradora, ao dia, sejam passíveis de acondicionamento em recipientes de até 50 (cinquenta) litros.

§ 2º. Quando a quantidade de resíduos ultrapassar a quantidade de litros/dia de produção de resíduos, estabelecida no § 1º, deste artigo, em decorrência de atividade econômica, a coleta será realizada mediante pagamento de Taxa Adicional Proporcional ao Volume Excedente, prevista em Lei Complementar.

Art. 4º A cobrança referente à coleta regular de resíduos será realizada através de Taxa de Coleta de Lixo (TCL), instituída pela Lei Complementar Municipal nº 038, de 28/12/2001, de acordo com o disposto no artigo 26, da Lei Estadual nº 13.557/2005.
Parágrafo único. A Taxa de Coleta de Lixo e a Taxa Adicional Proporcional ao Volume Excedente, de que trata o caput deste artigo, terá seu valor acrescido à Fatura de Água e Esgoto emitida pela CASAN.

Art. 5º A coleta dos resíduos domiciliares discriminados na presente Lei poderá ser delegada pelo Município sob forma de terceirização a uma empresa especializada para fins de execução dos serviços, que se apresente dentro dos padrões requeridos no processo licitatório.

Art. 6º Todas as edificações devem dispor de local específico para apresentação dos resíduos à coleta, situado junto ao alinhamento frontal do imóvel, em local visível, na parte interna da propriedade, de modo a não obstruir o passeio público e facilitar o serviço de coleta.

§ 1º. Os proprietários de imóveis edificadas localizados no perímetro urbano terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação desta Lei, para se adaptar à determinação do caput deste artigo, devendo neste mesmo prazo retirar as atuais lixeiras sob pena de seu recolhimento ser realizado pelo Poder Público Municipal, sem qualquer direito ao proprietário de exigir o ressarcimento dos valores correspondentes ao bem removido.

§ 2º. Nas edificações multifamiliares ou localizadas junto ao limite do passeio, nas quais não seja possível a construção do coletor de resíduos, admitir-se-á a utilização de contentores móveis, homologados pelo Município, sendo expressamente vedado o uso do passeio para estacionamento dos mesmos fora do horário destinado à coleta.

§ 3º. A liberação do Alvará de Construção fica condicionada a apresentação, no ato da análise do projeto, do detalhamento do coletor de resíduos, sua capacidade e o volume de resíduos produzidos pelo imóvel.

§ 4º. A liberação do Alvará de Habite-se bem como do Alvará de

Licença de Funcionamento fica condicionada a verificação da existência de coletor de resíduos.

Art. 7º Nos logradouros de difícil acesso, a coleta regular domiciliar será tratada em conjunto com a comunidade para definição do local de apresentação dos resíduos à coleta, contendo orientação sobre os dias, frequência e horários das mesmas.

Art. 8º Os resíduos deverão, obrigatoriamente, estar acondicionados em embalagem plástica, devidamente fechada e, caso contenham cacos de vidro e objetos pontiagudos e cortantes estes deverão estar embrulhados em material resistente.

Art. 9º Somente serão recolhidos pelo serviço regular de coleta, os resíduos domiciliares que estiverem acondicionados em recipientes que estejam de acordo com as disposições desta Lei.

Parágrafo único. Os resíduos, devidamente acondicionados em embalagem plástica, deverão ser apresentados para coleta com, no máximo, duas horas de antecedência ao horário previsto para a coleta, sendo expressamente vedada a sua apresentação fora deste horário.

Art. 10. É obrigatória a manutenção, pelo proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel, da limpeza e conservação dos locais para apresentação dos resíduos para a coleta.

CAPÍTULO IV DOS ENTULHOS

Art. 11. Serão de inteira responsabilidade do estabelecimento gerador a coleta, transporte e destinação final dos entulhos, descritos no inciso II, do art. 2º, desta Lei.

Art. 12. As pessoas físicas ou jurídicas que necessitarem depositar entulhos, conforme descrito no inciso II, do art. 2º, desta Lei, em vias e nos logradouros públicos por curto espaço de tempo, deverão fazê-lo por meio de caçamba estacionária ou containers.

§ 1º. Entende-se por caçamba estacionária ou container, o recipiente metálico utilizado para o transporte de material sólido ou pastoso, com capacidade máxima de 5m³ (cinco metros cúbicos), cujas dimensões não poderão ser superiores a 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de largura, 2,60m (dois vírgula sessenta metros) de comprimento e 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura.

§ 2º. Nos equipamentos previstos neste artigo, é vedada a disposição de quaisquer outros resíduos, especialmente o depósito de animais mortos e de resíduos domiciliares, industriais e hospitalares.

§ 3º. Os equipamentos mencionados no caput deste artigo observarão as seguintes características mínimas:

I - ser fabricado com material metálico resistente;

II - possuir sistema de engate simples e adequado para acoplamento a veículo transportador;

III - possuir sinalização refletiva em cada uma de suas faces laterais;

IV - possuir identificação da empresa proprietária, com indicação de telefone e endereço, bem como do credenciamento junto ao município para a prestação do serviço.

§ 4º. O volume da carga não poderá ultrapassar às bordas do equipamento.

Art. 13. É vedado o uso de passeios públicos para fins de estacionamento de caçambas ou containers destinados à coleta de entulhos.

Art. 14. As caçambas ou containers serão estacionadas preferencialmente no interior do respectivo imóvel.

Art. 15. Verificada a impossibilidade de estacionamento na forma prevista no artigo anterior, as caçambas ou containers poderão ser estacionados em frente ao imóvel, sobre o leito da via pública, devendo ser posicionados há uma distância mínima de 30cm (trinta centímetros) da ciclovia ou, quando esta inexistente, do meio-fio, em sentido longitudinal paralelo à via, observando-se ainda as disposições aplicáveis ao estacionamento de veículos, previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de estacionamento em frente ao imóvel, o contratante do serviço deverá manter contato com o Poder Público que indicará outro local para estacionamento.

Art. 16. A prestação de serviço de coleta de entulhos será regulamentada por decreto do Chefe do Poder Executivo, e somente poderá ser realizada por empresa credenciada junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano.

Art. 17. O credenciamento das empresas prestadoras de serviços de coleta e disposição final de entulhos observará as seguintes condições:

I - regularidade de constituição formal da empresa requerente;

II - comprovação da propriedade dos equipamentos necessários à prestação dos serviços;

III - comprovação de licenciamento junto aos órgãos ambientais, especialmente no que tange à disposição final dos resíduos.

IV - comprovação de disponibilidade de Ponto de Entrega Voluntária - PEV para pequenos volumes de entulho.

V - comprovação de disponibilidade de local destinado à disposição dos entulhos recolhidos.

CAPÍTULO V DOS RESÍDUOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E DE SAÚDE

Art. 18. Serão de inteira responsabilidade do estabelecimento gerador a coleta, transporte e destinação final de resíduos comerciais e industriais, descritos nos incisos III e IV, do art. 2º, que apresentem características que permita classificá-los como resíduos de classe I e II-A, bem como os resíduos do serviço de saúde descritos no inciso V, do artigo 2º.

§ 1º. A coleta e disposição dos resíduos de que trata o presente artigo, dar-se-ão pela contratação de empresa especializada a ser levada a efeito diretamente pelo responsável pelo estabelecimento gerador.

§ 2º. Os estabelecimentos geradores comprovarão, anualmente, por ocasião da renovação do Alvará de Localização e Funcionamento, a contratação de empresa licenciada pelos Órgãos Ambientais, para coleta e disposição final dos resíduos por ela produzidos, e a efetiva prestação dos serviços no exercício anterior.

CAPÍTULO VI DAS PROIBIÇÕES

Art. 19. Ficam expressamente proibidos:

I - a disposição indiscriminada de resíduos bem como entulhos em locais não autorizados pelo órgão municipal competente;

II - a queima de resíduos e entulhos a céu aberto;

III - o lançamento de resíduos e entulhos em corpos d'água, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços e fontes d'água;

IV - o preenchimento de fundos de vale por resíduos e entulhos;

V - varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos ou para o leito dos mesmos;

VI - conduzir em veículos abertos, materiais que possam, sob incidência de vento ou trepidações, comprometer o asseio das vias públicas;

VII - depositar em vias públicas, lixos, entulhos, materiais velhos ou qualquer detritos;

VIII - a retirada de materiais ou entulhos provenientes de construção de prédios sem o uso de instrumentos adequados, como canaletas ou outros que evitem a queda dos referidos materiais nos logradouros.

Art. 20. Fica expressamente proibida a disposição, junto aos resíduos domiciliares, de qualquer material que não corresponda à definição do art. 2º, inciso I, desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de não serem atendidas as determinações previstas no caput deste artigo, os resíduos não serão recolhidos até que estes passem a estar dispostos de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei, sem prejuízo da aplicação da multa prevista pela infração.

CAPÍTULO VII DAS MULTAS

Art. 21. O não cumprimento das prescrições desta lei por parte dos proprietários ou possuidores dos imóveis implicará na aplicação das seguintes sanções, observado o disposto no artigo 22 desta Lei:

I - quando se verificar que, mesmo sendo possível, a edificação não dispõe de local específico para apresentação dos resíduos à coleta:

a) MULTA: 02 UFRM (duas Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: proprietário do imóvel;

II - quando se verificar que a edificação dispõe de local específico para apresentação dos resíduos à coleta não localizada junto ao alinhamento frontal do imóvel, em local visível e na parte interna da propriedade, ou que apresente estado de conservação e limpeza inadequados:

a) MULTA: 01 UFRM (uma Unidade Fiscal de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: proprietário do imóvel;

III - quando se verificar a utilização de contentor não homologado pelo Município, para oferta dos resíduos à coleta:

a) MULTA: 01 UFRM (uma Unidade Fiscal de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: infrator;

IV - apresentar os resíduos à coleta não acondicionados em embalagem plástica, devidamente fechada ou, quando contendo

objetos pontiagudos e cortantes não estejam estes devidamente embrulhados em material resistente, ou ainda quando a embalagem contiver conteúdo diverso do previsto no art. 2º, inciso I e art. 20 desta Lei.

a) MULTA: 01 UFRM (uma Unidade Fiscal de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: infrator;

V - apresentar resíduos à coleta com antecedência superior a duas horas do horário previsto para a coleta:

a) MULTA: 01 UFRM (uma Unidade Fiscal de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: infrator;

VI - depositar entulhos nas vias públicas:

a) MULTA: 10 UFRM (dez Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: infrator;

VII - quando se verificar que o estabelecimento gerador de resíduos comerciais e industriais, descritos no art. 2º, incisos III e IV, de classe I e II-A, e resíduos do serviço de saúde, descritos no art. 2º, inciso V, não tenha realizado a coleta, transporte e destinação final de resíduos, na forma prevista no art. 18 desta Lei:

a) MULTA: 20 UFRM (vinte Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: estabelecimento gerador;

VIII - utilizar passeios públicos para fins de estacionamento de caçambas ou containers destinados à coleta de entulhos, ou estacionar container ou caçamba na via pública desrespeitando o afastamento mínimo de 30cm da ciclovia ou do meio-fio, em sentido não longitudinal e paralelo à via, ou ainda com desrespeito às disposições aplicáveis ao estacionamento de veículos:

a) MULTA: 05 UFRM (cinco Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

IX - quando se verificar nas caçambas estacionárias ou container a falta de identificação da empresa prestadora de serviços, telefone, endereço e credenciamento junto ao município para a prestação do serviço:

a) MULTA: 05 UFRM (cinco Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

X - quando se verificar que o volume da carga ultrapassa às bordas do container ou caçamba:

a) MULTA: 05 UFRM (cinco Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço;

XI - quando se verificar que a empresa prestadora de serviços não é credenciada junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano:

a) MULTA: 10 UFRM (dez Unidades Fiscais de Referência Municipal);

b) RESPONSÁVEL: prestador do serviço

Parágrafo único. Na hipótese de reincidência das infrações descritas no caput deste artigo, será aplicada multa correspondente ao dobro do valor previsto para a respectiva infração.

Art. 22. O Agente Fiscal do Município, observando o descumprimento da presente Lei, lavrará notificação preliminar, concedendo o prazo máximo de 3 (três) dias úteis, para que o responsável providencie a regularização por meio do restabelecimento da situação anterior.

Parágrafo único. Expirado o prazo previsto no caput, sem o atendimento das exigências legais será então lavrado auto de infração, aplicando-se a multa prevista no artigo 21 desta Lei.

Art. 23. Aplicada a multa, o infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias para realizar o recolhimento do valor referido aos cofres públicos, decorrido este prazo, o débito será devidamente inscrito em dívida ativa do Município.

Art. 24. Depois de consumada a inscrição em dívida ativa do débito, o contribuinte terá ainda sessenta dias para regularizar sua obrigação perante o Fisco Municipal. Decorrido este prazo, o Município enviará os dados do contribuinte inadimplente para inscrição junto ao SERASA - Centralização dos Serviços dos Bancos S.A, aplicando-se, no que couberem, as regras previstas no Decreto Municipal 3.905, de 15 de julho de 2009.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Compete ao município a fiscalização da correta destinação final de resíduos de qualquer natureza, sujeitando os infratores às punições previstas na presente Lei.

Art. 26. Os geradores dos resíduos, de qualquer natureza, serão responsáveis pela separação dos materiais recicláveis, cuja coleta, transporte e destinação final serão regularizados por legislação específica.

Art. 27. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 28. Ficam revogados os incisos I, II, IV e V, do artigo 28 e artigos 33, 35, 38, 39 e seus §§ 1º e 2º e 40, ambos da Lei nº 387, de 22 de agosto de 1983.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.929, de 23 de Março de 2011.

LEI Nº 1.929, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito adicional, anulação de dotações no orçamento programa de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.925, de 07/01/2011 e Lei Federal nº 4.320 de 1964, art. 43, §1º, inciso III, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar, anulação de dotações, no valor de até R\$ 256.000,00 (duzentos e

cinquenta e seis mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.13.392.4505.2.018.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 63 Aplicação Direta R\$ 6.000,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 14 Aplicação Direta R\$ 150.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 61 Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964 e Lei Municipal nº 1.842, de 27/11/2009:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.13.392.4505.2.018.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 31 Aplicação Direta R\$ 6.000,00

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.1.042.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 20 Aplicação Direta R\$ 50.000,00
09.01.15.451.4511.1.045.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 19 Aplicação Direta R\$ 50.000,00
09.01.15.451.4511.2.039.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 10 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

10.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
10.01.20.606.4508.1.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 56 Aplicação Direta R\$ 50.000,00
10.01.20.606.4508.1.015.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 56 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.930, de 23 de Março de 2011.

LEI Nº 1.930, DE 23 DE MARÇO DE 2011.
Autoriza a incorporação da vantagem nominalmente identificável instituída pela Lei nº 733, de 15 de abril de 1992 e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A vantagem pessoal nominalmente identificável, instituída pela Lei nº 733, de 15 de abril de 1992, fica incorporada definitivamente ao respectivo vencimento de cada servidor beneficiado, cujos vencimentos passam a vigorar conforme valores consignados no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da

presente Lei, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

LEI Nº 1.930, DE 23 DE MARÇO DE 2011.

SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO	VANTAGEM NOMINALMENTE IDENTIFICÁVEL	VENCIMENTO TOTAL
Isiderio Luiz Moretto	Assistente de Obras e Serviços	R\$ 1.420,48	R\$ 735,55	R\$ 2.156,03
Lauri Alberto Centenaro	Fiscal de Tributos e Obras	R\$ 2.036,13	R\$ 21,92	R\$ 2.058,05
Nereu Pereira da Silva	Agente de Manutenção e Conservação	R\$ 709,54	R\$ 61,13	R\$ 770,67
Valdemar Bekhauser	Assistente de Obras e Serviços	R\$ 1.398,00	R\$ 520,42	R\$ 1.918,42
Vânia Antonia G. Baldissera	Técnico em Atividade Econômica e Financeira	R\$ 1.805,35	R\$ 108,12	R\$ 1.913,47

São Lourenço do Oeste, SC, 23 de março de 2011.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Retificação Processo 39/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, TORNA PÚBLICO o seguinte:

I - Ficam RETIFICADOS os itens 4.5 E 5.1.2, DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 35/2011, CONCORRÊNCIA Nº 01/2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"4.5 - A proposta deverá conter valores numéricos, observando-se o valor da tarifa máxima (constante do Anexo I), levando-se em conta o critério de julgamento: MENOR TARIFA;"

"5.1.2 - Proposta - A comissão abrirá os envelopes de proposta dos proponentes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente com os fatores e critérios estabelecidos neste edital. Será vencedor o licitante que apresentar o MENOR VALOR DE TARIFA, observando-se o Anexo I deste edital." Maiores Informações através do e-mail: licitações@saolourenco.sc.gov.br, ou através dos telefones: 049 3344-8588 e 3344-8564.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA MUNICIPAL

Portaria n.º 163/2011

PORTARIA n.º 163/2011
Exonera KARIELI CRISTINA DA SILVA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar KARIELI CRISTINA DA SILVA do cargo de Professor II, contrato de trabalho nº. 021/2011.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de março de 2011.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2011.

Timbó

PREFEITURA MUNICIPAL

Lei Nº 2506, de 22 de Março de 2011

LEI Nº 2506, DE 22 DE MARÇO DE 2011

Fixa normas para execução de serviço de TÁXI no Município de Timbó e dá outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA

Art. 1º O Transporte Individual de Passageiros no Município de Timbó, em veículos de aluguel providos de Taxímetro, constitui serviço de utilidade pública, a ser executado mediante permissão, outorgada pelo Poder Executivo Municipal, através de seu órgão competente, tendo por finalidade servir ao público, prevenindo a formação de monopólio, concorrência ruinosa e outras práticas contrárias ao interesse geral.

§ 1º O serviço será regido pelos preceitos contidos nesta norma, cabendo ao executivo, através de seus órgãos, a adoção dos atos necessários a garantir sua aplicação.

§ 2º A Permissão será por prazo indeterminado, podendo ser revogada nos termos estabelecidos nesta lei.

CAPÍTULO II

DA PERMISSÃO MEDIANTE LICITAÇÃO

Art. 2º Os interessados na exploração do serviço de TÁXI, submeter-se-ão a processo de licitação a ser elaborado e coordenado pelo Poder Executivo Municipal, após os estudos necessários a sua realização, obedecendo aos princípios contidos nesta lei, bem como na Lei Complementar nº 256 de 22 de Dezembro de 2003, e nas Leis Federais nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações.

Seção I

Das pessoas que podem obter a Permissão

Art. 3º Poderão obter Permissão para exploração de transporte de passageiros por meio de TÁXI:

I - A sociedade cooperativa ou pessoa jurídica constituída sob a forma de empresa comercial para execução daquele serviço;

II - A pessoa física, motorista profissional autônomo habilitado em categoria compatível com a do veículo que irá prestar o serviço.

Parágrafo único. Com exceção da Sociedade Cooperativa, fica limitada a 5(cinco) Permissões de TÁXI para as demais pessoas jurídicas e de 1 (uma) Permissão para Pessoa Física.

Art. 4º Dentre outras exigências que o Processo Licitatório poderá impor, deverá a pessoa jurídica que pretender obter a Permissão satisfazer, no mínimo, as seguintes exigências:

I - Estar legalmente constituída, sob a forma de empresa comercial ou sociedade cooperativa, do ramo de atividade de transporte individual de passageiros;

II - Não possuírem os sócios e no caso de sociedade anônima, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, antecedentes criminais;

III - Ser proprietária de veículo(s), nas condições desta lei;

Parágrafo único Para fins desta Lei, a frota da cooperativa poderá ser composta de veículos em nome próprio ou de seus associados.

Art. 5º A Pessoa Física que pretender participar do procedimento licitatório deverá comprovar, dentre outros requisitos:

I - Ser proprietário de veículo, nas condições desta lei;

II - Não possuir antecedentes criminais;

III - Ser maior de vinte e um anos;

IV - Estar habilitado na categoria correlata ao veículo a ser conduzido, há no mínimo dois anos.

Seção II

Das proibições para exploração do serviço de TÁXI

Art. 6º Fica proibida a Permissão para exploração do serviço de Táxi:

I - Aos revendedores de veículos;

II - A servidores públicos federais, estaduais ou municipais;

III - Para empresa que já estiver explorando o serviço de transporte individual de passageiros neste Município e que contar com o limite máximo de 5 (cinco) vagas vigentes no sistema.

IV- Para pessoa física já permissionária de uma vaga vigente no sistema, durante o prazo de vigência da respectiva permissão.

§ 1º A proibição de que trata este artigo se estende à pessoa jurídica que tenha sócio ou, no caso de sociedade anônima, membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal que seja servidor público federal, estadual ou municipal, ou que participe de outra empresa que já explore o serviço de transporte individual de passageiros neste Município.

§ 2º A proibição de que trata o inciso III deste artigo não se estende à pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade cooperativa.

Seção III

Do Contrato de Permissão

Art. 7º O Contrato de Permissão é o documento expedido pelo Poder Executivo Municipal, imprescindível para a inscrição no Cadastro Municipal de Prestadores de Serviço de Táxi e expedição do competente "Alvará de Permissão".

Parágrafo único. O Contrato de Permissão será elaborado pelo

Poder Executivo e deverá observar dentre outras normas aplicáveis a espécie, as obrigações descritas na presente lei.

TÍTULO II DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI

CAPÍTULO I DAS INSCRIÇÕES NO CADASTRO MUNICIPAL

Art. 8º Para que o permissionário possa dar início a suas atividades, deve impreterivelmente efetuar seu cadastro na condição de permissionário junto ao órgão competente do poder executivo municipal, bem como de seus condutores, a fim de obter os respectivos documentos estabelecidos nesta lei e legislação correlata, atendendo aos requisitos mínimos estabelecidos neste capítulo.

Parágrafo único. Somente poderá laborar como condutor de táxi, na condição de empregado ou autônomo, a pessoa física que atenda aos requisitos constantes desta lei.

Seção I Do Alvará de Permissão para exploração do serviço de TÁXI

Art. 9º Para obtenção do Alvará de Permissão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros a taxímetro, o permissionário deverá instruir o pedido com os seguintes documentos:

- I - Contrato de Permissão;
- II - Certidão Negativa de Tributos Municipais, Estaduais e Federais;
- III - Cópia do(s) Certificado(s) de Registro(s) e Licenciamento(s) Veicular (CRLV) do(s) Veículo(s), conforme o caso, a ser(em) utilizado(s) no serviço, Licenciado no Município de Timbó e registrado em nome do interessado na categoria "aluguel";
- IV - Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal;
- V - Comprovante de recolhimento das Taxas inerentes à emissão do "Alvará de Licença"

§ 1º Caso o Permissionário for Pessoa Jurídica, será exigido ainda:

- a) Cópia do Contrato Social da Empresa, contendo a atividade de Transporte Individual de Passageiros;
- b) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Alvará Sanitário;
- d) Alvará Localização.

§ 2º - Caso o Permissionário for profissional autônomo, será exigido também:

- a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Art. 10. O "Alvará de Permissão" constitui documento identificador da permissão para a exploração do serviço de Táxi, concedida pelo órgão competente, conferindo individualmente ao veículo aprovado para execução do serviço e de porte obrigatório.

Art. 11. O "Alvará de Permissão" será impresso em papel inviolável, e deverá conter, no mínimo:

- I - Número da Permissão;
- II - Número, local e categoria do ponto de estacionamento;
- III - Nome e endereço do permissionário;
- IV - Características do veículo;
- V - Número do taxímetro;
- VI - Número da placa do veículo e do certificado do registro do veículo;
- VII - Designação do associado que irá fornecer os serviços específicos da Permissão, no caso de o Permissionário estar constituído sob a forma de sociedade cooperativa.

Art. 12. O Alvará será expedido anualmente ou sempre que ocorrer

alteração nas condições da Permissão.

Art. 13. Aplica-se à expedição do alvará as regras constantes na Lei Complementar nº 142/1998, inerente às licenças para localização e funcionamento aos prestadores de serviço no município.

Seção II Das Inscrições no Cadastro Municipal de Condutores de TÁXI

Art. 14. Entende-se por condutor o motorista profissional que exerce a atividade de condução de táxi, através de cadastro prévio junto ao órgão permitente.

Art. 15. Os inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de Táxis serão classificados por categorias, na seguinte conformidade:

- I - Condutor Permissionário;
- II - Condutor Empregado de Permissionário;

Parágrafo Único - Na categoria de condutor permissionário estão incluídos os condutores associados e designados pela sociedade cooperativa autorizada.

Art. 16. São requisitos para o exercício da função de condutor de veículo destinado ao transporte individual de passageiros:

- I - Ser habilitado em categoria compatível com o veículo e sem restrição para o serviço remunerado;
- II - Não ter defeito físico incompatível com a função;
- III - Não possuir antecedentes criminais, especialmente quanto aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores;
- IV - Ser aprovado em avaliação prévia de conhecimentos técnicos elaborada pelo permitente, nos termos desta lei.

Art. 17. Na avaliação de conhecimento técnico será considerado, no mínimo, os seguintes conhecimentos:

- a) Legislação de Trânsito e Transporte aplicáveis à função;
- b) Direção Defensiva;
- c) Primeiros Socorros;
- d) Noções de Turismo da Região.

§ 1º. Considerar-se-á aprovado o motorista profissional que apresentar um número mínimo de 70% (setenta por cento) das respostas corretas.

§ 2º. O condutor que não obtiver a pontuação necessária para a aprovação, terá o prazo de trinta dias para regularizar sua situação e tentar novamente, sob pena de perda do direito de condução do veículo, devendo na hipótese de condutor permissionário, para dar continuidade a esta condição, apresentar condutor devidamente capacitado e registrado junto ao órgão municipal competente.

Art. 18. O condutor regularmente aprovado e inscrito no cadastro municipal receberá uma "Credencial de Condutor de Táxi", de uso obrigatório, nos moldes disciplinados em regulamento próprio.

Art. 19. O condutor empregado de permissionário devidamente inscrito, que pretender exercer os serviços para outra permissionária que não aquela em que se encontra registrado, deverá comunicar formalmente o órgão permitente, juntando em seu requerimento carta de apresentação da permissionária a quem pretende prestar serviços, bem como comunicado de desligamento da permissionária onde se encontrava registrado.

Art. 20. É vedado ao condutor empregado de permissionário prestar serviço concomitantemente a mais de uma permissionária.

Art. 21. Deverá ser comunicada ao Permitente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer alteração nos dados

constantes da ficha de inscrição.

Art. 22. A inscrição no Cadastro Municipal de condutores de Serviço de Táxi tem validade de doze (12) meses, renováveis por iguais e sucessivos períodos, desde que atendidas as prescrições desta lei.

CAPÍTULO II DOS VEÍCULOS, EQUIPAMENTOS E VISTORIAS

Seção I Dos Veículos

Art. 23. Os veículos utilizados no serviço definido nesta lei deverão ser da categoria automóvel, quatro portas, com capacidade para até sete (07) pessoas, incluindo o motorista, e encontrar-se em bom estado de conservação, funcionamento, segurança, higiene e:

I - Satisfazer as exigências do Código Nacional de Trânsito e legislação correlata vigente;

II - Ser de fabricação não superior a 8 (oito) anos;

III - Além dos equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito, os veículos deverão estar equipados com:

- a) taxímetro ou aparelhos registradores com impressora, em modelo aprovado, devidamente aferidos e lacrados pela autoridade competente;
- b) caixa luminosa com a palavra "TÁXI", sobre o teto, dotada de dispositivo que possibilite o apagar de sua luz, quando acionado o taxímetro.

IV - Conter nos locais indicados, bem visível e na forma determinada pelo Permitente:

- a) nome do condutor e número de sua inscrição no Cadastro Municipal de Condutores de táxis;
- b) marca do veículo e número da placa;
- c) razão social e nome fantasia da empresa permissionária, bem como o número de sua Permissão;
- d) Alvará de Permissão;
- e) horário de utilização das bandeiras;
- f) informação para reclamação, com a sigla do poder permitente e respectivo telefone;

V - possuir cor branca, bem como comunicação visual através de material adesivo conforme padrão regulamentado pelo Executivo;

§ 1º É vedada a instalação de GNV (Gás Natural Veicular) em veículos com porta malas que não reservem no mínimo 190 (cento e noventa) litros, para acomodar as bagagens dos passageiros, com o banco na posição normal, aplicando-se a mesma proibição aos veículos com instalação do GNV original de fábrica.

§ 2º É vedada a utilização de qualquer referência de conotação político/partidária no veículo.

Seção II Da Utilização do Taxímetro ou Aparelhos Registradores

Art. 24. A utilização do taxímetro ou aparelhos registradores deverá obedecer ao seguinte:

- I - O taxímetro será instalado à direita do motorista, em posição que permita do interior, a leitura pelos passageiros;
- II - O taxímetro será aferido pelo INMETRO ou por entidade por ele credenciada, a qualquer tempo ou a critério do Permitente e, obrigatoriamente, para emissão ou renovação do Alvará de Permissão;
- III - O taxímetro só poderá ser retirado do lugar, alterado ou

modificado, com expressa autorização do INMETRO e do Permitente.

Seção III Das Vistorias

Art. 25. Sem prejuízo da vistoria inicial e das realizadas pela repartição de trânsito competente, os veículos e seus equipamentos serão vistoriados anualmente conforme calendário definido pelo Permitente, ou ainda, quando este reputar necessário, devendo o permissionário acudir à convocação, levando o veículo na hora e local determinado.

Art. 26. O veículo que não atender às condições previstas nesta lei será retirado de circulação e somente poderá retornar ao trabalho se aprovado em nova vistoria.

Seção IV Da Substituição dos Veículos

Art. 27. Os permissionários dos serviços de táxi deverão substituir os seus veículos, até o mês em que os mesmos completarem 06(seis) anos de fabricação.

§ 1º Excepcionalmente, este prazo poderá ser prorrogado por período não superior a um (01) ano e após aprovação em vistoria especial.

§ 2º Nos casos de acidente, roubo, incêndio e outros que apresentem dano que inabilitem o uso do veículo para os serviços de TÁXI, o Permitente poderá autorizar a substituição provisória por outro veículo, com, no máximo, 06 (seis) anos de fabricação, por período pré-determinado.

§3º Na eventualidade de substituição definitiva de veículos com vida útil não vencida, o substituto deverá possuir, no mínimo, os requisitos exigidos por esta lei. OK

§ 4º Ocorrendo a substituição definitiva do veículo, o permissionário deverá apresentar o comprovante de baixa do veículo anterior nos registros da repartição de trânsito.

CAPÍTULO III DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 28. Os pontos de estacionamento serão de três (03) categorias:

- I - Privativo, destinado, exclusivamente, ao estacionamento de veículos para ele designados;
- II - Livre, destinado à utilização por qualquer TÁXI, observada a quantidade de vagas fixadas;
- III - Provisório, destinado a atender necessidades ocasionais, cuja existência terá duração limitada, podendo ser utilizado nos moldes definidos pelo Permitente.

Art. 29. Os pontos de estacionamento de TÁXI serão fixados em função do interesse público e da conveniência administrativa, com as seguintes especificações:

- I - Categoria;
- II - Localização;
- III - Número de ordem;
- IV - Os tipos de veículos que nele poderão estacionar;
- V - A quantidade máxima de veículos;
- VI - Condições especiais;
- VII - A escala, de forma a manter o serviço normal e ininterrupto.

Art. 30. Qualquer ponto de estacionamento poderá a qualquer tempo e a juízo do Permitente ser extinto, transferido, aumentado ou diminuído na sua extensão, ser transformado de ponto fixo

para livre, modificando sua categoria e número de ordem, transferindo os veículos do ponto extinto para outro ponto da mesma categoria onde comprovada a necessidade, bem como reduzido ou ampliado o limite de veículos permitidos nele estacionar, preservado o direito, do permissionário de origem, a um ponto de táxi de mesmo nível de frequência de usuários.

Art. 31. O TAXI deverá permanecer estacionado apenas nos pontos previamente estabelecidos.

Art. 32. Os pontos de categoria privativos serão fixos, com instalações padronizadas, contendo:

- I - Sinalização horizontal e vertical;
- II - Abrigo de espera para os usuários quando tecnicamente necessário/possível e conveniente.

Parágrafo único. Cabe ao Permitente arcar com as despesas relacionadas à implementação da sinalização e, quando necessário, a edificação do abrigo, sendo a manutenção deste último por encargo exclusivo do(s) permissionário(s), vinculado(s) ao ponto.

Art. 33. Cada ponto poderá ter o seu regulamento interno, elaborado por seus membros em consonância com as diretrizes definidas pelo Permitente, em observância a presente Lei.

Art. 34. Para o remanejamento dos permissionários, serão observados, no mínimos, os seguintes critérios:

- I - pontos da mesma categoria;
- II - tempo de serviço, como permissionário no ponto indicado para transferência, a outro ponto;
- III - consultar os permissionários dos pontos mais próximos do local do destino do remanejamento;
- IV - antecedentes funcionais.

§ 1º O permissionário poderá ser remanejado para outro ponto existente da mesma categoria, quando houver necessidade de deslocamento em caso de obras municipais, e civis, quando o local se tornar impróprio para a prestação do serviço dificultando o acesso de outros veículos, ou em casos de pedidos através de ofícios, após estudos realizados pelo Permitente, respeitando-se a ordem de antiguidade por serviços prestados nesta atividade.

§ 2º O Permitente manterá atualizada a relação dos permissionários, classificando-os por tempo de serviço prestado.

§ 3º O permissionário será consultado por escrito quanto ao interesse em ocupar a vaga de ponto já existente, cabendo manifestar-se também por escrito, no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data do recebimento da correspondência oficial.

§ 4º Havendo interesse em ocupar determinada vaga, o Permitente fará a homologação e efetuará o remanejamento devendo o permissionário ser inscrito na relação por Antiguidade, como último classificado.

§ 5º A vaga ocupada até então pelo permissionário transferido, será objeto de procedimento licitatório, ou extinta no caso de estar além do necessário.

§ 6º Não havendo qualquer manifestação no prazo determinado ou não havendo interesse em ocupar a vaga, será caracterizada a desistência da mesma, passando o Permitente a consultar o permissionário imediatamente mais antigo no serviço.

§ 7º Fica proibida a transferência ou permuta de veículos de um ponto para outro, salvo com expressa e fundamentada autorização do Permitente.

Art. 35. O serviço de TÁXI deverá estar disponível para a comunidade nas 24 horas do dia, cabendo aos permissionários a garantia deste serviço, podendo para tanto se organizarem em sistema de rodízio de atendimento, conforme regulamento próprio a ser expedido pelo poder executivo.

CAPÍTULO IV DAS OBRIGAÇÕES DOS PERMISSIONÁRIOS E CONDUTORES

Seção I Dos Permissionários

Art. 36. Expedido o Alvará de Permissão, os Permissionários serão obrigados a:

- I - Dispor, de veículo(s), nas condições desta lei;
- II - Manter o(s) veículo(s) em boas condições de tráfego;
- III - Manter sistema de controle operacional do(s) veículo(s) que permita informar ao Permitente, qual o condutor que, em determinado dia e horário encontrava-se ao volante do veículo;
- IV - Manter atualizados a contabilidade, dados estatísticos e outros que forem solicitados pelo Permitente, para fins de controle;
- V - Atender às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas, fornecendo esses dados, quando solicitados para fins de fiscalização;
- VI - Registrar condutores em número, pelo menos, igual à quantidade de veículos da frota;
- VII - Entregar ao Permitente relação de condutores registrados e mantê-la atualizada;
- VIII - Manter sempre atualizado o Alvará de Licença e cadastro dos condutores empregados, renovando-os nos prazos previstos e providenciando o imediato cancelamento nos casos respectivos;
- IX - Requerer autorização prévia para toda e qualquer alteração ou substituição pretendida;
- X - Comunicar ao Permitente em sete (07) dias, no máximo, as alterações contratuais ou as mudanças de membros da Diretoria, bem como, as de localização da sede, escritório e área destinada ao estacionamento dos veículos, no caso de pessoa jurídica, e o endereço residencial no caso de pessoa física;
- XI - Estabelecer escalas de forma a manter em serviço durante os finais de semana e feriados;
- XII - Não paralisar os serviços de táxi;
- XIII - Controlar e fazer com que seus empregados ou prepostos cumpram rigorosamente as disposições da presente lei;
- XIV - Apresentar os veículos para vistoria técnica, comprometendo-se a sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado;
- XV - Na condução do veículo, manter apenas motorista profissional inscrito no Cadastro Municipal de Condutores;
- XVI - Utilizar no veículo somente o combustível aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo;
- XVII - Manter cópias das atas de designação de associados condutores, no caso de sociedade cooperativa;

Art. 37 No caso de sinistro ou outro defeito que impossibilite o uso do veículo, o permissionário poderá efetuar a substituição temporária por outro veículo que esteja de acordo com todas as exigências expressas nesta Lei, pelo período de 30 dias, prorrogável por igual; podendo, também, substituir temporariamente o condutor do veículo, quando este estiver sem condições para dirigi-lo, pelo mesmo período mencionado neste item, devendo o permissionário arcar com todas as responsabilidades advindas desta substituição.

Seção II Dos Condutores

Art. 38. Além de observar as prescrições da Legislação de Trânsito, são deveres do condutor de TÁXI:

- I - portar os seguintes documentos sempre que em serviço ou trafegar com o veículo:
 - a) Alvará de Permissão;

b) Credencial de Condutor de Táxi;
 c) Cartão de Vistoria de Táxi;
 d) Comprovante de Aferição do Taxímetro;
 e) Carteira Nacional de Habilitação;
 II - exibir a documentação do inciso anterior sempre que solicitado pela fiscalização do Permitente ou agentes de autoridades do trânsito;
 III - indagar o destino do passageiro somente após o mesmo se acomodar no interior do veículo;
 IV - ligar o taxímetro somente após iniciada a corrida com o passageiro e desligar quando finda a corrida, depois que o usuário tiver tomado conhecimento da quantia a pagar, deixando-o à vista do usuário;
 V - exigir o pagamento apenas de corrida realizada, completa ou não, obedecendo as tarifas em vigor;
 VI - ser ético com o passageiro, colegas de trabalho, os agentes administrativos e o público em geral;
 VII - conduzir o veículo ao destino solicitado pelo passageiro fazendo o itinerário mais curto, salvo em caso de determinação expressa do usuário ou de autoridade policial ou de trânsito;
 VIII - conduzir o veículo respeitando as normas de segurança do trânsito e em condições que não ofereçam riscos ao passageiro;
 IX - dar o troco devido, arcando com o prejuízo quando dele não dispuser;
 X - permanecer ao volante sempre que for o primeiro da fila, nos pontos de táxi, salvo em dias quentes e em local desprovido de proteção contra sol, quando lhe será permitido permanecer fora do carro, próximo ao mesmo, pronto a tomar o volante quando se aproximar o passageiro;
 XI - nos pontos de táxi, manter-se e respeitar a vez, salvo quando o passageiro manifestar preferência pelo condutor;
 XII - manter-se na fila quando estacionado nos pontos identificados como de categoria livre ou provisório, sendo-lhe vedada qualquer combinação com porteiros ou carregadores para angariar passageiros;
 XIII - auxiliar o embarque/desembarque de gestantes, cegos, crianças e pessoas idosas ou portadores de deficiência física;
 XIV - respeitar a escala e o turno de trabalho;
 XV - trajar-se adequadamente, observando as regras de higiene e aparência pessoal;
 XVI - denunciar ao Permitente, por escrito, quaisquer ocorrências verificadas, inclusive as que envolverem permissionários ou condutores de outros pontos;
 XVII - conhecer logradouros públicos, os pontos turísticos e os locais de maior procura de Timbó;
 XVIII - alertar o passageiro para recolher seus pertences ao término da corrida;
 XIX - entregar ao Permitente, sob recibo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os objetos esquecidos no interior do veículo;
 XX - acomodar a bagagem do passageiro no porta-malas e retirá-la finda a corrida;
 XXI - facilitar a ação fiscalizadora e cumprir as determinações emanadas do Permitente e de seus servidores municipais;
 XXII - cumprir rigorosamente as normas prescritas nesta lei complementar e nos demais atos administrativos expedidos;
 XXIII - zelar pela inviolabilidade do taxímetro, aparelhos registradores e outros;
 XXIV - manter o veículo em perfeitas condições de higiene, limpeza interna, limpeza externa, conservação e segurança;
 XXV - atender às determinações da Defesa Civil quando em caso de calamidade pública;
 XXVI - manter o ponto de estacionamento em perfeito estado de conservação e limpeza;
 XXVII - aproximar o veículo da guia da calçada para embarque/desembarque de passageiros;
 XXVIII - facilitar a acomodação do passageiro;
 XXIX - prestar socorro à vítima de acidente a que tenha se envolvido ou por terceiro;

XXX - devolver ao Permitente a documentação referente ao serviço de táxi, sempre que se verificar o cancelamento, suspensão ou cassação;
 XXXII - tráfegar mantendo o luminoso externo apagado, quando ocupado, ou aceso, quando livre;
 XXXIII - respeitar o regulamento interno do ponto de táxi;
 XXXIV - requerer autorização prévia para toda e qualquer alteração ou substituição pretendida;
 XXXV - colocar o veículo à disposição do agente fiscal para inspeção, aferição do taxímetro ou recolhimento do veículo;
 XXXVI - recolher no prazo determinado a multa a ele atribuída em virtude do não cumprimento das obrigações sob sua responsabilidade.

Art. 39. É proibido ao condutor de táxi:

I - realizar consertos mecânicos no veículo estacionado no ponto ou em logradouros;
 II - efetuar transporte de passageiros além da capacidade de lotação do veículo;
 III - recusar passageiros ou corrida, salvo em caso de pessoas suspeitas de oferecer perigo ao motorista, de indivíduos perseguidos pela polícia ou pelo clamor público, e de portadores de moléstias infecto-contagiosas;
 IV - efetuar serviços de lotação sem estar devidamente regularizado junto ao Permitente;
 V - abandonar o carro no ponto de TÁXI, sem motorista, por mais de quinze (15) minutos, sem motivo justificado;
 VI - quebrar o taxímetro ou aparelho registrador, mesmo que parcialmente, em qualquer situação;
 VII - fumar no interior do veículo;
 VIII - reduzir ou suspender intencionalmente a marcha do veículo, exceder a velocidade acaso indicada pelo passageiro ou efetuar freadas ou arrancadas bruscas;
 IX - conduzir no veículo pessoa estranha ao passageiro;
 X - dirigir em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza;
 XI - promover ou participar de qualquer tipo ou espécie de jogo no (s) ponto (s) de táxi (s) ou de estacionamento;
 XII - circular, com a finalidade de recrutar passageiros, em pontos de táxi estranhos ao seu;
 XIII - ceder ou transferir, seja a que título for, o alvará de licença e/ou o Credencial de condutor;
 XIV - manter a porta do veículo aberta, obstruindo o passeio público;
 XV - portar arma sem o devido porte;
 XVI - evadir-se ao constatar a chegada da fiscalização;
 XVII - ameaçar o fiscal, o companheiro de serviço ou o público em geral;
 XVIII - transportar passageiro com o taxímetro desligado;
 XIX - fraudar documentos solicitados pelo Permitente;
 XX - proporcionar fuga a pessoa perseguida pela polícia;
 XXI - usar o veículo para prática de crime;
 XXII - provocar brigas ou discussões com companheiros de serviço ou de terceiro;
 XXIII - apropriar-se de objetos ou de valores esquecidos no interior do veículo;
 XXIV - estar com o porta malas sujo ou ocupado sem espaço para a bagagem do passageiro;
 XXV - transportar objetos dentro do veículo que dificultem a acomodação dos passageiros;
 XXVI - manter o taxímetro ligado, sem estar à disposição do usuário;
 XXVII - colocar no veículo enfeites, inscrições, decalques ou desenhos;
 XXVIII - permitir que pessoa não inscrita no Cadastro Municipal de Condutor ou com o cadastro suspenso, vencido, cassado ou em nome de outro permissionário dirija o veículo;
 XXIX - paralisar os serviços de taxi;
 XXX - dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança do passageiro e de terceiros;

XXXI - agredir física ou moralmente o passageiro, agente fiscalizador ou companheiro de serviço;
XXXII - violar o taxímetro ou aparelho registrador;
XXXIII - prestar serviço com o taxímetro ou aparelho registrador funcionando defeituosamente;
XXXIV - dirigir táxi prestando serviço dentro do período de cumprimento de penalidade de suspensão temporária do Alvará de Licença;
XXXV - prestar serviço com o veículo em más condições de funcionamento, segurança ou conservação;
XXXVI - alterar as características originais do veículo, sem prévia anuência do poder Permitente;
XXXVII - manter a indicação "livre" ao conduzir passageiros ou bagagem.
XXXVIII - cobrar além do preço em horários noturnos.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS DOS PERMISSIONÁRIOS E CONDUTORES DE TÁXI

Art. 40. Às empresas permissionárias ficam conferidos os seguintes direitos:

- I - Registrar até três (03) motoristas profissionais (condutores empregados) por veículo da frota;
- II - Os direitos conferidos ao motorista profissional autônomo no que couber.
- III - na hipótese de sociedade cooperativa, fica garantido o direito de designar ou substituir associado para execução dos serviços relativos à permissão, nos termos desta Lei.

Art. 41. Ao motorista profissional autônomo fica conferido circular com o veículo fora do serviço, desde que esteja com o luminoso recolhido.

§ 1º Embora fora do serviço, o veículo somente poderá ser conduzido pelo proprietário ou seus colaboradores, cônjuges/companheiro(a)s ou filho(a)s, desde que devidamente habilitados, continuando, todavia, sujeito à fiscalização, sendo vedada a prestação de serviço nesta condição.

§ 2º Em casos excepcionais, a critério do Permitente, poderá o permissionário registrar-se noutro veículo como condutor, por tempo determinado.

§ 3º Quando se tratar de cônjuges, ou de companheiros em união estável comprovada, e estes possuírem duas permissões para transporte individual de passageiros, ambos poderão ter a permissão para dirigir quaisquer dos veículos, desde que previamente autorizados pelo Permitente.

Art. 42. Os condutores de TÁXI não serão obrigados a transportar:

- I - Pessoas cujos objetos ou animais que conduzam ou roupas que estiverem usando possam danificar ou prejudicar-lhe as condições de asseio do veículo;
- II - Pessoas cujo comportamento caracterize estado anormal de conduta, de qualquer natureza, salvo se acompanhadas;
- III - Pessoas facilmente reconhecidas como portadoras de moléstia contagiosa;
- IV - Pessoas que não se identifiquem, quando solicitadas a fazê-lo.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO

Art. 43. As tarifas a serem cobradas dos usuários de TÁXI serão fixadas por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 44. A fixação das tarifas bem como seus reajustes, serão precedidos de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, as despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes.

Art. 45. Ficam proibidas as combinações de preço entre condutor e passageiro, qualquer que seja a natureza do serviço, em transporte circunscrito à zona urbana.

Art. 46. Às tarifas básicas serão incorporados os seguintes adicionais:

- I - Bandeirada;
- II - Bandeira I;
- III - Bandeira II;
- IV - Quilômetro rodado para viagem;
- V - Hora parada.

Art. 47. As tarifas básicas serão corrigidas individualmente, por ato do Poder Executivo Municipal:

§ 1º A Bandeirada será equivalente a três (03) vezes o valor estabelecido para o quilômetro rodado na Bandeira I.

§ 2º O quilômetro rodado na Bandeira II será acrescido de 30% (trinta por cento) com relação ao da Bandeira I.

§ 3º A hora parada será equivalente a treze vírgula cinqüenta (13,50) vezes o valor determinado para o quilômetro rodado na Bandeira I.

Art. 48. A utilização da Bandeira II será permitida nas seguintes situações:

- I - Nos dias úteis, a partir das 22:00 horas, estendendo-se até as 06:00 horas da manhã seguinte;
- II - Nos sábados, no horário compreendido entre 20:00 e 24:00 horas;
- III - Nos domingos e feriados, durante vinte e quatro (24) horas diárias.

Parágrafo único Afora os dias e horários acima descritos, fica obrigatória a utilização da Bandeira I, salvo expressa autorização do Permitente.

TÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO E PUNIÇÃO

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 49. A fiscalização do cumprimento dos preceitos desta lei será exercida por Agentes de Fiscalização regularmente nomeados pelo Permitente, para os quais serão emitidas identificações específicas.

Parágrafo único: O Agente de Fiscalização competente para exercer a fiscalização de que trata o presente artigo poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar autorizado pelo Permitente.

Art. 50. Compete ao Agente de Fiscalização:

I - Lavrar o "Registro de Ocorrência" para cada inobservância ao preceituado na legislação vigente inerente a execução dos serviços ora regulados, praticada pelo permissionário, preposto e/ou condutor; e

II - Reter e encaminhar ao Permitente os documentos e/ou veículos que não estiverem de acordo com o que preceitua esta Lei, mediante recibo.

Art. 51. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com órgãos de fiscalização de Trânsito Estaduais, inclusive com a corporação da Polícia Militar, para a fiscalização cooperativa de todo ou em parte do sistema de transporte coletivo de passageiros, transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento ou transporte escolar, visando o aperfeiçoamento da dinâmica do exercício do poder de polícia administrativa.

CAPÍTULO II
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES, MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Seção I
Das Infrações

Art. 52. Constitui infração a inobservância de qualquer preceito desta lei, da legislação complementar ou das normas expedidas pelo Permitente, sendo o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas indicadas nesta lei.

Parágrafo único: As infrações cometidas em relação às normas emitidas pelo Permitente terão suas penalidades e medidas administrativas definidas nas normas próprias.

Art. 53. Caracterizam infrações de gravidade "Grupo I" as seguintes condutas:

I - Não possuir ou manter, em se tratando de permissionária que possua mais de um condutor, sistema de controle operacional do(s) veículo(s) que permita informar ao Permitente, qual o condutor que, em determinado dia e horário se encontrava ao volante do veículo:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

II - Não possuir ou manter atualizados a contabilidade, dados estatísticos e outros que forem solicitados pelo Permitente para fins de controle:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

III - Em se tratando de pessoa jurídica permissionária, deixar de registrar condutores em número, pelo menos, igual à quantidade de veículos da frota, bem como de entregar a relação atualizada ao Permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário

IV - Efetuar alterações ou substituições no veículo ou na execução do serviço sem autorização prévia do Permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

V - Deixar de comunicar ao Permitente em sete (07) dias, no máximo, as alterações de endereço residencial no caso de pessoa física, bem como, no caso de pessoa jurídica, as alterações contratuais ou as mudanças de membros da Diretoria; as de localização da sede, escritório e área destinada ao estacionamento dos veículos; e de indicar preposto para responder junto ao Permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

VI - Não portar os documentos de porte obrigatório, bem como deixar de exibi-los sempre que solicitado pelo agente de fiscalização competente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Medida Administrativa: retenção do veículo até regularização;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

VII - Não atender ao sinal de parada feito por pessoa que pretenda utilizar o veículo, sempre que trafegar com a indicação livre:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

VIII - Não fornecer o troco em face de remuneração pelo serviço prestado:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

IX - Não estar posicionado, nos moldes preconizados na lei, quando for o primeiro da fila:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

X - Nos pontos de táxi, deixar de respeitar a vez, salvo quando o passageiro manifestar preferência pelo condutor:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XI - Deixar de obedecer à ordem de veículos quando estacionados nos moldes preconizados na lei:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela Infração: condutor.

XII - Deixar de auxiliar o embarque/desembarque de passageiros que necessitem:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XIII - Desrespeitar a escala e o turno de trabalho:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XIV - Trajar-se inadequadamente e não observar as regras de higiene e aparência pessoal:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XV - Deixar de denunciar ao Permitente, por escrito, quaisquer ocorrências verificadas, inclusive as que envolverem permissionários ou condutores de outros pontos:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: condutor.

XVI - Embarcar e desembarcar passageiros em locais proibidos parar e estacionar pela sinalização:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: condutor.

XVII - Manter o som do veículo ligado mesmo quando solicitado seu desligamento pelo passageiro, ou, mesmo quando estacionado, mantê-lo ligado em volume que perturbe o sossego público e atrapalhe a atenção no trânsito:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XVIII - Deixar de alertar o passageiro para recolher seus pertences ao término da corrida, bem como não entregar ao Permitente, sob recibo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os pertences esquecidos por passageiros no interior do veículo:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XIX - Deixar de manter o veículo em perfeitas condições de higiene, limpeza interna, limpeza externa, conservação e segurança:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XX - Deixar de atender às determinações da Defesa Civil quando em caso de calamidade pública:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XXI - Deixar de manter o ponto de estacionamento em perfeito estado de conservação e limpeza:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXII - Efetuar embarque/desembarque de passageiros afastado a mais de 1 metro da guia da calçada:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXIII - Durante a noite utilizar de forma indevida o luminoso externo:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXIV - Desrespeitar o regulamento interno do ponto de TÁXI, desde que devidamente homologado pelo poder permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXV - Lavar o veículo ou realizar consertos mecânicos no mesmo, quando estacionado no ponto ou em logradouros públicos:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XXVI - Efetuar transporte de passageiros além da capacidade de lotação do veículo:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Medida Administrativa: Transbordo da lotação excedente;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

XXVII - Recusar passageiros ou corrida, salvo em caso de pessoas suspeitas de oferecer perigo ao motorista, de indivíduos perseguidos pela polícia ou pelo clamor público, e de portadores de moléstias infecto-contagiosas:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXVIII - Efetuar serviços de lotação sem ser permissionário e devidamente regularizado junto ao órgão competente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XXIX - Abandonar o carro no ponto de táxi, sem motorista, por mais de quinze (15) minutos, sem motivo justificado:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXX - Fumar no interior do veículo:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXXI - Conduzir no veículo pessoa estranha ao passageiro, sem a sua autorização:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXXII - Manter a porta do veículo aberta, obstruindo o passeio público:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XXXIII - Manter o taxímetro ligado, sem estar à disposição do usuário:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

Art. 54. Caracterizam infrações de gravidade "Grupo II" as seguintes condutas:

I - Ligar o taxímetro antes de iniciada a corrida com o passageiro, ou desligar quando finda a corrida antes que o usuário tenha tomado conhecimento da quantia a pagar, ou deixar coberto o taxímetro de forma a dificultar a visão do usuário:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Medida Administrativa: Retenção até regularização no caso de taxímetro coberto/ilegível;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

II - Na cobrança do serviço deixar obedecer às tarifas em vigor:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

III - Portar-se ou atender de forma descortês e anética o passageiro, colegas de trabalho ou agentes administrativos e o público em geral:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

IV - Conduzir o veículo ao destino solicitado pelo passageiro fazendo itinerário que não o mais curto, salvo em caso de determinação expressa do usuário ou de autoridade policial ou de trânsito:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

V - Não elaborar escalas, ou elaborá-las de forma a não atender a necessidade de manutenção do serviço durante os finais de semana e feriados:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

VI - Deixar de controlar e de fazer com que seus empregados ou prepostos cumpram rigorosamente as disposições da presente lei:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

VII - Dificultar a ação fiscalizadora do Permitente, ou por agente por ele nomeado, bem como deixar de cumprir as determinações por estes emanadas:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

VIII - Não participar de curso determinado pelo Permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

IX - Deixar de recolher no prazo determinado na presente lei, multa a ele atribuída em virtude do não cumprimento das obrigações sob sua responsabilidade:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

X - Promover ou participar de qualquer tipo ou espécie de jogo no (s) ponto (s) de táxi (s) ou de estacionamento:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XI - Circular, com a finalidade de recrutar passageiros, em pontos de táxi estranhos ao seu, bem como em vias e logradouros públicos não autorizados para este fim:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XII - Transportar passageiro com o taxímetro desligado, salvo nas hipóteses autorizadas pelo Permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XIII - Colocar no veículo enfeites, inscrições, decalques ou desenhos não autorizados pelo Permitente:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Medida Administrativa: Retenção do veículo até regularização;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

XIV - Fazer ponto ou permanecer em local não permitido, inclusive em paradas de coletivos:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

Art. 55. Caracterizam infrações de gravidade "Grupo III" as seguintes condutas:

I - Deixar de apresentar o(s) veículo(s) para vistoria técnica, conforme calendário estabelecido ou sempre que solicitado, ou de sanar as irregularidades no prazo que lhe for estipulado:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão até regularização;
- b) Medida Administrativa: Retenção até regularização;
- c) Responsável pela infração: Permissionário.

II - Dispor, na execução do serviço, de veículo(s) fora das condições estabelecidas nesta lei ou em regulamento próprio, bem como em má condição de uso:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão até regularização;
- b) Medida Administrativa: Retenção até regularização;
- c) Responsável pela infração: Permissionário.

III - Deixar de atender às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas, fornecendo esses dados, quando solicitados para fins de fiscalização:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

IV - Utilizar no veículo combustível não aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão até regularização;
- b) Medida Administrativa: Retenção até regularização;
- c) Responsável pela infração: Permissionário.

V - Conduzir o veículo desrespeitando as normas de segurança do trânsito e em condições que ofereçam riscos ao passageiro:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

VI - Apropriar-se de objetos ou de valores esquecidos no interior do veículo:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Autorização pelo prazo de 30 dias;
- b) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

Art. 56. Caracterizam infrações de gravidade "Grupo IV" as seguintes condutas:

I - Deixar de manter atualizado o Alvará de Licença, registro e autorização dos condutores empregados, não os renovando nos prazos previstos e providenciando o imediato cancelamento nos casos respectivos:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Permissionário.

II - Paralisar sem justificativa plausível os serviços de táxi:

- a) Penalidade: Multa e Cassação do Alvará de Licença;
- b) Medida Administrativa: recolhimento dos documentos fornecidos em face à permissão concedida;
- c) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

III - Dispor na condução do veículo de motorista não inscrito no Cadastro Municipal de Condutores:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da permissão até regularização;
- b) Medida Administrativa: Retenção até regularização;
- c) Responsável pela infração: Permissionário.

IV - Deixar de cumprir os prazos conferidos nesta lei ou estabelecidos pelo Permitente para regularização do veículo, ou do

condutor:

- a) Penalidade: Multa e Cassação do Alvará de Licença;
- b) Medida Administrativa: recolhimento dos documentos fornecidos em face à permissão concedida;
- c) Responsável pela infração: Permissionário.

V - Transferir, ceder, alienar ou disponibilizar, seja a que título for a Permissão para exploração do serviço de TAXI a terceiro, exceto do autorizado à sociedade cooperativa que já execute o serviço:

- a) Penalidade: Multa e Cassação do Alvará de Licença;
- b) Medida Administrativa: recolhimento dos documentos fornecidos em face à permissão concedida;
- c) Responsável pela infração: Permissionário.

VI - Deixar de devolver/entregar ao Permitente a documentação referente ao serviço de táxi, sempre que se verificar a suspensão e/ou o cancelamento:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

VII - Dirigir em estado de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão para conduzir o veículo pelo prazo de 30 dias e cassação no caso de reincidência no período de 12 meses;
- b) Medida Administrativa: Retenção do veículo até a apresentação de condutor em condições de conduzir o veículo; Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

VIII - Ceder ou transferir, seja a que título for, o alvará de licença e/ou Credencial de condutor:

- a) Penalidade: Multa e cassação do Alvará de Licença para condução do veículo;
- b) Medida Administrativa: Recolhimento do alvará;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

IX - Fraudar documentos solicitados pelo Permitente:

- a) Penalidade: Multa e Cassação da Permissão para Conduzir o veículo;
- b) Medida Administrativa: Recolhimento dos documentos relativos à Permissão;
- c) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

X - Proporcionar fuga à pessoa perseguida pela polícia:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão para conduzir o veículo pelo prazo de 30 dias e cassação no caso de reincidência no período de 12 meses;
- b) Medida Administrativa: Retenção do veículo até a apresentação de condutor em condições de conduzir o veículo; Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

XI - Usar o veículo para prática de crime:

- a) Penalidade: Multa e Cassação da Permissão;
- b) Medida Administrativa: Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
- c) Responsável pela infração: Condutor.

XII - Transportar objetos dentro do veículo que dificultem a acomodação dos passageiros:

- a) Penalidade: Multa;
- b) Responsável pela infração: Condutor.

XIII - Permitir que pessoa não inscrita no Cadastro Municipal de Condutor ou com o cadastro suspenso, vencido, cassado dirija o veículo:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão pelo prazo de 30 dias e Cassação no caso de reincidência no período de 12 meses;

- b) Medida Administrativa: Retenção do veículo até regularização;
Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
c) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XIV - Agredir física ou moralmente o passageiro, agente fiscalizador ou companheiro de serviço:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão para conduzir o veículo pelo prazo de 30 dias e cassação no caso de reincidência no período de 12 meses;
b) Medida Administrativa: Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
c) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XV - Violar e/ou adulterar o taxímetro ou aparelho registrador:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão para conduzir o veículo pelo prazo de 30 dias e cassação no caso de reincidência no período de 12 meses;
b) Medida Administrativa: Retenção do veículo até a apresentação de condutor em condições de conduzir o veículo; Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
c) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XVI - Prestar serviço com o taxímetro ou aparelho registrador funcionando defeituosamente:

- a) Penalidade: Multa e Suspensão da Permissão para conduzir o veículo pelo prazo de 30 dias e cassação no caso de reincidência no período de 12 meses;
b) Medida Administrativa: Retenção do veículo até regularização; Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
c) Responsável pela infração: Condutor e/ou Permissionário.

XVII - Dirigir veículo táxi prestando serviço dentro do período de cumprimento de penalidade de suspensão temporária do Alvará de Licença:

- a) Penalidade: Multa e cassação do Alvará de Licença;
b) Medida Administrativa: Recolhimento dos documentos relativos à permissão;
c) Responsável pela infração: Condutor.

Seção II Das Penalidades

Art. 57. Pela inobservância dos preceitos contidos nesta lei e nas demais normas e instruções complementares, os infratores ficam sujeitos às seguintes cominações:

- I - Advertência escrita;
II - Multa;
III - Suspensão temporária do Alvará de Licença, por prazo não superior a 30 (trinta) dias;
IV - Cassação do Alvará de Licença;
V - Rescisão do Contrato de Permissão.

Art. 58. Compete à Autoridade de Trânsito e Transporte do Permitente a aplicação das penalidades previstas no artigo anterior, mediante prévio e regular processo administrativo onde seja assegurado o contraditório.

Art. 59. Poderá ser imposta a penalidade de advertência por escrito à infração de grupo I e II, passível de ser punida com multa, não sendo reincidente o permissionário, na mesma infração, nos últimos doze meses, quando a autoridade, considerando o prontuário do infrator, entender esta providência como mais educativa.

Art. 60. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:

- I - As infrações do GRUPO I, punidas com multas no valor de 21,00 (vinte e uma) UFM's;

- II - As infrações do GRUPO II, punidas com multas no valor de 42,00 (quarenta e duas) UFM's;
III - As infrações do GRUPO III, punidas com multas no valor de 84,00 (oitenta e quatro) UFM's;
IV - As infrações do GRUPO IV, punidas com multas no valor de 168,00 (cento e sessenta e oito) UFM's.

Parágrafo único Os valores das multas serão corrigidos pela variação da UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 61. As multas aplicadas deverão ser recolhidas junto à Tesouraria do Permitente ou ao banco por ela credenciado, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua definitiva imposição, no montante equivalente ao número de Unidades Fiscais de Referência fixado, multiplicado pelo valor unitário, vigente no dia do pagamento.

Art. 62. A penalidade de suspensão temporária do Alvará de Permissão será aplicada ao condutor que incidir nos tipos infracionais contidos na presente norma, ou ainda, quando, no prazo de 12 meses somar em infrações 24 (vinte e quatro) pontos ou mais.

Art. 63. Para contagem de pontos dar-se-á os seguintes valores às infrações:

- I - Infração do Grupo I = 1 ponto;
II - Infração do Grupo II = 4 pontos;
III - Infração do Grupo III = 8 pontos;
IV - Infração do Grupo IV = 16 pontos.

§ 1º A pontuação decairá do registro do autorizado para fins de aplicação da lei no prazo de 12 (doze) meses consecutivos, contados da data da aplicação da penalidade que lhe deu causa.

§ 2º Será tido como reincidente o infrator que já tenha sido punido pelo cometimento do mesmo tipo infracional no período de 12 meses contados da aplicação da penalidade.

Art. 64. A penalidade de cassação Alvará de Permissão será aplicada ao condutor que incidir nas infrações que acarretem tal situação, conforme definição contida na presente lei ou ainda quando:

- I - o condutor for condenado criminalmente através de sentença transitada em julgado;
II - o condutor tiver cassada a sua Carteira Nacional de Habilitação;
III - a empresa permissionária tiver decretada a falência ou entrar em processo de dissolução;
IV - o permissionário estiver utilizando TÁXI impedido de transitar.

Art. 65. Será aplicada a penalidade de Rescisão do Contrato de Permissão sempre que aplicada a penalidade de cassação do alvará de Permissão, ou pelo desrespeito por parte do permissionário aos termos constantes do instrumento contratual próprio.

Art. 66. Cometidas infrações de natureza diversa aplicar-se-ão, cumulativamente e de forma gradativa, as penalidades previstas para cada uma delas.

Art. 67. O permissionário será subsidiariamente responsável pelas infrações cometidas por seus prepostos.

Art. 68. A aplicação das penalidades previstas nesta Lei não elide responsabilidades de natureza civil ou criminal perante terceiros.

Seção III Das Medidas Administrativas

Art. 69. Além das penalidades cabíveis à espécie, serão aplicadas pela fiscalização as seguintes medidas administrativas:

- I - Retenção do veículo para regularização;
II - Retirada do veículo de circulação;

III - Recolhimento do documento de permissão;
IV - Transbordo da lotação excedente.

§ 1º Nos casos de retenção em que não seja possível a regularização da infração no local da abordagem, o veículo somente será liberado após a lavratura pelo agente de fiscalização do "Registro de Ocorrência" assinalando-se o prazo para regularização.

§ 2º Enquanto não regularizar o veículo o permissionário não poderá utilizá-lo na execução do serviço.

Art. 70. Nos casos de Retirada de Circulação, a liberação ao permissionário somente ocorrerá mediante:

- I - apresentação de documento de identificação do veículo;
- II - comprovação do pagamento dos débitos perante o Permitente.

Parágrafo único Havendo pendências anteriores junto ao Permitente, as mesmas também deverão ser regularizadas.

Seção IV Do Processo Administrativo

Art. 71 A aplicação de qualquer uma das sanções disciplinadas na presente lei somente ocorrerá após o devido processo legal, garantida a ampla defesa e o contraditório.

Art. 72. O Processo Administrativo inicia-se com a lavratura do "Registro de Ocorrência" por Agente de Fiscalização competente, que conterà:

- I - nome do infrator;
- II - número de ordem e placa do veículo;
- III - local, data e hora da infração;
- IV - descrição da infração cometida e o dispositivo legal violado;
- V - valor referente à infração cometida;
- VI - assinatura do representante credenciado do Permitente.

§ 1º O "Registro de Ocorrência" será lavrado em três vias de igual teor, devendo o infrator exarar o ciente no canhoto da primeira via, quando autuado em flagrante, ou no protocolo que lhe for encaminhado.

Art. 73. Ao autuado assegurar-se-á apresentar defesa por escrito, com efeito suspensivo, perante o Permitente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tomar ciência do auto de infração.

§ 1º A análise e julgamento da defesa apresentada pelo autuado será efetuada pela autoridade responsável pela aplicação da pena, ou através de comissão formada por 03 (três) membros, especialmente designada por este, sendo que um dos membros será indicado pelo órgão representativo da classe dos taxistas.

§ 2º Julgado improcedente o "Registro de Ocorrência", arquivar-se-á o processo.

§ 3º Transcorrido in albis o prazo da defesa ou tendo esta sido indeferida, o Permitente aplicará a penalidade, notificando o infrator para, querendo, no prazo de 15 dias apresentar recurso por escrito com efeito suspensivo à JARI do município de Timbó, ou cumprir a penalidade aplicada.

§ 4º Julgado o Recurso e mantida a penalidade, será o infrator notificado para o cumprimento da pena no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação.

Art. 74. O permissionário e/ou o condutor que tiver cassado o Alvará de Permissão, somente poderá pleitear outros, se decorridos dois (02) anos da cassação, desde que satisfeitas as exigências desta lei.

§ 1º O impedimento referido neste artigo estende-se a todos os sócios da empresa permissionária, mesmo na hipótese de integrem sociedade diversa em que outros sócios não tiverem sofrido esta sanção, caso em que não será igualmente outorgada Permissão.

§ 2º Tratando-se de sociedade cooperativa, o impedimento de que trata o caput deste artigo estende-se apenas ao associado cooperado designado para execução do serviço específico, não atingindo outros cooperados designados.

Art. 75. Deverá ser denunciado à autoridade competente para as devidas providências legais, aquele que:

- I - Prestar serviços sem Alvará de Permissão, ou com Alvará de Permissão cassados;
- II - Explorar o serviço de transporte individual de passageiros sem permissão.

§ 1º A denúncia será formulada pelo agente de fiscalização do Permitente, permissionário, condutor, entidade representativa da categoria, ou, por qualquer cidadão que tenha conhecimento e prova da irregularidade.

§ 2º Condenado o acusado, o mesmo ficará impedido de participar de licitação futura para a exploração do serviço e de se cadastrar, na qualidade de condutor de táxi.

CAPÍTULO III DO PERMITENTE

Art. 76. Compete ao Permitente, o gerenciamento e a administração dos serviços de TÁXI e, especialmente:

- I - Planejar, organizar, executar, coordenar, controlar, fiscalizar e disciplinar os serviços.
- II - Aplicar as penalidades cabíveis na forma da lei.
- III - Baixar atos complementares e normativos à execução da presente lei.
- IV - Emitir o Contrato de Permissão, Alvará de Permissão e Credencial de Condutor, de que trata esta lei.
- V - Implantar, transferir, extinguir, aumentar ou diminuir a extensão dos pontos de táxi, após a aprovação do Órgão de Planejamento do Município.

Art. 77. São competências privativas do Chefe do Poder Executivo:

- I - Fixar o número de táxis respeitando a proporção de 01 (um) veículo para cada 1.500 (hum mil e quinhentos) habitantes.
- II - Autorizar a emissão de novas permissões.
- III - Fixar as tarifas baseada em planilha de custos.
- IV - Decidir, em última instância administrativa, os recursos sobre infrações a presente lei.

Art. 78. O Permitente manterá arquivo dos Contratos de Permissão, e dos Alvarás de Permissão e de cadastro dos Condutores.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79. Não se aplica a regra constante do artigo 2º para expedição da Permissão aos que até a publicação desta Lei, detenham autorização para exploração do serviço de TÁXI no município de Timbó, exigindo-se para tanto a comprovação de todos os requisitos técnicos constantes desta lei.

§1º As exigências contidas na presente lei serão aplicadas de forma gradativa, conforme regulamentação e calendário a serem definidos no prazo de 30 (trinta) dias pelo Executivo.

§2º A inobservância pelo permissionário de que trata este artigo aos termos e prazos estabelecidos para obtenção da permissão, acarretará na revogação desta.

Art. 80. É vedada a transferência ou cessão da Permissão.

Parágrafo único. Excetua-se da vedação estabelecida neste artigo

na hipótese de falecimento ou invalidez do permissionário, quando sua permissão poderá ser transferida, em caráter excepcional, a um de seus herdeiros, sendo que o mesmo fica adstrito em cumprir todas as normas contidas nessa lei.

Art. 81. Ficam sujeitos ao processo licitatório para outorga da permissão de exploração do serviço de TÁXI de que trata a presente lei, as vagas que surgirem no sistema em decorrência de vacância das já existentes ou ampliação da quantidade de permissionários.

Parágrafo único. Pode o poder executivo considerar como pontuação específica, na elaboração do processo licitatório, o tempo de serviço prestado no município de Timbó na condição de autORIZADO.

Art. 82. Caberá ao Permitente, no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei, elaborar estudo para reestruturação dos pontos de estacionamento e quantidade de veículos.

Art. 83. A implementação e operação do sistema de Rádio Táxi no município de Timbó, dependerá de prévia regulamentação e autorização do Permitente.

Art. 84. Os casos omissos serão resolvidos pelo poder Permitente. Parágrafo único. Para resolução dos casos omissos, poderão ser consultados o órgão representativo da classe e/ou os conselhos municipais competentes na área de transporte.

Art. 85. As despesas com a execução desta lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Art. 86. A presente lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Timbó, em 22 de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Esta Lei foi publicada na forma regulamentar.
Timbó, SC, 22 de março de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo de Gabinete

Decreto Nº 2292, de 28 de Fevereiro de 2011

DECRETO Nº 2292, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011

Regulamenta a prestação de contas de recursos financeiros destinados a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais às instituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

CONSIDERANDO-SE a aplicação dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000 e posteriores alterações) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e pela Lei Orçamentária Anual - LOA,
DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido que a cooperação financeira proporcionada pelo Município através de Convênios, Contribuições, Auxílios, e Subvenções Sociais às instituições, que realizem quaisquer espécies de serviços sociais, médicos hospitalares ou atividades concernentes ao desenvolvimento cultural e educacional, e a prática desportiva sem finalidade lucrativa, que envolva a transferência

voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social será objeto de prestação de contas por referidas Instituições, nos termos do presente Decreto.

Parágrafo Único. Para fins de aplicação do presente decreto entende-se por Cooperação Financeira os seguintes institutos:

I - Convênio: instrumento de acordo que discipline a transferência de recursos públicos entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados visando a realização de objetivos de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

II - Contribuição: transferência corrente ou de capital concedida em virtude de lei, destinada a pessoas de direito público ou privado sem finalidade lucrativa e sem exigência de contraprestação direta em bens ou serviços;

III - Auxílio: transferência de capital ou corrente derivada da lei orçamentária que se destina a atender a ônus ou encargo assumido pelo Município e somente será concedida a entidade sem finalidade lucrativa;

IV - Subvenção Social: transferência que depende de lei específica, a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, com o objetivo de cobrir despesas de custeio;

Art. 2º Após a concessão, mediante a existência de Lei específica e previsão dos respectivos créditos orçamentários nos orçamentos vigentes ou em créditos adicionais, a liberação dos recursos financeiros se dará obrigatoriamente mediante a emissão de ordem bancária em nome do beneficiário, para crédito em conta individualizada e vinculada, movimentada por cheques nominais e individualizados por credor ou por ordem bancária para pagamento de despesas previstas no respectivo Plano de Trabalho da entidade Beneficiada.

Parágrafo Único. A conta bancária vinculada referida no caput deverá ser identificada com o nome da entidade beneficiada acrescido do número da lei autorizativa.

Art. 3º Quando a lei de concessão, o termo de convênio ou outro instrumento congênere não estabelecer expressamente prazo para apresentação da prestação de contas, este será contado do recebimento dos recursos financeiros pela instituição e na seguinte forma:

I - de até 180 (cento e oitenta) dias em caso de parcela única;

II - de no máximo 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, quando se tratar de mais de um repasse;

§ 1º No caso do inciso II, ao tratar-se de mais de um repasse, o concedente não fará novos repasses à entidade beneficiada, quando esta encontrar-se com alguma prestação de contas em aberto ou fora dos prazos estipulados no próprio inciso.

§ 2º Nos limites dos incisos I e II do caput, o prazo para a prestação de contas independe da vigência do convênio.

§ 3º Constatado vício formal na prestação de contas apresentada pela entidade beneficiada, deverão ser adotadas as providências administrativas cabíveis, visando regularizar a situação mediante apresentação de documentos adicionais ou complementares e justificativas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias.

Art. 4º A prestação de contas será encaminhada pela entidade Beneficiada à Contabilidade vinculada ao órgão concedente,

juntamente com toda a documentação a ela inerente (incluindo diligências, notificações ou comunicações), para constituição de processo formal de prestação de contas.

Art. 5º O processo de prestação de contas de recursos, se dará de forma individualizada de acordo com a finalidade da despesa e no valor da parcela, contendo, no que couber conforme objeto disposto na lei, convênio ou instrumento congênere, os seguintes documentos:

I - cópia da Lei de Concessão e/ou Termo de Convênio e/ou instrumento congênere e suas respectivas alterações;

II - extrato da conta bancária específica abrangendo a data do recebimento da parcela até o último pagamento efetuado e conciliação bancária, se for o caso;

III - cópia de Notas de Empenhos emitidos pelo concedente;

IV - comprovante de recolhimento, para o concedente, do saldo não aplicado do valor da Cooperação Financeira concedida, quando existente;

V - balancete de Prestação de Contas, devidamente assinado pelo responsável pela instituição e ou entidade (presidente, vice-presidente ou tesoureiro), nos moldes constantes do Anexo I;

VI - documentos comprobatórios originais das despesas realizadas, conforme objeto da concessão tais como notas fiscais, guias de recolhimento de encargos e recibos, este último, observadas as disposições contidas nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º;

VII - fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas, e outras transações dessa natureza efetuadas;

VIII - declaração firmada pelo Presidente ou representante legal da organização de direito privado sem fins lucrativos, atestando o recebimento, a aplicação e o encaminhamento ou entrega da prestação de contas do valor da Cooperação Financeira concedida;

IX - certidão negativa de débitos municipais;

X - cópia da situação cadastral da pessoa jurídica perante a Receita Federal;

XI - quando se tratar de obras, a entidade beneficiada deverá apresentar declaração do responsável técnico pelos serviços executados, com sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de sua conclusão, acompanhada dos respectivos termos de recebimento e conclusão da obra.

§1º Na prestação de contas, são de responsabilidade da entidade beneficiada, a apresentação dos documentos constantes nos incisos II, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI deste artigo.

§ 2º Nos casos em que houver previsão legal de contrapartida da Entidade Beneficiada, esta terá sua aplicação comprovada no mesmo processo de prestação de contas dos recursos transferidos pelo Município.

§ 3º Os documentos de prestação de contas, em cópias autenticadas, serão mantidos em arquivo, e à disposição dos órgãos de controle interno do Poder Público Municipal e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de entrega da referida prestação de contas.

§ 4º A documentação original deverá ficar arquivada nas dependências da entidade beneficiada pelo prazo fixado no parágrafo anterior.

§ 5º Não serão aceitos em prestação de contas, recibos para fins de comprovação de despesas de aquisição de bens de capital ou de materiais de consumo e manutenção, bem como para fins de comprovação de contratação de serviços de mão-de-obra emitidos por pessoa física ou jurídica.

§ 6º Todos os documentos comprobatórios da despesa deverão ter em seu corpo a descrição detalhada do produto ou serviço comprado ou contratado com clareza e sem rasuras, quantidades, destinos, finalidades e assinatura do responsável certificando o recebimento do produto, ou a conclusão do serviço. Quando tais documentos tratem de despesas com combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos deverá constar o número da placa para identificação do automóvel.

§ 7º Quando for apresentada nota fiscal de serviço avulsa é obrigatória a apresentação da guia de recolhimento do tributo, comprovando que o imposto foi devidamente recolhido.

§ 8º Não serão aceitas documentos comprobatórios de despesas com data de emissão anterior a data de publicação da lei que autorizou o repasse da verba e respectivo repasse da verba.

Art. 6º Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, que possuam previsibilidade de utilização posterior a 30 (trinta dias), serão obrigatoriamente aplicados pela Entidade Beneficiada em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, cujos rendimentos devem ser aplicados na consecução do objeto do convênio e ou devolvidos aos cofres públicos quando da prestação de contas.

Parágrafo único. O saldo não utilizado de parcela de recursos antecipados deverá ser restituído aos cofres municipais.

Art. 7º Incumbe à concedente decidir sobre a regularidade ou não da aplicação dos recursos transferidos.

§ 1º - A prestação de contas será analisada e avaliada na unidade concedente, que emitirá parecer sobre os seguintes aspectos:

I - técnico - a ser emitido pelo ordenador (órgão/unidade/setor/departamento) quanto à execução física e atendimento do objeto e do valor concedido;

II - contábil/controle interno - a ser emitido pelos setores de contabilidade e de controle interno quanto à regularidade dos documentos fiscais e financeiros apresentados.

§ 2º - Aprovada a prestação de contas pelo ordenador de despesas, esta deverá ser encaminhada ao setor contábil para proceder o arquivo, registro de aprovação e baixa de responsabilidade da Entidade Beneficiada no setor contábil;

§ 3º Nos casos em que a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, o ordenador de despesas (órgão/unidade/setor/departamento) da concedente assinalará o prazo de 15 (quinze) dias para a sua apresentação, ou para recolhimento dos recursos financeiros transferidos, incluídos os rendimentos da aplicação financeira, corrigido monetariamente, na forma da lei.

§ 4º Persistindo a hipótese do parágrafo anterior ou em caso de não aprovada a prestação de contas, depois de exauridas as providências cabíveis, o ordenador de despesas (órgão/unidade/setor/departamento) da concedente procederá à instauração da tomada de contas especial.

§ 5º O ordenador de despesas (órgão/unidade/setor/departamento) da concedente suspenderá imediatamente a liberação de novos recursos financeiros caso se verifiquem as situações previstas

nos § 3º e 4º.

§ 6º Aplicam-se, igualmente, as disposições dos § 3º e 4º aos casos em que a entidade beneficiada não comprovar a aplicação da contrapartida estabelecida no instrumento legal de concessão, bem como dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro quando existentes.

Art. 8º É vedada a utilização dos recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada, ficando tal utilização sob total responsabilidade da Entidade Beneficiada.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de fevereiro de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Timbó, SC, 28 de fevereiro de 2011.

SÉRGIO ALBERTO BARRETO FILHO
Assessor Executivo do Gabinete

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS
(SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS, CONTRIBUIÇÕES E CONVÊNIOS)**

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria No 1925, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1925, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para as Secretarias Municipais da Fazenda e Administração; e de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Patrícia Faes (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Públ / Proc.Seletivo)	25/03/88	066.360.259-99	44h	01/03/2011 a 31/07/2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Junior Anacleto Cardoso (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Públ / Proc.Seletivo)	01/01/91	079.359.229-18	44h	01/03/2011 a 30/06/2011

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
João Salvador da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Públ / Proc.Seletivo)	27/06/55	076.671.809-38	44h	01/03/2011 a 30/06/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de

Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1926, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1926, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ricardo Felipe Melere (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. em Conc.Públ / Proc.Seletivo)	04/06/91	050.178.649-03	35h	01/03/2011 a 31/07/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1927, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1927, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso IV do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor A				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jeverson Bernardo da Cruz (Subst.Julio H.Arpin-alteração de carga horária)	21/06/86	051.302.949-47	09h	01/03/2011 a 01/06/2011
Cargo: Professor C				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
John Elinton Trisotto (Aumento do número de alunos)	05/05/86	009.562.139/36	20h	01/03/2011 a 06/05/2011
Cargo: Educador Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alinne Tatiane Marcarini (Subst.Alice W.Uber, que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde)	29/05/84	048.098.959/12	40h	01/03/2011 a 31/05/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1928, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1928, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto nº 1959, de 01/06/2010,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Saúde)				
AUXILIAR OPERACIONAL I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Adriana Lopes Alegri (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	07/11/76	902.072.389-87	44h	01/03/2011 a 15/03/2011
Emmerson Cleiton Nardelli (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Concurso Público / Processo Seletivo)	11/01/80	003.535.799-12	44h	01/03/2011 a 31/03/2011
TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SP-31)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Marilene Lunardi Conti (Subst.Cleusa R.Campestrini, que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde)	21/02/83	038.000.849-10	30h	01/03/2011 a 18/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141o ano de Fundação; 76o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1930, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1930, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Dispensa a Servidora Vivien Muller Stolf, para exercício de Função Gratificada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada a Servidora VIVIEN MUL-
LER STOLF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência
Social (Fundo Municipal de Saúde), designada pela Portaria nº
1700, de 17 de novembro de 2010, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos
do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de ou-
tubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fun-
dação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1932, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1932, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidores ocupantes
do cargo efetivo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas
pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgâ-
nica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar
no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Ser-
vidores ocupantes do cargo efetivo de Professor, lotados na Se-
cretaria Municipal de Educação – Ensino Fundamental, para o ano
letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/03/2011 a 16/12/2011,
conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		CARGA HORÁRIA TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Camila Thaisa Alves	15h/a	09h/a	24h/a
Roseli de Fátima de Aragão	20h/a	16h/a	36h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos
do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de ou-
tubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fun-
dação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1933, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1933, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Altera temporariamente a carga horária de servidores contratados
temporariamente para o cargo de Professor-Ensino Fundamental.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas
pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgâ-
nica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar
no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Ser-
vidores contratados temporariamente para o cargo de Professor,

lotados na Secretaria Municipal de Educação - Ensino Fundamen-
tal, para o ano letivo de 2011, ou seja, a contar de 01/03/2011 a
16/12/2011, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	De	Para
Altair Orlando da Costa	18h/a	21h/a
Amanda Pacher	16h/a	25h/a
Darcisio Knoch	17h/a	23h/a
Débora Costa Pires	22h/a	23h/a
Diogo Gumz Korz	20h/a	25h/a
Dirceu Walter Tamanini	13h/a	19h/a
Everaldo Paulo Ferrari	19h/a	23h/a
Kelly Ticiane Schumann	09h/a	15h/a
Michelli Marchi Oss-Emer	24h/a	25h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos
do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de ou-
tubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fun-
dação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1929, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1929, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e
Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa
Saúde da Família - PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas
pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea
"a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de
1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº
108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º Designar profissional lotada na Secretaria Municipal de Saú-
de e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Progra-
ma Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
Marilene Lunardi Conti	Técnico em Enfermagem	01/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos
do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de ou-
tubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fun-
dação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1931, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1931, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Designa a Servidora Pública Municipal Solange Liesenberg para
exercício de Função Gratificada na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferi-
das pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II,
alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de

Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, a servidora abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR
Solange Liesem-berg	FG-3	30	Coordenação do Programa da Dengue	01/03/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1934, de 1º de Março de 2011

PORTARIA No 1934, DE 1º DE MARÇO DE 2011

Designa profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, a contar de 1º de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, Decreto nº 311, de 20/06/2002, alterado pelos Decretos nº 108, de 05 de maio de 2005 e nº 767, de 23/04/2007,

RESOLVE:

Art.1º Designar profissional lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família - PSF, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	A CONTAR
Daura Tomelin Stiz	Auxiliar de Enfermagem	01/02/2011

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de março de 2011; 141º ano de Fundação; 76º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Três Barras

PREFEITURA MUNICIPAL

Aviso de Licitação- PREGAO Nº25/2011

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Procedimento Licitatório nº. 42/2.011 - Edital Pregão nº. 25/2.011.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC tornam publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 09 h e 00 min. do dia 05 de abril de 2.011, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS PARA (Florianópolis-SC/ Joinville-SC/ Jaraguá do Sul-SC/ passagens de ida e de volta) PASSAGENS RODOVIARIAS INTERMUNICIPAIS" para atender pacientes carentes que necessitam de tratamento especializado fora do município. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 05 de abril de 2.011.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail licitacao@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 16 de março de 2.011.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal.

NILTON AVANIR HURMUS

Pregoeiro.

Tunápolis

PREFEITURA MUNICIPAL

Processo de Licitação Nº 44/2011 Veículos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 44/2011

Edital de Pregão Presencial nº 34/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata referente aquisição de 01 (uma) VAN 0KM, uma 01 (uma) PICAPE 0KM, 02 (duas) MOTOCLETAS 0 KM , para atender as necessidades das Secretarias desta Municipalidade .

Entrega das propostas até às 9h do dia 07/04/2011.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 23 de março de 2011

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA MUNICIPAL

Decreto Nº 9.656/11

DECRETO Nº 9.656/11, DE 21 DE MARÇO DE 2011

Concede Isenção da TLL - Taxa de Licença e Localização ao IEAS - Hospital Divino Salvador.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 1.985/2008 e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 456/11,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida a isenção da Taxa de Licença e Localização - TLL, no corrente exercício, ao IEAS Hospital Divino Salvador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2011.

Videira, 21 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 182/11

PORTARIA nº 0182/11

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, a partir do dia 07 de março de 2011 a 31 de março de 2011, o gozo de férias do servidor JOCELITO FELICETTI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, referente ao período aquisitivo de 01 de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos 07 de março de 2011.

Videira, 21 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 183/11

PORTARIA nº 0183/11

Exonera, a pedido, Servidor Público

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 1312/11,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, JANAÍNA FERNANDA RUVER LOPES, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, admitida pela Portaria nº 1698/08.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2011.

Videira, 21 de março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de março de 2011.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Anulação Concorrência Pública Nº 02/2010 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2010

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade Concorrência Pública nº 02/2010, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA-SC, foi anulada tendo em vista decisão em acórdão nos autos de Ação de Mandado de Segurança nº 2010.069069-7. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49)3566-9034 e 3566-9012.

Videira, 23 de Março de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Edital de Concurso Público - Nº 001/2011 - Lista dos Candidatos Inscritos

Estado de Santa Catarina

Município de Videira

Edital de Concurso Público - Nº 001/2011

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

O Prefeito de Videira, homologa e torna público a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Concurso Público Nº 001/2011.

01 - Médico ESF - 05 vagas

Número da Inscrição	Nome do Candidato
00001	Adriana Souza Dos Santos
00002	Alan Cézar Ghissi
00003	Carlos Eduardo Castilho Leal
00004	Carolina Cecília Finkler Schmidt
00005	Claudio De Oliveira
00006	Daniel Vinicius Oliveira Kliemann
00007	Dario Lino Gennari
00008	Gabriel Faquetti Morandini
00009	Gerson Magno De Sousa

00010	Guilherme Inácio Bertoldo De M E P Da S Neiva
00011	Helder Sales Maia
00012	Heraldo Metzker Filho
00013	Hugo Vladimir Noal Da Silva
00014	Igor Rangel Amaral Natalio
00015	Janine Louise Da Silva
00016	Jeferson Rodrigues
00017	José Guilherme Romero De Souza
00018	Julio Anghinoni De Souza
00019	Luis Eduardo Maciel Tancredi
00020	Luiz Felipe Scariot Grazziotin
00021	Marcelo Oliveira Dias
00022	Marco Aurélio Follador
00023	Maria Cristine Antelo Bender
00024	Saint Clair Frey Piegas
00025	Sargeele Da Silva
Total = 25	

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 09:00 horas do dia 27.03.2011, nas dependências do Colégio Municipal Paulo Fioravante Penso, sito a Rua Saul Brandalise, nº 1656, no Bairro II Pinheiros na cidade de Videira - SC.
Videira, 22 de março de 2011.

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Editais de Processo Seletivo - Nº 001/2011 - Lista dos Candidatos Inscritos

Estado de Santa Catarina

Município de Videira

Editais de Processo Seletivo - Nº 001/2011

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

O Prefeito de Videira, homologa e torna público a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 001/2011

Agente Comunitário de Saúde (*)

Número da Inscrição	Nome do Candidato
00026	Adriana Varela Oliverio Di Domenico
00027	Alessandra Ribeiro Pontes
00028	Alessandra De Lima
00029	Alessandro Tibes Silveira
00030	Aline Crasnhak
00031	Ana Paula Appi
00032	Ana Paula Rodrigues
00033	Ana Paula Zatta
00034	Ana Venita Bogoni Lira
00035	Annalora Erdmann Bresolin
00036	Ariceli Fossatti Schmitt Tonello
00037	Azeli De Fatima Santini Strapazzon
00038	Camila Nodari Stirma
00039	Célia Donatti Maceda
00040	Christian Calis Til
00041	Cláudia Medeiros
00042	Claudia Raquel Da Silva
00043	Clemair Rodrigues Da Silva
00044	Clesiane Lima Oliveira
00045	Cleusa Terezinha Coito
00046	Cleuza Zanotti
00047	Conceição Da Silva Barauna
00048	Cristiana Da Silva

00049	Cristiane Michele Morais
00050	Cristiane Tedesco De Oliveira
00051	Dagmar Maria Schossler
00052	Daniela Balestieri
00053	Daniela Queiroz Pereira
00054	Danieli Bay
00055	Débora De Miranda Girardi
00056	Deisimara Aparecida Mozzer
00057	Dejanira Antunes Cruz
00058	Delaize Trindade
00059	Denise Costa
00060	Edson Luiz Vivan
00061	Eduarda Carolina Rei Jose
00062	Eleandra Marcia Golinski
00063	Eleni Elia Nawroski.
00064	Eliane Cardoso
00065	Elisabeet Cristina Zarpelon
00066	Elsi Mara Veroneze
00067	Eveline Cristine Ribeiro
00068	Fabiana Fabrecney
00069	Francieli Fernanda Dos Santos
00070	Francielli Inês Gottselig
00071	Franciely De Fátima Brancalione
00072	Gisele Coronetti
00073	Inis Da Luz De Oliveira
00074	Ivete De Fatima Sales
00075	Ivete Maria Ribeiro Da Silva De Meira
00076	Ivete Salete Zago Rossi
00077	Ivone Zancanaro
00078	Jaqueline Fagundes De Oliveira
00079	Jaqueline Ribeiro Kuster
00080	Jardelina Danieleves
00081	Joceli Mackievicz
00082	Joice Mariana Moroso
00083	Jonathan Salles
00084	Joreci Mendes
00085	Josenildo Helder Garcia
00086	Josiane Pereira De Araujo
00087	Jucélia Fábriicio Donatti
00088	Julia Alves Barreto
00089	Juliana Barcaro Weiss
00090	Juliana De Almeida
00091	Juliana De Oliveira Salgado
00092	Juliane Maria Baldo
00093	Kátia Vanderlucia Barbosa Lima
00094	Kely Aparecida Brancalione
00095	Laize Southier Cendron
00096	Leidiane Adeise Souza Ghelere
00097	Leonice Dias Nogueira
00098	Lucena Zancanaro
00099	Lucia Correa De Menes Rossi
00100	Luciana Piroli
00101	Luciana Xavier
00102	Lurdes Maria Trombeta Fernandes
00103	Maisa Fernanda Ferreira
00104	Marcia Fagundes Das Chagas
00105	Marcia Santos Mendes
00106	Marcia Simone Guzzi Rigo
00107	Maria Elena Arconti
00108	Maria Eorelia Rissardi Piroli
00109	Maria Inez Martiny Mariani
00110	Maria Salete Ferreira
00111	Marileine Da Silva
00112	Marindia Aparecida Da Silva

00113	Marines Gomes
00114	Marines Soares
00115	Marisangela Pires
00116	Maristela Maciel
00117	Marizete Cardoso Da Silva Guill
00118	Marlei Moreira Cardoso
00119	Mavia Aparecida Aires Cavalheiro Pellizzari
00120	Monica Aparecida Da Silva Otto
00121	Neusa Dias Da Silva
00122	Neusa Maria Weise Da Silva
00123	Nílva Salete Perdoncini
00124	Olivia Machado Baldo
00125	Palmiría Rodrigues Sonego
00126	Patricia Ribeiro Becker
00127	Pedro Moacir Dos Santos
00128	Ricele Maria Duarte
00129	Riéli Quadros Cavalheiro De Lima
00130	Rita Appi
00131	Rita Salete Hafner
00132	Roberto Rivelino Dias`
00133	Rosalia Cervinski
00134	Rosangela Gomes
00135	Rosinei Serafini Rathje
00136	Rosmari Da Silva Dutra
00137	Sabrina Do Amaral
00138	Salete De Menes
00139	Silvana Toccolini
00140	Sirlei Aparecida Knopp Grando
00141	Sirlei Aparecida Serafini
00142	Solange De Matos Scopel
00143	Sonia Mara Cordeiro
00144	Sueli Lourenço De Mello
00145	Suzamara Aparecida Da Silva
00146	Tania Mara Thibes De Campos
00147	Tania Maria Zschornack Bez
00148	Terezinha Flavia Feiten Klein
00149	Tiago Antonio Turco Padilha
00150	Valdir Lopes
00151	Vanderleia Alves De Gois
00152	Vanessa Martinazzo
00153	Vania Cristine Iurkevicz
00154	Vanilde Aparecida Cordeiro
00155	Vinicius Henrique Cesco
Total = 130	

(*) As vagas para o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde destinam-se a todas as regiões do município, sendo que o candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas uma delas, devendo indicar no dia da Prova Escrita, em formulário próprio recebido junto com a prova, o código do cargo de acordo com a sua localidade.

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 09:00 horas do dia 27.03.2011, nas dependências do Colégio Municipal Paulo Fioravante Penso, sito a Rua Saul Brandalise, nº 1656, no Bairro II Pinheiros na cidade de Videira - SC.

Videira, 22 de março de 2011.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Consórcios

CIMVI

Resolução Nº 051, de 16 de março de 2011 *repblicado por incorreção no texto

RESOLUÇÃO Nº 051, DE 16 DE MARÇO DE 2011.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIMVI para o exercício de 2011, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social; e

Considerando a regulamentação do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal disciplinando a Revisão Geral Anual, de forma a assegurar aos empregados do CIMVI a aplicação do direito constitucionalmente assegurado;

Considerando o disposto nos artigos 1º e 2º da resolução nº 008, de 28 de fevereiro de 2008;

Considerando que a Revisão Geral Anual 2011 destina-se a reposição da perda do poder aquisitivo das remunerações e que a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no período de março/2010 a fevereiro/2011 corresponde a 6,36%;

Considerando a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Para o exercício de 2011, a revisão geral das remunerações de que trata o art. 1º da Resolução nº 008, de 28 de fevereiro de 2008, será de 6,36% (seis vírgula trinta e seis por cento).

Parágrafo Único – A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente, de confiança ou contratados temporariamente, sem distinção de índices.

Art. 2º - A Tabela de Unidades de Salário, estabelecidas em referências Salariais, do art. 52 do Estatuto do CIMVI, consideradas as correções dadas por Resoluções anteriores, fica atualizada pelo mesmo índice da Revisão Geral Anual definido nesta Resolução, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de março de 2011.

Timbó, 16 de março de 2011.
LAURINO DALKE
Presidente

ANEXO ÚNICO – TABELA DE REFERÊNCIAS SALARIAIS

Referên- cia	Valor R\$	Referên- cia	Valor R\$	Referên- cia	Valor R\$
1	702,54	46	1.712,69	91	4.175,28
2	716,59	47	1.746,94	92	4.258,78
3	730,93	48	1.781,88	93	4.343,96
4	745,54	49	1.817,51	94	4.430,03
5	760,45	50	1.853,87	95	4.519,45
6	775,66	51	1.890,95	96	4.609,84
7	791,17	52	1.928,76	97	4.702,04
8	807,00	53	1.967,34	98	4.796,08
9	823,14	54	2.006,68	99	4.892,01
10	839,60	55	2.046,81	100	4.989,85
11	856,39	56	2.087,76	101	5.089,65
12	873,51	57	2.129,51	102	5.191,43
13	890,99	58	2.172,09	103	5.295,26
14	908,81	59	2.215,54	104	5.401,16
15	926,93	60	2.259,85	105	5.509,19
16	945,52	61	2.305,06	106	5.619,37
17	964,44	62	2.351,15	107	5.731,76
18	983,72	63	2.398,17	108	5.846,40
19	1.003,40	64	2.446,26	109	6.000,30
20	1.023,47	65	2.495,06	110	6.082,60
21	1.043,93	66	2.544,96	111	6.204,23
22	1.064,81	67	2.595,85	112	6.328,32
23	1.086,12	68	2.647,78	113	6.454,89
24	1.107,82	69	2.700,74	114	6.583,98
25	1.129,99	70	2.754,75	115	6.715,67
26	1.152,59	71	2.809,84	116	6.849,98
27	1.175,64	72	2.866,03	117	6.986,99
28	1.199,16	73	2.923,36	118	7.126,72
29	1.223,13	74	2.981,83	119	7.269,26
30	1.247,59	75	3.041,46	120	7.414,63
31	1.272,55	76	3.102,30	121	7.562,93
32	1.298,01	77	3.164,34	122	7.714,20
33	1.323,96	78	3.227,62	123	7.868,47
34	1.350,44	79	3.292,18	124	8.025,84
35	1.377,46	80	3.358,02	125	8.186,37
36	1.405,00	81	3.425,19	126	8.350,10
37	1.433,11	82	3.493,68	127	8.517,09
38	1.461,76	83	3.563,56	128	8.687,43
39	1.491,00	84	3.634,83	129	8.861,18
40	1.520,81	85	3.707,53	130	9.038,41
41	1.551,23	86	3.781,67	131	9.219,17
42	1.582,25	87	3.857,32	132	9.403,55
43	1.613,91	88	3.934,46	133	9.591,63
44	1.646,19	89	4.013,14	134	9.783,46
45	1.679,11	90	4.093,40	135	9.979,13

CINCO**Edital de Convocação Nº 0002/2011 - Assembléia Geral Extraordinária**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0002/2011
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr.

Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração o contido no artigo 20 e seus parágrafos, tanto do Protocolo de Intenções quanto do Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCAM os Chefes dos Poderes Executivos dos municípios consorciados ao Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na sede do Consórcio sito à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., em data de 29 de março de 2011, em primeira convocação as 09:00 horas, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

I - Aprovação do ingresso do Município de Tangará no Consórcio Público, de acordo com a Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções n. 2014/2011.

Fraiburgo, 23 de março de 2011.

NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito de FRAIBURGO

CISAM**Extrato de Contrato CISAM-MO Nº 003/2011****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO CISAM-MO Nº 003/2011

DATA DA ASSINATURA: 23.03.2011.

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SIMAE DE CAPINZAL E OURO/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.782.079/0001-14

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM MEIO OESTE - SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

VALOR: R\$ 15.066,01 (QUINZE MIL, SESSENTA E SEIS REAIS E UM CENTAVO).

VIGÊNCIA: 23.03.2011 A 31.12.2011

SIDNEI PENSO
DIRETOR - CONTRATANTE

LEONIR BOARETTO
PRESIDENTE - CONTRATADO